



Universidade de Brasília
Centro de Desenvolvimento Sustentável

Índice de Sustentabilidade Municipal:
um instrumento de avaliação da qualidade de vida
nos municípios brasileiros

Carolina Antony Gomes de Matos da Fonseca

Orientador: José Augusto Drummond

Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, abril/2010

Fonseca, Carolina Antony Gomes de Matos da

Índice de Sustentabilidade Municipal: um instrumento de avaliação da qualidade de vida nos municípios brasileiros / Carolina Antony Gomes de Matos da Fonseca.

Brasília, 2010.

217 p.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

1. Indicadores de Sustentabilidade 2. Avaliação integrada 3. Gestão municipal 4. BR-163 5. Dashboard of Sustainability. I. Universidade de Brasília. CDS. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O(a) autor (a) reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do(a) autor(a).

Carolina Antony Gomes de Matos da Fonseca

Universidade de Brasília
Centro de Desenvolvimento Sustentável

Índice de Sustentabilidade Municipal:
um instrumento de avaliação da qualidade de vida
nos municípios brasileiros

Carolina Antony Gomes de Matos da Fonseca

Dissertação de Mestrado

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovada por:

José Augusto Leitão Drummond, Doutor em Recursos da Terra (University of Wisconsin)
Orientador

Saulo Rodrigues Filho, Doutor em Ciências Ambientais (Universität Heidelberg)
Examinador interno

Hans Michael van Bellen, Doutor em Engenharia de Produção (Universidade Federal de Santa Catarina/Universität Dortmund)
Examinador externo

Brasília/DF, 15 de abril de 2010

A Edísio Gomes de Matos,
entusiasta e ídolo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, José Augusto Leitão Drummond, por sua paciência e dedicação.

Aos professores do CDS, especialmente Saulo Rodrigues Filho e Vanessa Maria de Castro, pelos ensinamentos que tornaram este trabalho possível.

A Mauro Rocha, pelas longas noites de debate e reflexão.

À minha família, pelo amor incondicional.

Aos colegas da CTRM, em especial a Márcio Lopes Corrêa e à Alessandra Ambrósio, pelo apoio e confiança.

A Sua Excelência Embaixadora Débora Vainer Barenboim, pela compreensão nos momentos finais desta jornada.

Às minhas grandes amigas e companheiras de aventura - Lulu, Morena e Carlinha -, pelo aprendizado adquirido durante os inesquecíveis momentos de exploração do planeta Terra.

Ao Dr. Ruy, por estar sempre à disposição para ajudar a levantar o moral.

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é construir um índice de sustentabilidade de municípios brasileiros sob os aspectos social, econômico, ambiental e institucional. Isso inclui a demonstração de como tal expressão numérica da realidade pode contribuir para alcance do desenvolvimento sustentável, ao identificar os pontos fortes e fracos da gestão municipal no Brasil e sinalizar as mudanças necessárias para alcançar este desenvolvimento. Ao longo da pesquisa, foram criados quatro índices sintéticos setoriais – social, econômico, ambiental e institucional - que medem o desempenho municipal nas quatro dimensões mencionadas. Um quinto índice sintético, denominado índice de sustentabilidade, agrupou esses quatro índices setoriais, proporcionando uma visão geral sobre a medição da sustentabilidade dos municípios brasileiros. Os índices foram criados para oito municípios selecionados - Barreirinha (AM); Anapu, Faro, Novo Progresso, Rurópolis e São Félix do Xingu (PA); e Matupá e Nova Mutum (MT) -, com o apoio do programa *Dashboard of Sustainability* (Painel da Sustentabilidade). Esses municípios estão localizados nos estados do Mato Grosso, Pará e Amazonas, na área que recebe influência da rodovia BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), zona de fronteira agropecuária que vem ocupando áreas do Cerrado e da Amazônia. O maior desafio do trabalho foi a seleção adequada dos indicadores que vieram a compor os quatro índices sintéticos setoriais. Concluiu-se pela necessidade de aprimoramento de indicadores em nível municipal, em especial no que se refere às dimensões ambiental e institucional. No que se refere ao programa *Dashboard of Sustainability*, foi constatado que, a despeito da contribuição para análise dos dados e para compreensão da realidade, ele ainda demanda melhoramentos no tocante à interface com programas de edição de texto.

Palavras-chave: indicadores de sustentabilidade, avaliação integrada, gestão municipal, BR-163, Dashboard of Sustainability.

ABSTRACT

The objective of this work is to build an index of sustainability of Brazilian municipalities that includes social, economic, environmental and institutional aspects. It includes a demonstration of how the numerical expression of the reality can contribute to achieving sustainable development by identifying the strengths and weaknesses of municipal management in Brazil and by identifying necessary changes to achieve this development. Throughout the study, four synthetic sectorial indexes – social, economic, environmental and institutional - were created for measuring municipal performance in all four dimensions. A fifth synthetic index, called sustainability index, grouped these four sectorial indexes, to provide an overview of the sustainability in these municipalities. The indexes were created for eight selected municipalities - Barreirinha (AM); Anapu, Faro, Novo Progresso, Rurópolis and São Félix do Xingu (PA) and Matupá and Nova Mutum (MT) - with the support of the Dashboard of Sustainability software. These municipalities are located in the states of Mato Grosso (MT), Pará (PA) and Amazonas (AM), under the influence of highway BR-163, which connects Cuiabá (MT) to Santarem (PA), an agricultural and cattle raising frontier region which has been occupying Cerrado and Amazon areas. The greatest challenge of this work was the selection of appropriate indicators to compose the four sectorial synthetic indexes. The understanding was that there is a need for improvement of indicators on the municipal level, particularly in relation to environmental and institutional dimensions. With regard to the Dashboard of Sustainability software, it was shown that, despite its contribution to data analysis and understanding of reality, it still demands improvements relating the interface with word processing softwares.

Key words: sustainable indicators; integrated assessment; local management; BR-163; Dashboard of Sustainability.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados demográficos sobre os municípios da área de influência da BR-163-----	29
Tabela 2 – Municípios selecionados para a amostra do estudo, segundo critério geográfico e taxa de crescimento populacional no período 2000 a 2007-----	31
Tabela 3 – Municípios da área de estudo com lacunas de indicadores selecionados-----	32
Tabela 4 – Amostra final de municípios selecionados adotada no estudo, segundo critério geográfico e taxa de crescimento populacional no período 2000 a 2007, eliminados os municípios com indisponibilidade de indicadores-----	32
Tabela 5 – Variáveis, indicadores e fontes do Índice Social-----	47
Tabela 6 – Variáveis, indicadores e fontes do Índice Econômico-----	50
Tabela 7 - Variáveis, indicadores e fontes do Índice Ambiental-----	52
Tabela 8 - Análise de correspondência para Fundo de Meio Ambiente e Articulação Intermunicipal--	52
Tabela 9 – Desmatamento acumulado até 2008 nos municípios selecionados-----	53
Tabela 10 – Análise de correspondência sobre existência e gestão de áreas protegidas – 2008-----	54
Tabela 11 - Variáveis, indicadores e fontes do Índice Ambiental-----	55
Tabela 12 - Análise de correspondência de indicadores institucionais – Plano Diretor, Conselho de Política Urbana Fundo de Meio Ambiente e Articulação Intermunicipal – 2006-----	56
Tabela 13 – Análise de correspondência para receita e despesa municipais – 2007-----	56
Tabela 14 – Composição dos Índices Setoriais – Descrição dos Indicadores com as suas respectivas fontes-----	58
Tabela 15: Pontuação dos índices setoriais para oito municípios da área de influência da BR-163---	77
Tabela 16 – situação da adequação dos domicílios nos municípios da amostra e no Brasil-----	87
Tabela 17 – pontuações e rankings dos índices sintéticos computados para o município de Barreirinha-----	88
Tabela 18 – indicadores selecionados para composição do índice institucional da amostra de municípios-----	89
Tabela 19 – pontuações e rankings dos índices sintéticos criados para o município de Anapu-----	90
Tabela 20 – indicadores selecionados para composição do índice institucional da amostra de municípios-----	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Escores e ranking dos índices de sustentabilidade criados para oito municípios da área de influência da BR-163-----76

Gráfico 2: Pontuação dos índices setoriais para oito municípios da área de influência da BR-163-----77

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Zoneamento da área de influência da BR-163 Sustentável – mesoregiões e subáreas-----	23
Figura 2: Técnicas de análise multivariada com variáveis dependentes-----	40
Figura 3: Técnicas de análise multivariada com variáveis interdependentes-----	41
Figura 4: Diagrama de decisão para seleção de indicadores de sustentabilidade-----	45
Figura 5: Sistematização de ferramentas de avaliação de sustentabilidade-----	60
Figura 6: representação gráfica de painel de automóveis-----	70
Figura 7: Exemplo de representação gráfica do Índice de Sustentabilidade-----	72
Figura 8: Exemplo de representação gráfica de índices setoriais-----	74
Figura 9: Resultados de índices sintéticos para o município de São Félix do Xingu-----	78
Figura 10: Resultados de índices sintéticos para o município de Nova Mutum-----	81
Figura 11: Resultados de índices sintéticos para o município Novo Progresso-----	83
Figura 12: Resultados de índices sintéticos para o município de Faro-----	86
Figura 13: Resultados de índices sintéticos para o município de Barreirinha-----	88
Figura 14: Resultados de índices sintéticos para o município de Anapu-----	90
Figura 15: Resultados de índices sintéticos para o município de Rurópolis-----	92
Figura 16: Resultados de índices sintéticos para o município de Matupá-----	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CGSDI	Consultative Group on Sustainable Development
CIDE	Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
ESI	<i>Environmental Sustainability Index</i>
FJP	Fundação João Pinheiro
GPI	<i>Genuine Progress Indicator</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV	Índice de Condições de Vida Municipal
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IISD	International Institute for Sustainable Development
INCRA	Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INTERMAT	Instituto de Terras do Mato Grosso
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IQV	Índice de Qualidade de Vida
IQVU	Índice de Qualidade de Vida Urbana
IS	Índice de Sustentabilidade
ISA	Instituto Socioambiental
ISEW	<i>Index of Sustainable Economic Welfare</i>
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PND I	Plano Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PVEA	Plano de Valorização Econômica da Amazônia
REBIO	Reserva Biológica
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SIDRA	Banco de Dados Agregados
SuRS	Suporte Referencial de Superação
SUS	Sistema Único de Saúde
UNCSD	Comissão para Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
WRI	World Resources Institute

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BR-163: MUNICÍPIOS REPRESENTATIVOS	18
1.1 AMAZÔNIA: PASSADO, PRESENTE, FUTURO	18
1.2 BR-163: ROTA DE DEGRADAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	23
1.3 O MÉTODO DE SELEÇÃO DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS	26
CAPÍTULO 2 - ÍNDICES E INDICADORES	33
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: UM POUCO DE HISTÓRIA SOBRE INDICADORES	34
2.2 OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS INDICADORES	37
2.2.1 Métodos estatísticos como suporte para avaliação da sustentabilidade	39
2.2.2 Etapas do processo de seleção dos indicadores	43
2.2.3. Índice Social	47
2.2.4 Índice Econômico	50
2.2.5 Índice Ambiental	51
2.2.6 Índice Institucional	55
CAPÍTULO 3 - PAINEL DA SUSTENTABILIDADE	59
3.1 FERRAMENTAS DE MENSURAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE CONHECIDAS INTERNACIONALMENTE	59
3.2 FERRAMENTAS DE AVALIAÇÃO MAIS CONHECIDAS NO BRASIL	67
3.3 PAINEL DA SUSTENTABILIDADE (<i>DASHBOARD OF SUSTAINABILITY</i>)	69
CAPÍTULO 4 - RESULTADOS PRELIMINARES	76
4.1 SÃO FÉLIX DO XINGU	78
4.2 NOVA MUTUM	81
4.3 NOVO PROGRESSO	83
4.4 FARO	85
4.5 BARREIRINHA	88
4.6 ANAPU	89
4.7 RURÓPOLIS	91
4.8 MATUPÁ	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
BIBLIOGRAFIA	103
ANEXO 1	110
ANEXO 2	213

INTRODUÇÃO

Desenvolvimento sustentável é um conceito relativamente recente, sobre o qual ainda não existe consenso. Desenvolvimento pode ser considerado o melhoramento da qualidade da vida humana. A expressão "desenvolvimento sustentável" foi utilizada pela primeira vez pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN), em sua publicação *World Conservation Strategy: living resource conservation for sustainable development* (IUCN, 1980). Esse documento diz que para o desenvolvimento ser sustentável, ele deve considerar os aspectos sociais, ecológicos e econômicos dos recursos vivos e não-vivos, bem como as vantagens e desvantagens de curto e de longo prazo das alternativas para seu uso (IUCN, 1980, p. 18). O conceito de desenvolvimento sustentável adotado pela IUCN está focado no aspecto ambiental, embora seja reconhecida a interrelação entre ele e as dimensões social e econômica. Já o relatório *Nosso Futuro Comum* (também conhecido como o Relatório Brundtland), desenvolvido pela Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED, 1987), adotou o critério antropocêntrico do desenvolvimento sustentável. É deste documento a definição de desenvolvimento sustentável mais conhecida e citada no âmbito acadêmico

Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs (WCED, 1987).

Além da falta de consenso sobre o conceito, existem também discussões sobre as formas de avaliar o grau de sustentabilidade sob diferentes dimensões. Por tratar-se de conceito que integra diferentes aspectos da vida no planeta e ressalta a necessidade de atentarmos para a capacidade limitada do meio ambiente de proporcionar recursos naturais para a nossa sobrevivência, ele implica no planejamento de longo prazo do processo civilizatório. Para tanto, deve-se partir de uma análise do presente e da construção dos possíveis cenários para traçar as ações que permitam alcançar esta ou aquela situação. Nesse sentido, dispor de bons instrumentos de avaliação é importante para a análise e para o acompanhamento desse processo rumo ao desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável não deve ser encarado como um estado, mas como um processo de transição para uma nova sociedade. O desafio é grande e demanda a cooperação entre pessoas e instituições de educação e pesquisa, governos nacionais e

locais, organizações não-governamentais e organismos internacionais para desenvolver, testar e melhorar instrumentos ou métodos que possibilitem avaliar os níveis de desenvolvimento nas escalas global, nacional e local e contribuam para manter o equilíbrio entre a sociedade e o meio em que vivem. Essas técnicas devem ser abrangentes, adaptáveis a diferentes situações, integradas, para contemplar as diversas dimensões da sustentabilidade, e práticas, para que sejam úteis no processo de tomada de decisão.

Ressalta-se que a dificuldade de desenvolver abordagens capazes de integrar os aspectos social, econômico e ambiental decorre, em grande parte, da fragmentação do conhecimento. Universidades, instituições de pesquisa e órgãos governamentais têm, em geral, estruturas compartimentadas por temas, o que dificulta a integração entre os assuntos, como economia e ecologia, por exemplo. Além disso, é possível verificar que o processo de tomada de decisão é realizado por diferentes atores, que nem sempre se comunicam uns com os outros. O técnico que vai a campo coletar informação não é quem prepara o relatório gerencial. O relatório é redigido para informar a pessoa que vai decidir que, por sua vez, delegará a um quarto agente a tarefa de executar a decisão. A falta de comunicação entre os diversos atores, desde o beneficiário da política pública até o tomador de decisão, contribui para a irracionalidade do processo, o que pode provocar resultados indesejados ou até prejudiciais ao desenvolvimento sustentável. Existe uma grande resistência a alterar essa cultura. No entanto, novas formas de avaliação são necessárias. O uso de indicadores e índices e de ferramentas modernas de processamento de dados é indispensável para se avançar nesse sentido.

Isso posto, cabe questionar como e até que ponto as técnicas de agregação de indicadores podem contribuir para orientar os esforços de transição para a sustentabilidade e para a integração das atividades de pesquisa, planejamento, decisão e avaliação. Nossa sugestão é que a avaliação da sustentabilidade por meio da técnica de análise multivariada de dados estatísticos, utilizada nesta pesquisa, é capaz de fornecer um retrato da integração entre sociedade e meio ambiente e das perspectivas de curto e longo prazo para o equilíbrio desse sistema, contribuindo, dessa forma, para determinar quais ações devem ou não devem ser tomadas na tentativa de tornar a sociedade sustentável.

O objetivo geral deste trabalho é desenvolver um índice de sustentabilidade de municípios brasileiros sob os aspectos social, econômico, ambiental e institucional. Trata-se de uma ferramenta simples que permite verificar em que medida os municípios conseguem conciliar desenvolvimento social, crescimento econômico, proteção ambiental e

amadurecimento institucional. O objetivo secundário do trabalho é demonstrar como o índice desenvolvido neste trabalho pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, ao identificar os pontos fortes e fracos da gestão municipal e sinalizar as mudanças necessárias para alcançar este desenvolvimento.

Para atingir esses objetivos, foram criados quatro índices sintéticos setoriais que medem o desempenho municipal sob os quatro aspectos mencionados. Ressalta-se que não foi criada uma série histórica para cada índice. Eles foram criados a partir de indicadores referentes ao período 2000-2009, já que os diversos indicadores foram coletados em diferentes momentos, não estando disponíveis para um mesmo ano dentro deste intervalo. Um quinto índice sintético, denominado índice de sustentabilidade, agrupa esses quatro índices setoriais, proporcionando uma visão geral sobre a sustentabilidade de municípios brasileiros. Os índices foram criados com o apoio de um *software* livre obtido de forma gratuita na internet, chamado *Dashboard of Sustainability* ou, em português, Painel da Sustentabilidade. Trata-se de um programa desenvolvido por um grupo de especialistas de diversas áreas (economia, sociologia, ecologia, estatística, informática, dentre outras) que calcula os referidos índices (setoriais e de sustentabilidade) por meio de interpolação linear. Adicionalmente, o programa proporciona uma rica representação gráfica dos mesmos, facilitando a análise dos dados e a compreensão da situação municipal de oito municípios selecionados como amostra para este estudo: Barreirinha (AM); Anapu, Faro, Novo Progresso, Rurópolis e São Félix do Xingu (PA); e Matupá e Nova Mutum (MT).

Esses municípios estão localizados nos estados do Mato Grosso, Pará e Amazonas, na área que recebe influência da rodovia BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA). A construção da estrada teve início em setembro de 1970. A pavimentação dos 1.000 km restantes faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. O asfaltamento de toda a Rodovia BR-163 vem sendo reclamado há décadas, não apenas pelos sojicultores, mas também pela população local, que espera que a obra dinamize a economia e contribua para melhorar as suas condições de vida, com ampliação do acesso ao fornecimento de energia elétrica, aos serviços de telefonia e à infra-estrutura para comercialização da produção familiar (MMA, 2007, p. 16, 43-47). Possíveis consequências negativas da pavimentação do restante da rodovia são o crescimento de migrações desordenadas, a grilagem e ocupação irregular de terras públicas, o desmatamento e a exploração insustentável de recursos naturais, efeitos que podem ser agravados pela presença incipiente do poder público na região.

A produção de soja no Brasil, antes restrita à região sul do país, ocupou grandes porções do Centro-Oeste e agora vem avançando para a Região Norte. Essa migração resulta da combinação do desenvolvimento tecnológico no controle dos solos e da adaptação de cultivares, que tornaram a monocultura desse grão viável em áreas de domínio do Cerrado; da grande disponibilidade de terras; e da crescente demanda internacional pelo grão. A principal dificuldade encontrada para ampliar a produção de soja na região de transição entre o cerrado e a floresta tropical (ou seja, no Centro-Norte de Mato Grosso) é a dificuldade de acesso aos terminais portuários exportadores (MMA, 2007, p. 43-45).

A rodovia Cuiabá-Santarém foi construída com o intuito de facilitar a migração dos brasileiros do sul e sudeste para a Amazônia e com a perspectiva de que no futuro se transformasse no grande corredor de exportação de toda a produção de grãos do Mato Grosso e do Centro-Oeste, através do porto de Santarém também construído (*sic*) Governo (*sic*) presidente Médici (MANIÇOBA, 2006, p. 104, 2003).

Existem inúmeros trabalhos técnicos e acadêmicos que buscam comprovar os efeitos negativos das obras de abertura e asfaltamento de rodovias amazônicas sobre o meio ambiente (LAURANCE *et al*, 2004; SOARES-FILHO *et al*, 2006; FEARNSSIDE, 2007). No entanto, são insuficientes os estudos sobre os efeitos socioeconômicos de investimentos públicos e privados que frequentemente acompanham esse tipo de intervenção física. Fearnside (2007) já se manifestou sobre a necessidade e a importância de estudos com esse propósito. Dessa forma, é relevante um estudo científico que busque demonstrar em que medida tais iniciativas contribuíram para garantir a sustentabilidade de municípios brasileiros e, especialmente, aqueles localizados na área de influência da BR-163.

Vale destacar que o objetivo deste trabalho não é relacionar a pavimentação da rodovia BR-163 com o desmatamento na região, tampouco fazer uma previsão sobre o impacto do atual esforço de sua pavimentação. Este estudo também não pretende avaliar o PAC ou qualquer outro programa de governo específico. A relevância desta pesquisa para uma avaliação de impacto dos investimentos do PAC na região se restringe ao registro de aspectos sociais, econômicos, ambientais e institucionais da realidade anterior ao programa.

O Capítulo 1 trata dos processos de ocupação da Amazônia brasileira e identifica a área que recebe influência direta da BR-163. Nele também foi detalhado o procedimento de seleção dos municípios representativos da realidade da região objeto de análise neste

trabalho. A escolha foi realizada a partir de dois critérios: territorial, com o objetivo de abranger diversas subáreas da área de influência da BR-163; e dinamismo, que levou à seleção dos municípios com as maiores taxas de crescimento demográfico no período 2000-2007.

O Capítulo 2 apresenta os conceitos de indicadores e de índices, comenta a história e o referencial teórico desse tipo de dado estatístico, e detalha o processo de seleção dos indicadores agregados para criação dos índices setoriais (social, econômico, institucional e ambiental) e, posteriormente, do índice de sustentabilidade.

O objetivo principal do Capítulo 3 é justificar a adoção da ferramenta *Dashboard of Sustainability*. Para tanto são apresentadas algumas ferramentas de avaliação de sustentabilidade utilizadas dentro e fora do Brasil. Os índices setoriais e o índice de sustentabilidade calculados para cada um dos oito municípios que compõem a amostra da pesquisa são apresentados no Capítulo 4, que contém ainda breves comentários sobre os mesmos. O foco da análise foi verificar em que medida os municípios selecionados (Barreirinha, Anapu, Faro, Novo Progresso, Rurópolis, São Félix do Xingu, Matupá e Nova Mutum) conseguem conciliar desenvolvimento social, crescimento econômico, proteção ambiental e amadurecimento institucional e identificar os pontos fortes e fracos da gestão municipal, sinalizando as mudanças necessárias para alcance ao desenvolvimento sustentável.

Por fim, são apresentadas considerações sobre os resultados da pesquisa. Assim como este trabalho, o programa *Dashboard of Sustainability* não é uma ferramenta pronta. Ambos podem (e devem) ser aprimorados a partir do amadurecimento do conceito de desenvolvimento sustentável; do refinamento do conceito de indicadores de sustentabilidade, bem como da ampliação e melhoramento desses dados; e do aperfeiçoamento das técnicas e instrumentos de mensuração e/ou avaliação.

1 ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BR-163: MUNICÍPIOS REPRESENTATIVOS

Este capítulo descreve os elementos importantes do processo de ocupação da Amazônia brasileira, delimitando a área objeto deste estudo, ou seja, a região que recebe influência direta da BR-163 (Cuiabá - Santarém). Ademais, o primeiro capítulo explica o procedimento de seleção dos municípios representativos da realidade da região objeto de análise neste trabalho.

A ocupação do território amazônico herdou características da colonização exploratória realizada por Portugal em muitas outras partes do território brasileiro: ciclos econômicos de produção de recursos naturais voltados para o mercado externo, fluxos migratórios regionais e desigualdade social (THÉRY; MELLO; 2008, p. 32-46). No que se refere ao processo produtivo, verifica-se, ainda hoje, a utilização das mesmas práticas de conversão de floresta em área agricultável realizada na Mata Atlântica nordestina desde o século XVI: a “derrubada e queimada”, com posterior abandono da terra, que logo se torna infértil, e o deslocamento para novas áreas florestadas (DEAN, 1996, p. 197-209). O regime de corte e queima ainda é amplamente empregado nas regiões de fronteira agrícola brasileiras, possivelmente em decorrência da abundância e fertilidade dos solos recém-queimados, da facilidade de apropriação dessas terras, dos baixos custos da técnica e da garantia de retorno econômico no curto prazo. Depois de exaurida a fertilidade do solo, parte-se para nova localidade onde se repetem essas rotinas agrícolas. Tal prática demanda, portanto, disponibilidade de terras “novas” e deslocamento e desmatamento contínuos, estimulando o avanço da fronteira agrícola, aqui entendida como “área geográfica esparsamente povoada, periférica a centros políticos e econômicos de poder, que experimenta taxas aceleradas de modificações demográficas, agrícolas e tecnológicas” (LITTLE, 2001, p. 1).

1.1 AMAZÔNIA: PASSADO, PRESENTE, FUTURO

A descrição do processo de ocupação da Amazônia que se segue apresenta dois grandes eixos: a obra de Sayago, Tourrand e Bursztyn (2004), que nos fornece um breve, porém rico, histórico da ocupação da região amazônica. O histórico é dividido em quatro fases - “Amazônia dos rios”, “Amazônia das estradas”, “Amazônia das regiões” e “Amazônia das políticas”; e o processo de ocupação da região proposto por Bertha Becker (2004) é

dividido em três grandes períodos – “Formação Territorial” (1616-1930), “Planejamento Regional” (1930-1985) e a “Incógnita do *heartland* ecológico” (1985-...).

A “Amazônia dos rios” se refere ao padrão de ocupação imposto pela natureza, que se estendeu desde a época da colonização européia até meados do século 20. Nessa fase, as principais rotas de exploração e ocupação seguiam o curso dos rios navegáveis. As terras mais afastadas de suas margens ficavam despovoadas ou desconhecidas pelos colonizadores. Foi nessa fase que tiveram início (e, às vezes, fim) importantes ciclos econômicos, como o das “drogas do sertão” e o da borracha. Esses dois ainda não se encerraram, embora tenham perdido quase toda a sua importância na economia regional e nacional.

De acordo com a classificação de Becker, o período inicial de formação do território amazônico se deu de forma lenta e gradativa, “estendendo a posse portuguesa para além da linha de Tordesilhas” (BECKER, 2004, p. 23). A autora ressalta como importantes elementos da ocupação nessa fase: a transformação cultural dos povos amazônicos pelas missões jesuíticas e de outras ordens eclesíásticas; o controle do colonizador e, por algum tempo, do governo imperial sobre as navegações pela bacia amazônica; surtos de exploração e exportação de produtos extrativos, em especial a borracha; negociações diplomáticas e tentativa de controle militar do Exército sobre o território (idem, p. 24-25).

Com referência a esse período, vale ressaltar que a economia da borracha se inseriu profundamente na estrutura de produção industrial e no capital financeiro internacionais. O látex extraído das seringueiras atendia à crescente demanda externa de borracha. A promoção da civilização e do progresso era a justificativa utilizada pelos investidores estrangeiros para consolidar a divisão internacional do trabalho e o avanço da fronteira na Amazônia (LEONARDI, 1996, p. 91-94).

Kampel, Câmara e Monteiro (2001, p. 4) sugerem que a evolução da economia da borracha amazônica, cujo ápice ocorreu entre 1890 e 1910, provocou o surgimento de uma estrutura “urbana primaz”, na qual Belém e Manaus se destacaram como principais pólos de uma rede “dendrítica”, complementada por pequenas cidades localizadas ao longo dos rios. O conceito de rede dendrítica é utilizado pelos autores para caracterizar regiões com grande produção de borracha, escoada exclusivamente por via fluvial (KAMPEL; CAMARA; MONTEIRO, 2001, p. 4). O termo “urbana primaz” é usado para designar o primeiro momento de urbanização na Amazônia, quando Belém e Manaus se tornaram os mais importantes centros urbanos da região, em detrimento do conjunto de cidades menores

(*idem*, p. 4). Machado (1999), por sua vez, utiliza o termo “cidade-primaz” para indicar a mesma situação.

Na década de 1930, inicia-se a fase que Becker (2004, p. 25-27) denomina “Planejamento Regional”, no qual políticas públicas desenvolvimentistas (construção de redes de circulação rodoviárias, de telecomunicação e criação de cidades) e de colonização rural contribuíram para a ocupação da região. Novos centros urbanos e rurais surgiram principalmente na proximidade de rodovias em construção e onde emergiam novos ciclos econômicos (pólos mineradores, garimpos ou indústrias). Sayago, Tourrand e Bursztyn (2004, p. 20) chamam essa fase de ocupação de “Amazônia das estradas”; Bertha Becker (2001, p. 140) a denomina “floresta urbanizada”.

As estradas pioneiras serviram de roteiros de migração para a Amazônia e foram planejadas para o estabelecimento de áreas de atividades econômicas na forma dos chamados “corredores de desenvolvimento”, mas sua construção causou sérios impactos ambientais. (KOHLHEPP, 2002, p. 38).

Dentre as iniciativas governamentais de fomento ao desenvolvimento da região amazônica, vale destacar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA) e o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, que viabilizaram a construção da nova capital federal, um posto avançado no caminho para o território amazônico, e da rodovia BR-010 que liga Brasília a Belém. A Zona Franca de Manaus foi criada em 1967 com o objetivo de estimular a industrialização na região.

Em 1970 foi lançado o Programa de Integração Nacional (PIN), no qual estava prevista a construção de rodovias (Rodovias BR-163 que liga Cuiabá a Santarém; Transamazônica, que liga a cidade portuária de Cabedelo, na Paraíba, ao município de Lábrea (AM); Perimetral Norte e a BR 364, que liga Cuiabá, Porto Velho e Manaus) que conformariam uma rede rodoviária mínima para viabilizar a proposta de integração nacional (KOHLHEPP, 2002, p. 38). O primeiro Plano Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (PND I, vigente entre 1972 e 1974) reforçou a estratégia de integração nacional por meio da expansão da fronteira econômica rumo ao norte e nordeste do Brasil (COSTA, 1988).

O PIN previa também ações de colonização oficial, por intermédio do Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Projetos experimentais foram implementados ao longo da Transamazônica, entre o rio Xingú e o rio Tapajós, e em Rondônia, na estrada que liga Cuiabá a Porto Velho (KOHLHEPP, 2002, p. 38). As primeiras

safras produzidas pelos colonos tiveram bons resultados. No entanto, a produtividade agrícola caiu depois de poucos anos em decorrência das limitações ambientais e ecológicas da região (baixa qualidade do solo, lixiviação de nutrientes decorrente da retirada da cobertura florestal, dentre outras) e da falta de conhecimento técnico que evitasse tais problemas, incentivando o avanço da fronteira agrícola para novas áreas onde os solos ainda eram férteis (KOHLHEPP, 2002, p. 39).

O segundo Plano de Desenvolvimento Nacional (1975-1979) reconheceu a região amazônica como uma fronteira de recursos, e não mais como uma “típica região deprimida” (MAHAR, 1978, p. 44). A nova estratégia de estimular a iniciativa privada a investir na região, levando em consideração suas vantagens comparativas, resultou no Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - Polamazônia (1974 a 1980). O Polamazônia foi pautado no conceito de pólos de crescimento em áreas ainda não destinadas a centros urbanos. O maior exemplo foi o Projeto Grande Carajás, de exploração de minério de ferro na Serra dos Carajás (Pará) pela Companhia Vale do Rio Doce e um consórcio estrangeiro. Kohlhepp (2002, p. 39) explica que, nessa fase, investidores de capital nacional e internacional foram atraídos para investir na extração de recursos minerais e na pecuária por reduções consideráveis de taxas tributárias e outros benefícios.

Becker (2005, p. 80) observa que, durante os anos de 1970, os incentivos fiscais e a migração induzida pelo governo federal estimularam a migração de pessoas de outros estados brasileiros para a região amazônica. A autora acredita que, a partir da década de 1980, houve uma mudança no perfil dos fluxos migratórios, que passou a ser “intra-regional”¹ e, sobretudo, rural-urbana (BECKER, 2005, p. 80).

A autora identifica três principais rotas intra-regionais:

uma parte de São Félix do Xingu, Sudeste do Pará, em direção ao rio Iriri; outra parte do extremo Norte de Mato Grosso pela rodovia Cuiabá-Santarém, em torno de cuja pavimentação há grande discórdia [especialmente no que se refere aos possíveis impactos ambientais que poderá causar], pois ela atravessa não mais a borda, mas o meio da floresta; a terceira parte do Norte de Mato Grosso e de Rondônia em direção ao Sul do Estado do Amazonas. (BECKER, 2005, p. 81)

¹ Bertha Becker chama de intra-regional a migração de um estado amazônico para outro estado amazônico, considerando “amazônicos” os nove estados que compõem a Amazônia Legal. A autora aponta que, anteriormente, os fluxos migratórios brasileiros eram inter-regionais, ou seja, de uma região para outra (BECKER, 2005, p. 81).

As políticas públicas de desenvolvimento da região entre as décadas de 1930 e 1980 intensificaram o processo de ocupação ao longo dos eixos rodoviários interconectando centros urbanos, o que levou Kampel, Câmara e Monteiro (2001, p. 5) ao entendimento de que a estrutura “urbana primaz” teria sido substituída por um movimento de urbanização regional. No mesmo sentido, Sayago, Tourrand e Bursztyn (2004, p. 21-22) identificam, a partir da última década do século XX, o surgimento de uma nova fase de organização do espaço territorial amazônico, a “Amazônia das regiões”, caracterizada por sistemas multimodais de transporte e pela consolidação das relações cidade-campo. De acordo com os autores, já seria possível, nessa etapa, identificar “ritmos diferenciados da dinâmica de intervenção humana” nas diferentes regiões que conformam a Amazônia brasileira (SAYAGO; TOURRAND; BURSZTYN, 2004, p. 22).

Eles identificam ainda uma quarta característica da ocupação da região amazônica, que ocorre de forma paralela e complementar às outras três (ocupação pelos rios, pelas estradas e dinâmicas regionais) (SAYAGO; TOURRAND; BURSZTYN, 2004, p. 24). A “Amazônia das políticas” estaria refletida no caráter cíclico das políticas públicas que influenciam as esferas espacial, social, política, institucional, cultural, religiosa e econômica da região. Os autores afirmam que

a organização dessas várias esferas, em diversos lugares, resulta de medidas de políticas públicas e ações privadas, o que gera novos ciclos de políticas que substituem os anteriores (SAYAGO; TOURRAND; BURSZTYN 2004, p. 24).

O resultado dessas políticas de ocupação foi o agravamento dos conflitos por terra entre colonos e investidores nacionais e internacionais, o desflorestamento resultante da abertura das estradas e a exploração de madeira seguida da expansão agropecuária. O questionamento desse modelo desenvolvimentista coincide com o surgimento de um movimento socioambiental, cujo marco foi a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, em 1985, ano a partir do qual Becker estabelece o seu terceiro marco temporal – a “Incógnita de Heartland”. Essa fase se caracteriza por uma série de políticas paralelas e conflitantes com dois eixos principais: o vetor tecno-ecológico, modelo de desenvolvimento endógeno voltado para a proteção da biodiversidade e dos habitantes da região; e o vetor tecno-industrial, programas públicos federais - Programas Brasil em Ação (1996) e Avança Brasil (1999), que favorecem “a retomada de forças exógenas interessadas na exploração de recursos para exportação” (BECKER, 2004, p. 27-29).

1.2 BR-163: ROTA DE DEGRADAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

A rodovia BR-163, que liga Cuiabá, no Mato Grosso, a Santarém, no Pará, tem 1.780 km de extensão. A sua construção foi iniciada na década de 1970 conforme previsto no Plano de Integração Nacional. O Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR-163 definiu que a grande área que sofre influência da rodovia é de 1,232 milhão de km² - cerca de 15 por cento do território brasileiro. É a seguinte a delimitação oficial da área de influência da BR-163 (MMA, 2007, p. 23), representada na Figura 1, abaixo.

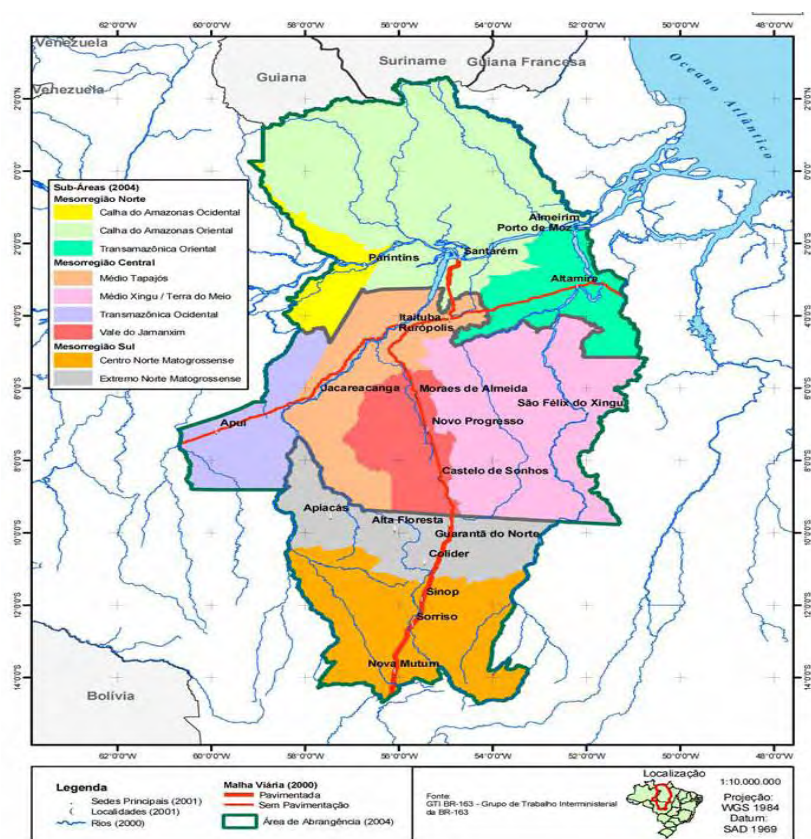


Figura 1: Zoneamento da área de influência da BR-163 Sustentável – mesoregiões e subáreas
Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

MESORREGIÃO NORTE - CALHA DO AMAZONAS E DA TRANSAMAZÔNICA: compreende a calha do rio Amazonas, desde Almeirim (PA) até Parintins (AM), e o eixo da Transamazônica sob influência de Altamira, com as seguintes subáreas:

Calha do Amazonas Oriental (Santarém);

Calha do Amazonas Ocidental (Parintins);

Transamazônica Oriental (Altamira).

MESORREGIÃO CENTRAL - MÉDIO XINGU E TAPAJÓS: compreende o centro e sudoeste do Pará e o sudeste amazonense, incluindo as seguintes subáreas:

a) Baixo e Médio Tapajós (Itaituba);

b) Médio Xingu / Terra do Meio (São Félix do Xingu);

c) Vale do Jamanxim (Novo Progresso);

d) Transamazônica Ocidental (Apuí).

MESORREGIÃO SUL - NORTE MATO-GROSSENSE: compreende a totalidade do território mato-grossense inserido na área de influência da BR 163, incluindo as seguintes subáreas:

a) Extremo Norte mato-grossense (Alta Floresta/Guarantã do Norte);

b) Centro-Norte mato-grossense (Sinop/Sorriso).

Pesquisadores e ambientalistas demonstram preocupação com a situação em que se encontra a região que sofre influência direta da rodovia BR-163. Na área, foram identificados impactos sociais e ambientais relacionados à migração desordenada, grilagem e ocupação irregular de terras públicas, concentração fundiária, desmatamento, exploração não-sustentável de recursos naturais, aumento da criminalidade, agravamento das condições de saúde pública, além da ausência do poder público (MMA, 2007, p. 16; FEARNSSIDE, 2007). Trata-se do resultado do já mencionado complexo e intrincado conjunto de iniciativas públicas e privadas que envolvem projetos de colonização, grandes obras de infra-estrutura, programas de desenvolvimento econômico e diferentes atividades produtivas agropecuárias e extrativas implementadas nas últimas décadas na região.

As dinâmicas presentes na região envolvem diversos atores guiados pela racionalidade econômica e interagindo para maximizar os seus ganhos. A situação fundiária atual colocou colonos e grandes investidores num clima de disputa por terras. Muitos colonos pressionados vendem os seus lotes e se deslocam para outras áreas. A posse é

suficiente para se valer do direito de propriedade. Para caracterizar a posse, converte-se a floresta em pasto. O grileiro ocupa a terra e demarca-a. O madeireiro investe na abertura de estradas para transportar a madeira. Valendo-se das estradas abertas pelo madeireiro, o pecuarista atea fogo e semeia pastagem (MARGULIS, 2004). A dinâmica parece ser motivada, dentre outros motivos, pelo impulso de ampliação da área para produção de soja (FBOMS, sem data). Pecuaristas do Mato Grosso perceberam que se desfazer de suas terras para a sojicultura e adquirir novas propriedades pode ampliar a sua lucratividade, que deixa de ser puramente pecuária e incorpora a dimensão de compra e venda de terras. A expectativa de asfaltamento da BR-163 parece influenciar o destino por estimular as expectativas de lucro dos especuladores, de acordo com estudo desenvolvido por Margulis (2004).

A produção de soja no Brasil, antes restrita à região sul do país, vem há décadas avançando para o norte. Isso resulta da combinação do progressivo desenvolvimento tecnológico no controle dos solos e na adaptação de cultivares, que tornaram a monocultura desse grão viável em áreas de domínio do Cerrado com a grande disponibilidade de terras nessa região e a crescente demanda internacional pelo grão. A principal dificuldade encontrada para ampliar a produção de soja na região de transição entre o cerrado e a floresta tropical é a dificuldade de acesso aos terminais portuários exportadores (MMA, 2007, p. 43-45).

A rodovia Cuiabá-Santarém foi construída com o intuito de facilitar a migração dos brasileiros do sul e sudeste para a Amazônia e com a perspectiva de que no futuro se transformasse no grande corredor de exportação de toda a produção de grãos do Mato Grosso e do Centro-Oeste, através do porto de Santarém também construído (*sic*) Governo presidente Médici (MANIÇOBA, 2006, p. 104 *apud* Ribeiro, 2003).

Dos 1.780 km da BR-163, cerca de 800 km foram asfaltados ainda na década de 1970. A maior parte do asfalto está no Mato Grosso, no trecho entre Cuiabá e Guarantã do Norte. No Pará há apenas dois pequenos trechos de asfalto, nas proximidades de Trairão e entre os municípios de Santarém e Rurópolis. Juntos, eles somam apenas cerca de 120 km.

O asfaltamento de toda a extensão Rodovia BR-163 vem sendo reclamado há décadas, não apenas pelos sojicultores, mas também pela população local, que espera que a obra dinamize a economia e também contribua para melhorar as suas condições de vida, com maior acesso ao fornecimento de energia elétrica, aos serviços de telefonia e à infra-

estrutura para comercialização da produção familiar (MMA, 2007, p. 16, 43-47). Por outro lado, as consequências negativas da pavimentação do restante da rodovia podem ser o aumento de migrações desordenadas, da ocupação irregular de terras públicas, do desmatamento e da exploração insustentável de recursos. Esse cenário favorável às consequências negativas é complementado com uma frágil presença do Estado na região.

1.3 OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

A rodovia BR-163 cruza uma região da Amazônia de importante potencial econômico e com ampla diversidade biológica, étnica e cultural. A região comporta uma exuberante paisagem, formada pelos biomas Amazônia e Cerrado e por áreas de transição, e pelas sub-bacias hidrográficas Teles Pires-Tapajós e Xingu, que integram a bacia hidrográfica do Amazonas. A área de influência da BR-163, com 1,232 milhão de km² e quase dois milhões de habitantes, não é homogênea, pois a sua ocupação se deu por meio de diferentes processos.

O método de zoneamento recomendado por Bertha Becker subdivide o território em macrorregiões e subáreas.

Macrorregiões são definidas como função de quatro variáveis estruturantes: tendências demográficas, alterações no padrão do uso da terra, centros dinâmicos da economia regional e proteção ambiental. Critérios para identificar sub-regiões não são tão sistemáticos. As sub-regiões amazônicas são ainda pouco numerosas, descontínuas e suas feições resultam da combinação do seu substrato cultural e geográfico, da densidade demográfica e da intensidade em que nelas incidiu o processo recente de ocupação. Há, portanto, sub-regiões caracterizadas ainda pelo predomínio das condições fisiográficas – várzeas, vales, florestas -, outras pela etnia, cultura e iniciativa política, enquanto outras já são definidas por processos e atividades econômicas mais modernos (BECKER, 2004, p. 145).

Becker divide os nove estados que compõem a Amazônia Legal² em três macrorregiões e 14 sub-regiões, detalhadas a seguir.

A primeira macrorregião identificada por Becker é a do “Povoamento consolidado” – numa crítica à região chamada de “Arco do Fogo” ou “Arco do Desmatamento” por outros autores -, que corresponde ao arco povoado ao sul e a leste da hileia, envolvendo as

grandes extensões de cerrado no Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, e as áreas desmatadas do sudeste do Pará, de Rondônia e sul do Acre. É onde se encontra o cerne da economia dessa macroregião, na qual “a produção predomina sobre a conservação” (Becker, 2004, p. 146). Ela se divide em cinco sub-regiões: “Arco da Embocadura”, do Amapá até o Maranhão, em torno da foz do rio Amazonas; núcleos de modernização do leste e sudeste do Pará (Paragominas, Xinguara e Redenção, entre outros); corredor do Araguaia-Tocantins; áreas intensivas em tecnologia agroindustrial (cerrados do Mato Grosso); e a sub-região que corresponde ao estado de Rondônia e sul do Acre, onde se desenvolvem atividades de agropecuária tradicional e sistemas agro-florestais.

A segunda macrorregião, denominada “Amazônia Central”, “é a área cortada pelas novas estradas oficialmente previstas e ‘espontâneas’ que se estendem do centro do Pará e extremo norte de Mato Grosso à estrada Porto Velho-Manaus e à hidrovia do Madeira” (Becker, 2004, p. 151). É, portanto, onde está localizada grande parte da área de influência da BR-163. Essa região não é uniforme. Divide-se em quatro sub-regiões: a “fronteira de preservação”, que inclui a porção norte do Pará, o noroeste do Amapá e as fronteiras com a Guiana e o Suriname; o vale do rio Amazonas; o trecho da Transamazônica que vai de Repartimento a Itaituba, que se caracteriza pela produção familiar; e as seguintes frentes de expansão: Cunha do Tapajós (Cuiabá-Santarém), Terra do Meio e Corredor do Madeira.

Por fim, há a Amazônia Ocidental, terceira macrorregião identificada por Becker, que “corresponde a vastas extensões que, permanecendo à margem das grandes rodovias implementadas no passado, são comandadas ainda pelo ritmo da natureza” (Becker, 2004, p. 155). Ela compreende as seguintes cinco sub-regiões: fronteira de integração continental, fronteira entre o estado de Roraima e a Venezuela; o alto rio Negro; as várzeas do rio Solimões; médio e alto cursos dos afluentes (rios Javari, Juruá, Jutai e Purus) da margem direita do Solimões no Amazonas e no Acre; e Manaus e o seu entorno.

A área de influência da BR-163 é composta por 72 municípios, sendo 28 do Pará (828.619 km²), 38 do Mato Grosso (280.550 km²) e 6 do Amazonas (122.624 km²), perfazendo uma área total de 1.232 mil km², correspondente a 14,47% do território nacional (MMA, 2007, p. 10). O zoneamento da área de influência da BR-163, feito pelo GTI Plano BR-163 Sustentável, grupo formado por representantes do governo para discutir estratégias de desenvolvimento para a região que recebe influência direta da rodovia, foi realizado com base nas características biofísicas, no processo de ocupação, nas dinâmicas econômica e

² São eles: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

demográfica e na organização social e política da região, conforme o mencionado procedimento metodológico sugerido por Becker (MMA, 2006, p. 22). Os critérios utilizados pelo GTI foram: a efetiva influência exercida pela rodovia (e não o obsoleto critério utilizado quando da construção da rodovia transamazônica que considerava uma faixa de 50 km para cada lado do eixo rodoviário); a presença de outras vias de transporte, que estimulam fluxos demográficos e relações econômicas, como as que ligam São Félix do Xingu à Terra do Meio e o Norte do Mato Grosso ao Sudoeste do Pará e ao Sudeste do Amazonas (Apuí); e “a nova abordagem do planejamento, que visa à concertação das políticas setoriais no território” (MMA, 2007, p. 9).

O procedimento para seleção dos sete municípios - Barreirinha (AM); Anapu, Faro, Novo Progresso, Rurópolis e São Félix do Xingu (PA); Lucas do Rio Verde e Novo Progresso (MT) - que compõem a amostra analisada foi realizada a partir da combinação de dois critérios: localização, de acordo com o zoneamento oficial; e taxa de crescimento demográfico no período de 2000 a 2007. O primeiro foi usado para garantir, na medida do possível, a representatividade de todas as subáreas da zona de influência da BR-163, já que cada uma delas tem um histórico de ocupação e uma dinâmica diferentes entre si, não sendo adequado que a análise de uma ou duas localidades seja apresentada como o retrato socioambiental de toda a região. Dessa forma, a primeira etapa para seleção compreendeu listar os municípios da área de influência e classificá-los de acordo com o critério geográfico (mesoregiões e subáreas). Depois, foram coletados dados estatísticos básicos sobre área; densidade demográfica no ano 2000; população residente em 1970, 1980, 1991, 2000 e 2007; e crescimento populacional entre 2000 e 2007, como mostra a Tabela 1, abaixo. A Tabela 1 mostra que faltam dados demográficos básicos para os municípios matogrossenses de Itanhangá, Ipiranga do Norte e Santa Rita Trivelato, o que reduz o universo total de municípios com dados disponíveis de 72 para 69. Concluiu-se que do total de 69 municípios a amostra deveria ter um município representante de cada uma das nove subáreas, de forma a garantir a representatividade das diferentes realidades.

Tabela 1 – Dados demográficos sobre os municípios da área de influência da BR-163

	área	densidade demográfica		população residente				cresc. popul.	
	km ²	hab/km ²	número de habitantes						%
	2000	2000	1970	1980	1991	2000	2007	2000-07	
Baixo e Médio Tapajós									
Aveiro (PA)	17.082,3	0,91	8.819	12.749	10.876	15.518	18.83	0,213	
Itaituba (PA)	62.111,6	1,52	12.69	38.573	116.402	94.75	118.194	0,247	
Jacareacanga (PA)	53.304,9	0,45	-	-	-	22.078	37.073	0,679	
Placas (PA)	7.162,5	1,86	-	-	-	13.394	17.898	0,3362	
Rurópolis (PA)	6.960,6	3,54	-	-	19.468	24.66	32.95	0,3361	
Trairão (PA)	11.991,2	1,19	-	-	-	13.902	16.097	0,158	
Vale do Jamaxim									
N. Progresso (PA)	38.161,4	0,65	-	-	-	24.948	21.598	-0,134	
Médio Xingu – Terra do Meio									
S. Felix Xingu (PA)	84.248,4	0,41	2.332	4.954	24.891	34.621	59.238	0,711	
Sudeste do Amazonas									
Apuí (AM)	54.022,3	0,26	-	-	5.732	13.864	17.451	0,259	
Amaz. Oriental	0.000		296.966	455.617	545.39	601.381	638.582	0,061	
Alenquer (PA)	24.387,6	1,71	35.021	44.535	52.856	41.784	52.661	0,260	
Almeirim (PA)	72.961,4	0,47	11.889	33.077	33.442	33.957	30.903	-0,090	
Belterra (PA)	2.628,9	5,54	-	-	-	14.594	12.707	-0,129	
Curuá (PA)	1.473,6	6,25	-	-	-	9.224	11.928	0,293	
Faro (PA)	11.767,7	0,85	10.054	12.598	13.574	10.037	17.253	0,719	
Juruti (PA)	8.305,9	3,76	18.684	22.602	23.262	31.198	33.775	0,083	
Monte Alegre (PA)	19.977,0	3,07	28.379	37.904	46.951	61.334	61.35	0,000	
Óbidos (PA)	26.706,0	1,74	26.426	38.009	42.307	46.49	46.793	0,007	
Oriximiná (PA)	107.604,4	0,45	18.994	29.593	41.154	48.332	55.175	0,142	
Prainha (PA)	13.834,0	1,97	12.304	45.354	26.782	27.301	26.436	-0,032	
Santarém (PA)	24.314,4	10,81	135.215	191.945	265.062	262.538	274.285	0,045	
Terra Santa (PA)	1.900,5	7,67	-	-	-	14.592	15.316	0,050	
Amaz. Ocidental									
Barreirinha	5.724,4	3,90	13.998	15.394	16.316	22.579	26.645	0,180	
Boa Vista Ramos	2.586,7	4,11	-	-	7.504	10.653	13.138	0,233	
Maués	39.989,5	1,00	24.095	30.022	30.499	40.036	47.02	0,174	
Nhamundá	14.110,5	1,08	15.539	13.596	13.25	15.355	17.553	0,143	
Parintins	5.978,3	15,06	38.086	51.381	58.783	92.118	102.044	0,108	
Transamazônica Oriental									
Altamira (PA)	160.755,0	0,48	15.345	46.496	72.408	77.439	92.105	0,189	
Anapu (PA)	11.899,0	0,79	-	-	-	9.407	17.787	0,891	
Brasil Novo (PA)	6.368,3	2,71	-	-	-	17.193	18.749	0,091	
Medicilândia (PA)	8.272,7	2,59	-	-	29.728	21.379	22.624	0,058	
Porto de Moz (PA)	17.423,1	1,29	7.523	11.805	15.407	23.545	26.489	0,125	
Sen. José Porfírio	13.287,1	1,18	2.971	6.391	39.01	15.721	14.302	-0,090	

Uruará (PA)	10.791,2	4,18	-	-	25.339	45.201	59.881	0,324
Vitória Xingu (PA)	2.958,4	3,77	-	-	-	11.142	9.693	-0,130
Extremo Norte MT								
Alta Floresta (MT)	8.946,4	5,25	-	22.999	66.926	46.982	49.14	0,046
Colíder (MT)	2.997,9	9,35	-	34.503	31.16	28.051	30.695	0,094
Guarantã Norte (MT)	2.755,7	10,23	-	-	23.825	28.2	30.754	0,091
Itaúba (MT)	6.465,8	1,32	-	-	7.143	8.565	4.625	-0,460
Marcelândia (MT)	13.074,8	1,09	-	-	8.889	14.448	14.084	-0,025
Matupá (MT)	7.127,4	1,57	-	-	10.221	11.289	14.243	0,262
Nova Bandeirantes	9.537,2	0,73	-	-	-	6.951	12.742	0,833
Nova Canãa Norte	5.969,0	1,93	-	-	14.033	11.516	12.652	0,099
Nova Guararita (MT)	1.087,3	5,18	-	-	-	5.651	4.877	-0,136
Nova Monte Verde	6.501,3	1,05	-	-	-	6.827	8.133	0,019
Novo Mundo (MT)	5.787,6	0,85	-	-	-	4.997	6.725	0,034
Paranaíta (MT)	4.829,6	2,12	-	-	12.173	10.254	11.540	0,012
Peixoto de Azevedo	14.399,8	1,81	-	-	37.24	26.156	28.987	0,010
Terra Nova do Norte	2.302,4	5,94	-	-	22.448	14.384	14.584	0,013
Centro Norte MT								
Cláudia (MT)	3.904,5	2,62	-	-	9.099	10.249	10.67	0,041
Diamantino (MT)	7.735,9	2,40	5.076	14.144	16.62	18.58	18.428	-0,008
Feliz Natal (MT)	11.448,1	0,59	-	-	-	6.769	10.279	0,519
Juará (MT)	21.407,1	1,44	-	-	21.712	30.748	32.023	0,041
Lucas do Rio Verde	3.659,8	5,28	-	-	6.693	19.316	30.741	0,591
Nova Mutum (MT)	9.428,6	1,57	-	-	5.542	14.818	24.368	0,644
Nova Ubiratã (MT)	12.721,7	0,44	-	-	-	5.654	7.782	0,376
Novo Horizonte Norte	912,8	3,84	-	-	4.267	3.511	3.802	0,083
Paranatinga (MT)	24.177,8	0,63	-	11.767	18.383	15.342	20.033	0,306
Porto dos Gaúchos	7.011,6	0,81	1.192	15.065	6.558	5.665	6.116	0,080
Santa Carmem (MT)	3.836,8	0,94	-	-	-	3.66	4.319	0,180
São José Rio Claro	4.952,1	2,57	-	7.208	16.333	12.74	17.345	0,361
Sinop (MT)	3.194,3	23,40	-	19.891	38.374	74.831	105.762	0,413
Sorriso (MT)	9.292,4	3,81	-	-	16.107	35.605	55.134	0,548
Tabaporã (MT)	8.225,4	1,32	-	-	-	10.842	10.484	-0,033
Tapurah (MT)	11.600,1	0,99	-	-	7.323	11.561	10.478	-0,094
União do Sul	4.541,5	0,92	-	-	-	4.196	3.998	-0,047
Vera (MT)	2.977,6	3,04	-	-	10.759	9.055	9.188	0,015
Ipiranga do Norte	-	-	-	-	-	-	4129	-
Itanhanga (MT)	-	-	-	-	-	-	4703	-
Nova Maringá (MT)	11.512,5	0,34	-	-	-	3950	5554	0,040
Sta Rita Trivelato	-	-	-	-	-	-	2478	-

Fontes: Área e Densidade Demográfica 2000: IBGE Censo Demográfico (SIDRA Tabela 1301)
População Residente 1970, 1980, 1991 e 2000: IBGE Censo Demográfico (SIDRA Tabela 200)
População Residente 2007: IBGE Contagem da População (SIDRA Tabela 793)

Os dados sobre crescimento populacional entre 2000 e 2007 foram utilizados como segundo critério para estabelecer a amostra de municípios deste trabalho. Dessa forma, foi selecionado o município com o maior crescimento populacional dentro de cada subárea. A decisão pela utilização desse segundo critério decorre do fato de tratar-se de uma variável que pode ser aplicada tanto a áreas rurais como a áreas urbanas. Como este trabalho não pretende se restringir apenas à análise de aglomerados urbanos, utilizar critérios como população, densidade demográfica ou taxa de urbanização tenderia a excluir da amostra as áreas rurais. Além disso, o estudo das taxas de crescimento demográfico contribui para a análise da intensidade das frentes de expansão e de retração das atividades produtivas da região, o que será de grande utilidade no momento de interpretar os resultados da pesquisa.

Os municípios com maior taxa de crescimento populacional acumulado entre 2000 e 2007 em cada uma das subáreas estão listados na Tabela 2, abaixo.³

Tabela 2 – Municípios selecionados para a amostra do estudo, segundo critério geográfico e taxa de crescimento populacional no período 2000 a 2007

mesoregião	subárea	municípios com maior crescimento populacional entre 2000 e 2007, por subárea
Central	Baixo e Médio Tapajós	Jacareacanga (PA)
	Vale do Jamanxim	Novo Progresso (PA)
	Médio Xingu - Terra do Meio	São Felix Xingu (PA)
Norte	Sudeste do Amazonas	Apuí (AM)
	Calha Amazonas Oriental	Faro (PA)
	Calha Amazonas Ocidental	Boa Vista dos Ramos (AM)
Sul	Transamazônica Oriental	Anapu (PA)
	Extremo Norte Mato Grosso	Nova Bandeirantes (MT)
	Centro-Norte Mato Grosso	Nova Mutum (MT)

No entanto, verificou-se a inexistência dos dados abaixo discriminados para alguns dos municípios que constam da Tabela 2 acima, o que demandou a sua substituição ou eliminação da amostra, conforme observações da terceira coluna do Tabela 3, abaixo.

Tabela 3 – Municípios da área de estudo com lacunas de indicadores selecionados

município	indicador não disponível para o município	medida adotada
Apuí (AM)	Índice de Qualidade do Ensino Básico – IDEB	eliminação da amostra por tratar-se do único município da subárea Sudeste do Amazonas, Mesoregião Central
Jacareacanga (PA)	responsabilidade fiscal - déficit ou superávit orçamentário	substituição pelo segundo município com maior crescimento populacional na mesma subárea: Placas
Placas (PA)	responsabilidade fiscal - déficit ou superávit orçamentário	substituição pelo segundo município com maior crescimento populacional na mesma subárea: Rurópolis
Boa Vista dos Ramos (AM)	Índice de Qualidade do Ensino Básico – IDEB	substituição pelo segundo município com maior crescimento populacional na mesma subárea: Barreirinha
Nova Bandeirantes (MT)	Índice de Qualidade do Ensino Básico – IDEB	substituição pelo segundo município com maior crescimento na mesma subárea: Matupá

Dessa forma, a amostra dos municípios a ser analisada neste trabalho está representada na Tabela 4, abaixo:

Tabela 4 – Amostra final de municípios selecionados adotada no estudo, segundo critério geográfico e taxa de crescimento populacional no período 2000 a 2007, eliminados os municípios com indisponibilidade de indicadores

mesoregião	subárea	municípios com maior crescimento populacional entre 2000 e 2007, por sub-área
Central	Baixo e Médio Tapajós	Rurópolis (PA)
	Vale do Jamanxim	Novo Progresso (PA)
	Médio Xingu - Terra do Meio	São Felix Xingu (PA)
Norte	Calha Amazonas Oriental	Faro (PA)
	Calha Amazonas Ocidental	Barreirinha (AM)
	Transamazônica Oriental	Anapu (PA)
Sul	Extremo Norte Mato Grosso	Matupá (MT)
	Centro-Norte Mato Grosso	Nova Mutum (MT)

Uma vez identificados os municípios objeto desta pesquisa, a segunda etapa, apresentada no próximo capítulo, irá detalhar os passos para seleção dos indicadores que comporão os índices setoriais (social, econômico, institucional e ambiental) e o índice de sustentabilidade.

³ Reitera-se que as subáreas Vale do Jamanxim, Médio Xingu-Terra do Meio e Sudeste do Amazonas são compostas por um único município, respectivamente, Novo Progresso (PA), São Félix do Xingu (PA) e Apuí (AM).

2 ÍNDICES E INDICADORES

O capítulo 1 traçou um breve histórico da ocupação na região em foco neste trabalho e justificou os critérios usados para seleção dos municípios que serão trabalhados. Este capítulo descreve o processo de seleção dos indicadores que foram agregados para criação dos índices setoriais (social, econômico, institucional e ambiental) e, por conseguinte, do índice de sustentabilidade. Além disso são apresentados, a seguir, os conceitos de indicadores e de índices, a história e o referencial teórico desse tipo de dado estatístico.

A palavra indicador tem etimologia latina (*indicare*) e significa apontar. Indicador é a representação numérica de uma determinada situação, como a existência de rede de tratamento de esgoto em um município (dado não-métrico) ou a sua extensão (dado métrico). Numa análise estatística, um indicador é denominado variável. Também chamados de dados qualitativos, os dados não-métricos são atributos, características ou propriedades que identificam e descrevem um indivíduo, objeto ou situação. Identificam a presença de uma característica, mas não a sua quantidade. A quantificação é própria dos dados métricos ou quantitativos (HAIR et al, 2009. p. 22).

Khalifa e Connelly (2008, p. 3) sustentam que a principal função dos indicadores é simplificar fenômenos e informações complexas por meio da quantificação. Bossel (1998, p. 76) afirma serem os indicadores “nossa ligação com o mundo”, pois condensam a complexidade de uma quantidade manuseável de informações significativas, influenciando as nossas decisões e dirigindo as nossas atitudes. Eles ajudam a construir um retrato do estado do ambiente, a partir do qual é possível tomar decisões inteligentes para a proteção ambiental. Para Bossel (1998, p. 76), existem dois tipos essenciais de indicadores: aqueles que medem o estado do sistema (estoque ou níveis) e, aqueles que medem a taxa de mudanças ocorridas no estado do sistema. O primeiro é um retrato de um momento específico; o segundo reflete uma mudança verificada num determinado período de tempo e, portanto, pode contribuir para avaliar a eficiência do sistema e fazer projeções. Este trabalho tentou construir um retrato dos oito municípios selecionados na primeira década do século 21.

Hamond *et al* (1995, p. 1) conceituam indicador como algo que fornece uma pista para uma questão de maior significância ou torna perceptível uma tendência ou fenômeno que não é imediatamente detectável. Um indicador quantifica uma informação e simplifica um fenômeno complexo, afirmam os autores. Parris e Kates (2003, p. 15), por sua vez,

entendem que indicadores são medidas quantitativas selecionadas para avaliar os progressos em direção a um objetivo pré-estabelecido. Incorporam, dessa forma, um elemento importante ao conceito: a finalidade do indicador, que é medir o grau em que se está alcançando ou não uma meta.

Para Hardi (1997, p. 8), indicadores são informações fragmentadas que destacam determinadas características de sistemas ou eventos complexos e são utilizados para simplificar a informação sobre tais fenômenos. Para o autor, a análise de conceitos complexos como o desenvolvimento sustentável exige a integração de vários indicadores, resultando num índice, ou seja, numa combinação de inúmeros indicadores (HARDI, 1997, p. 9-10). A construção de índices resulta do complexo exercício de tradução da realidade. Essa importante ferramenta de medição, monitoramento, análise e avaliação contribui para a compreensão de fenômenos complexos, para a previsão de tendências e para a construção de cenários desejados. Isso tudo faz dele um guia desejável para processos decisórios e um instrumento interessante para as ciências sociais aplicadas.

Hardi (1997, p. 10-11) observa que a crescente utilização de indicadores e a construção de indicadores refletem o reconhecimento de que eles são instrumentos essenciais para a tomada de decisões e para compreender e acompanhar as tendências e a eficácia das políticas públicas. Nilsson e Bergstrom (1995, p. 176) complementam que indicadores socioecológicos são ferramentas de gestão que podem ser utilizadas para contribuir para o desenvolvimento sustentável de uma empresa, cidade, região ou país.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: UM POUCO DE HISTÓRIA SOBRE INDICADORES

A construção de índices é posterior à elaboração de indicadores. Os primeiros critérios avaliativos de que se tem conhecimento foram indicadores econômicos simples, também chamados de “indicadores de primeira geração” (GUIMARÃES; JANUZZI, 2004, p. 3). De acordo com Hardi e Zdan (1997, p. 7), eles surgiram na década de 1940, com o objetivo de monitorar o fluxo de produtos e serviços. O exemplo típico é o Produto Interno Bruto (PIB), que se limita a medir a produção total de um país ou outra unidade territorial num determinado período de tempo. Se agregado a outros indicadores, como o investimento e o endividamento, pode ser usado em série para indicar o grau de crescimento de uma economia. Esse indicador econômico, apesar de sua persistência e ampla aceitação, recebeu duras críticas, por medir apenas uma dimensão do processo de desenvolvimento,

não sendo suficiente para medir o bem-estar da população (BARTELMUS, 2002; BOSSEL, 1999; GUIMARÃES; JANNUZZI, 2004; HARDI; ZDAN, 1997; HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005; LAWN, 2003; MEADOWS, 1998; NESS *et al*, 2007; PARRIS; KATES, 2003; PILLARISSETTI; BERGH, 2008; HALES; PRESCOTT-ALLEN, s/d; SODERBAUM, 2007; TALBERTH; COBB; SLATTERY, 2007). Surgiu então a preocupação de considerar outros aspectos na análise do processo de desenvolvimento, como a desigualdade socioeconômica e o impacto da produção e do consumo sobre o ambiente natural.

Um dos primeiros autores a ampliar o conceito de desenvolvimento, ao incluir na teoria econômica elementos como a limitação de recursos naturais, a sociedade e a biofísica foi Nicholas Georgescu-Roegen. Os seus estudos sobre a teoria da utilidade tiveram início na década de 1930, com questionamentos sobre a Teoria de Pareto, e passaram por reflexões sobre a teoria do consumo e da produção. Alavancou forte repercussão o seu famoso livro *The Entropy Law and the Economic Process* (1971), no qual indica que a segunda lei da termodinâmica desempenha um papel central na teoria da produção, com implicações para a sustentabilidade do crescimento econômico. Essa reflexão acabou por lançar as bases do que hoje é conhecido como ecologia ecológica (GOWDY; MESNER, 1998). As inovações propostas por Georgescu-Roegen não foram, à época, amplamente aceitas pela academia, mas parece ter influenciado os trabalhos de organizações não-governamentais e organismos internacionais, como o Clube de Roma e a Organização das Nações Unidas. A sua contribuição para a economia foi posteriormente reconhecida também no meio acadêmico.

Bartelmus (2002, p. 7-8) observa que a busca de instituições públicas e privadas por novos indicadores de bem-estar da população, ocorrida na década de 1970, não logrou êxito porque não houve consenso sobre os componentes que refletem de forma adequada a qualidade de vida. Isso motivou a criação de índices capazes de agregar indicadores sobre diferentes aspectos da realidade. O desafio era captar corretamente a complexidade de um mundo composto por diversas variáveis que interagem, conformando sistemas dinâmicos.

Guimarães e Januzzi (2004, p. 4) classificam esses índices como “indicadores de segunda geração”. É uma combinação de indicadores que busca demonstrar não somente o desempenho econômico, mas também outras dimensões de uma realidade, como a social e a ambiental. O índice de segunda geração mais disseminado talvez seja o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq com a colaboração do seu colega indiano Amartya Sen, a pedido do Programa das Nações

Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ele foi concebido com o objetivo de medir e comparar, em escala mundial, o grau de desenvolvimento das nações. O IDH reúne dados sobre escolaridade, renda e longevidade, expressos em um escore que vai de 0 (pior desempenho) a 1 (melhor desempenho). Não é uma construção estatística perfeita. Alguns problemas do IDH apontados por Guimarães e Jannuzzi (2004, p. 4) são a incapacidade de refletir a distribuição da renda e de captar aspectos ambientais. O índice permite, contudo, alguma comparação nos níveis internacional, regional ou local sobre o desempenho de três grupos de variáveis (longevidade, escolaridade e renda), dando base a uma série mais variada de análises socioeconômicas e subsidiando a tomada de decisões.

Hajcowicz (2008) contribui para a discussão sobre a validade e legitimidade de construção de índices sintéticos, um tipo de análise multivariada de dados (HAIR et al, 2009, p. 104), ao fazer uma interessante análise sobre as técnicas de análise econômica mais disseminadas. Depois de analisar e refletir sobre os métodos conhecidos como análise de custo-benefício, análise de custo-efetividade, análise de custo-utilidade e análise de múltiplos critérios, o autor conclui que a última é a mais adequada para análise de metas de difícil mensuração, como a sustentabilidade, enquanto as demais devem ser usadas para análises monetárias.

A importância de desenvolver novas formas de avaliação que contribuam para orientar ações rumo a um desenvolvimento econômico mundial em bases sustentáveis foi oficialmente reconhecida pelas nações durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. A “Rio-92” produziu o documento intitulado Agenda 21. Trata-se de um plano de ação criado para mitigar os problemas ambientais globais e contribuir para o desenvolvimento sustentável. Ele deve ser liderado por nações em colaboração com organismos internacionais e organizações não-governamentais. Dentre as ações listadas para melhorar ou reestruturar o processo de tomada de decisão, constam a necessidade de melhoramento de sistemas de acompanhamento e avaliação e a adoção de indicadores capazes de medir as variáveis econômicas, sociais e ambientais (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 66).

Em 1994, a Comissão para Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, 1994) publicou o primeiro relatório com sugestões sobre indicadores capazes de mensurar e analisar os efeitos de políticas. O segundo relatório foi revisado a partir dos primeiros testes de aplicação dos indicadores sugeridos em 1994 e foi publicado em 2001 (NAÇÕES UNIDAS, 2001). A terceira edição do relatório, publicada em 2007, foi

desenvolvida em resposta às recentes decisões tomadas no âmbito da a Comissão para Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNCSD) e da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, em 2002 (NAÇÕES UNIDAS, 2007. p. 3-4). Conhecido como o “livro azul” (em inglês, the *blue book*), a terceira e última edição da publicação *Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies* (UNCSD, 2007) reflete o amadurecimento e o conhecimento acumulado a partir dos testes dos indicadores realizados ao longo de mais de 15 anos, bem como os resultados das principais conferências internacionais sobre desenvolvimento sustentável em 1992 e 2002.

2.2 O PROCESSO DE SELEÇÃO DOS INDICADORES

São três as principais questões a considerar na escolha de indicadores para a composição de um índice de sustentabilidade. Em primeiro lugar, eles devem ser criados a partir de fontes confiáveis (HARDI; ZDAN, 1997, p. 156), para evitar questionamentos sobre a validade ou ambiguidade dos dados utilizados (NAÇÕES UNIDAS, 2007. p. 29-30). Segundo, os indicadores devem tratar de questões relevantes para o desenvolvimento sustentável (KHALIFA; CONNELLY, 2008, p. 3; NAÇÕES UNIDAS, 2007. p. 9, 29, 30, 33). No que se refere à relevância dos dados, é interessante priorizar variáveis consagradas pela literatura científica, amplamente utilizadas por governos ou instituições privadas ou públicas não-governamentais ou selecionadas de forma participativa com a população interessada (HARDI; ZDAN, 1997, p. 18-19; FRASER *et al*, 2005). Usar dados qualitativos (e não apenas dados quantitativos) também pode contribuir para enriquecer a discussão, ou seja, uma informação sobre a qualidade do atendimento médico de um determinado hospital pode ser mais relevante do que o dado sobre o número de pessoas ali atendidas. Por fim, deve haver uma preocupação com a disponibilidade (NAÇÕES UNIDAS, 2007. p. 9) e a atualidade dos dados, de forma a viabilizar a comparação entre diferentes realidades.

Indicadores que não atendam a esses três requisitos básicos não devem ser utilizados na construção de índices, mas podem ser úteis para fornecer informações complementares no momento da interpretação dos resultados. Adicionalmente, é importante para o monitoramento do progresso das metas de desenvolvimento sustentável que os indicadores sejam coletados e analisados com relativa frequência, com o objetivo de formar uma série temporal de informações que permita uma avaliação adequada do processo de tomada de decisão por governantes e cidadãos (HARDI; ZDAN, 1997, p. 19-20). Ressalta-

se que este trabalho não pretende criar uma série histórica para os índices sintéticos criados, mas apenas o retrato dos municípios selecionados entre os anos de 2000 e 2009.

A indisponibilidade e a falta de confiabilidade de dados ainda é uma realidade em muitos países, em especial no que se refere a dados com recorte local, como os que esta pesquisa demanda, apesar dos esforços empreendidos por instituições públicas e privadas. No Brasil, o órgão oficial de estatística do governo federal disponibiliza informações em quantidade, qualidade e temporalidade razoável. O levantamento de dados coletados por instituições brasileiras entre 2000 e 2009 que foi realizado durante esta pesquisa (agrupados no Anexo 1) somam 705 variáveis sociais, 998 variáveis econômicas, 264 variáveis institucionais e apenas 40 variáveis ambientais. Esse levantamento permite concluir que há no Brasil um grande empenho em coletar dados e estatísticas econômicas e sociais. O mesmo não pode ser dito em relação aos aspectos institucionais e, principalmente, ambientais. Além da insuficiência de dados sobre meio ambiente, muitos dados não são confiáveis. Os indicadores institucionais também não apresentam a qualidade esperada e a sua utilidade para a construção de índices sintéticos é questionável. Tanto a escassez quanto a falta de confiabilidade dos dados restringem a quantidade de indicadores relevantes e confiáveis e tornam esta pesquisa importante e desafiadora.

A seleção dos indicadores foi orientada por algumas premissas essenciais para a qualidade da pesquisa. São elas:

- usar um número limitado de indicadores para cálculo dos índices (HARDI; ZDAN, 1997, p. 16; PINTER; HARDI; BARTELMUS; 2005, p. 6);
- atribuir pesos semelhantes a todos eles, evitando, dessa forma, que alguma variável apresente importância diferenciada em cada um dos índices;
- agrupar os indicadores em quatro grandes grupos temáticos (social, econômico, ambiental e institucional), seguindo a recomendação da Agenda 21 de considerar o caráter multidimensional do desenvolvimento sustentável (HARDI; ZDAN, 1997, p. 13; NAÇÕES UNIDAS, 2007. p. 29-30).

Como se verá adiante, a classificação de algumas variáveis em um desses grupos pode ser bastante complexa.

Khalifa e Connelly (2008, p. 4-5) observam que, devido à falta de precisão dos conceitos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável”, os procedimentos

metodológicos de escolha de indicadores para a mensuração de fenômenos relativos a esses conceitos e as relações de causalidade que dão suporte à construção de índices sintéticos tem se expressado na forma de meras montagens de listas de dados e variáveis. No mesmo sentido, Guimarães e Januzzi (2004) entendem que o esforço de seleção de indicadores e de construção de índices acaba se tornando ineficaz, por carecer de “aprofundamento analítico efetivo no uso dos mesmos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas” (GUIMARÃES; JANUZZI; p. 14). Ness *et al* (2007), por sua vez, reconhecem a dificuldade de integrar as diversas dimensões do desenvolvimento sustentável no processo de seleção de indicadores. Para evitar questionamentos sobre o processo de seleção dos indicadores, buscar-se-á, na seção 2.3, apresentar a metodologia e os argumentos que justificam as escolhas feitas ao longo dessa pesquisa.

2.2.1 Métodos estatísticos como suporte para avaliação da sustentabilidade

A estatística é a disciplina científica que se dedica ao desenvolvimento de instrumentos de coleta, análise e interpretação de dados (PECK; OLSEN; DEVORE, 2008, p. 1). O uso de métodos estatísticos sofisticados vem se tornando mais comum tanto na pesquisa acadêmica quanto no ambiente de pesquisa aplicada. Hair *et al* (2009) indicam que isso decorre da disseminação do uso do computador pessoal (PC), combinado com a ampliação do número de programas estatísticos e com a facilidade de adquiri-los. Além disso, o desenvolvimento contínuo de novas técnicas estatísticas possibilita o uso de um número crescente de dados.

A análise multivariada de dados se refere a todas as “técnicas estatísticas que analisam simultaneamente múltiplas medidas sobre cada indivíduo ou objeto sob investigação” (HAIR *et al*, 2009, p. 23), ou seja, investiga um determinado fenômeno levando em conta simultaneamente um conjunto abrangente de variáveis. Existem dois tipos de técnicas de análise multivariada:

1. interdependência: envolve a análise simultânea de todas as variáveis no conjunto. As mais conhecidas são: escalonamento multidimensional, também

chamado de mapeamento perceptual; análise de agrupamentos; análise de correspondência; análise fatorial; e análise fatorial confirmatória;

- dependência: uma variável ou um conjunto de variáveis é identificado como dependente, a ser prevista ou explicada por outras variáveis conhecidas como variáveis independentes. Elas são classificadas a partir do número de variáveis dependentes, do número de relações entre as variáveis e do tipo de escala de medida (métricas ou não-métricas), conforme descrito na Figura 2 abaixo:

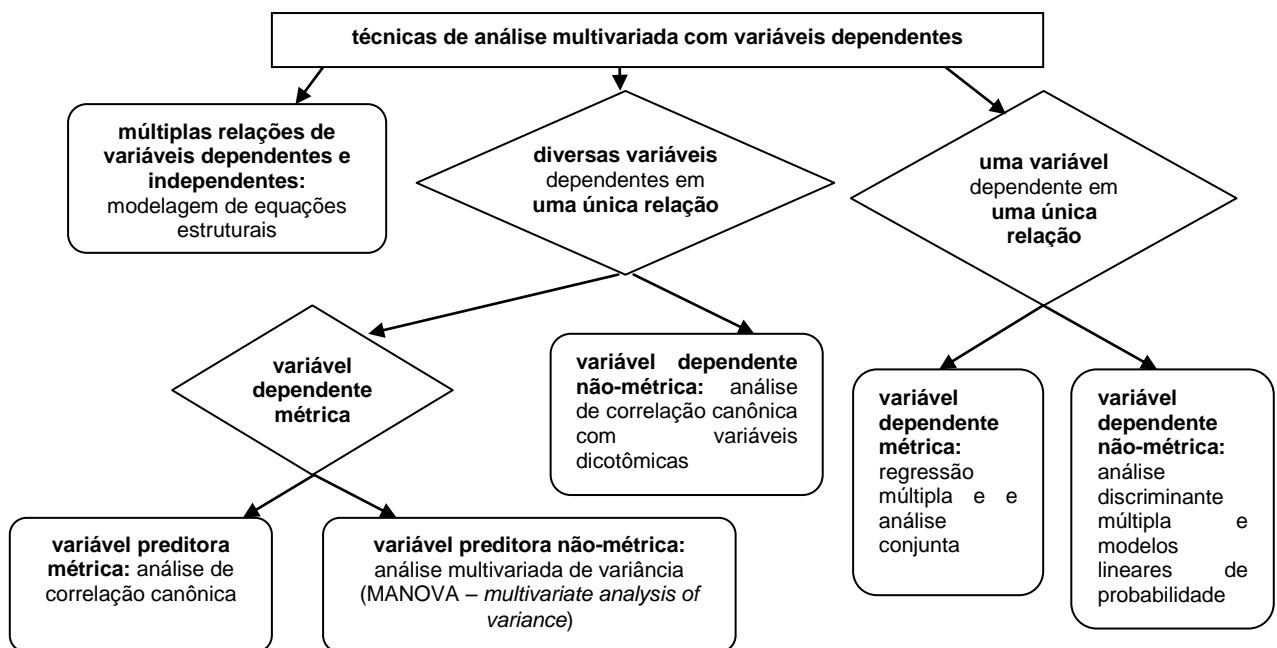


Figura 2 - Técnicas de análise multivariada com variáveis dependentes.
Adaptado de Hair *et al*, 2009, p. 30.

Não é o objetivo deste trabalho discorrer exaustivamente sobre todas as técnicas de análise multivariada de dados, mas apenas justificar a escolha da técnica adotada para a construção dos índices sintéticos. Como os indicadores selecionados neste capítulo foram analisados de forma independente e simultânea, ou seja, utilizando uma técnica de interdependência, vamos nos restringir a detalhar a apenas essas categorias de análise estatística, mostradas na Figura 3, abaixo.

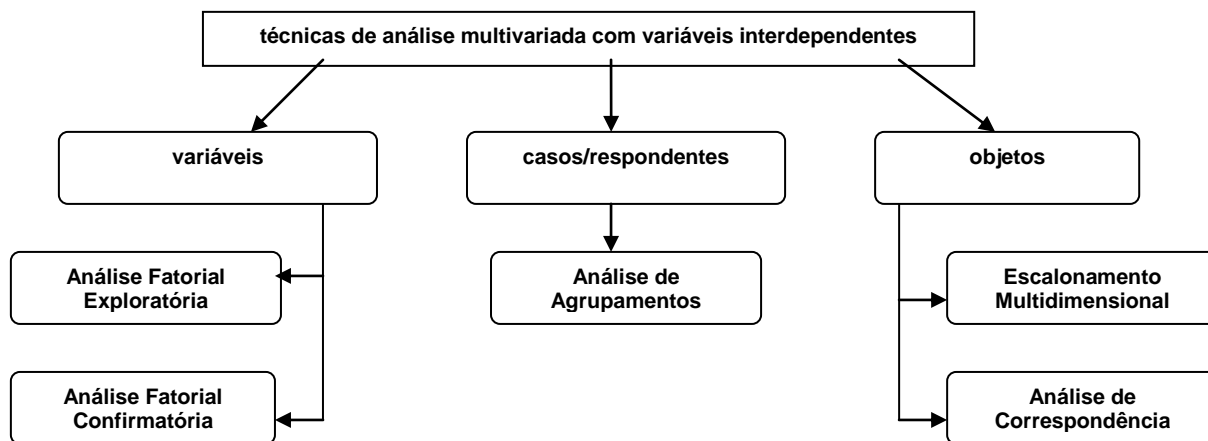


Figura 3 - Técnicas de análise multivariada com variáveis interdependentes.
Adaptado de Hair *et al*, 2009, p. 31.

O escalonamento multidimensional ou mapeamento perceptual transforma variáveis qualitativas em distâncias representadas em um espaço multidimensional, resultando na representação da posição relativa de todas as variáveis (HAIR *et al*, 2009, p. 36).

A análise de agrupamentos visa classificar as variáveis em subgrupos significativos com base nas similaridades que existem entre as mesmas (HAIR *et al*, 2009, p. 35), técnica utilizada na fase de levantamento de dados para classificar os indicadores em quatro subgrupos: social, econômico, institucional ou ambiental (Anexo 1).

A análise de correspondência é capaz de transformar dados não-métricos em métricos, por meio de uma tabela de contingência (HAIR *et al*, 2009, p. 36), método utilizado nesta pesquisa para transformar as variáveis qualitativas da base de dados MUNIC em dados métricos utilizados para o cálculo dos índices setoriais. Tal procedimento foi usado para criar os quatro indicadores institucionais (gestão democrática, planejamento, transporte e responsabilidade social) e dois indicadores ambientais (financiamento e articulação intermunicipal).

A análise fatorial, por sua vez, tem por objetivo analisar a estrutura das inter-relações de um grande número de variáveis, definindo conjuntos de variáveis fortemente inter-relacionadas (HAIR *et al*, 2009, p. 102). Esses conjuntos de variáveis altamente intercorrelacionadas, conhecidos como fatores, são medidas compostas representativas de cada dimensão. De acordo com Hair *et al* (2009, p. 102), os fatores produzem um duplo efeito: reduzem o número de variáveis para análise e permitem representar numericamente conceitos que não podem ser adequadamente descritos por uma única medida. A análise fatorial é, em geral, utilizada sob uma perspectiva exploratória. Não há consenso sobre a possibilidade de essa técnica ser adequadamente utilizada com fins confirmatórios. A

análise exploratória de dados (traduzido do inglês *exploratory data analysis*) foi estudada e disseminada por John Tukey⁴ como algo complementar à prática estatística de análise confirmatória de dados (GRAHAM, p. 81). O seu objetivo básico é o de sintetizar uma série de valores de mesma natureza, proporcionando uma visão global da situação descrita de forma numérica, por meio de gráficos, enquanto a modalidade confirmatória busca testar hipóteses. Este trabalho utilizou técnicas analíticas fatoriais para criar as seguintes medidas compostas:

- índice de mortalidade de crianças menores de 1 ano, criado a partir da relação entre número de nascidos vivos registrados no ano e número de óbitos de menores de 1 ano registrados no mesmo ano;
- taxa de emprego, representada pela relação entre o número de pessoas economicamente ativas e o número de pessoas ocupadas;
- a contribuição da agropecuária para o PIB municipal, relação entre a riqueza produzida pela atividade agropecuária e a decorrente das atividades industriais e de prestação de serviços.

A criação dos indicadores acima listados foi necessária em decorrência da indisponibilidade de dados estatísticos compostos que refletissem a mortalidade infantil, a disponibilidade de empregos e a contribuição da atividade agropecuária para os municípios. Estes indicadores foram considerados relevantes para retratar o grau de sustentabilidade dos municípios brasileiros, motivo pelo qual a sua construção foi indispensável. Ademais, foi utilizada a análise fatorial, a partir de um ponto de vista exploratório ou não-confirmatório, para interpretar os índices sintéticos criados neste trabalho.

⁴ John Wilder Tukey (1920-2000), Ph. D, em matemática pela Universidade de Princeton, Estados Unidos.

2.2.2 Etapas do processo de seleção dos indicadores

O primeiro momento da seleção dos indicadores foi a realização de um amplo levantamento de variáveis em nível municipal e a sua classificação em quatro subgrupos (social, econômico, institucional e ambiental), a partir da técnica estatística de análise de agrupamentos (HAIR *et al*, 2009, p. 35). O resultado dessa primeira etapa está no Anexo 1.

A principal fonte de dados estatísticos no Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que disponibiliza diferentes bancos de dados em escala municipal - o “Banco de Dados Agregados” (SIDRA), a ferramenta “Cidades@” e a “Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)”. Outros importantes bancos de dados contendo informações municipais foram pesquisados e analisados. São eles: o IPEADATA, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); o Censo Educacional de 2007, realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisa Educacional (INEP); o DATASUS, contendo informações sobre o Sistema Único de Saúde (SUS); e o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

No que se refere aos dados do IBGE, o Banco de Dados Agregados (SIDRA) disponibiliza uma amostra razoável de dados coletados em 2000, ano em que foi realizado o último Censo Demográfico. A “Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)”, por sua vez, resultou na série de publicações intituladas *Perfil dos Municípios Brasileiros*. Neste trabalho foram usados os dados mais recentes do MUNIC, coletados em 2006. Já a base de dados Cidades@, também do IBGE, tem as seguintes informações em nível municipal: Contagem da População, de 2007; Assistência Médica Sanitária (dados de 2005); Estatística do Registro Civil (dados de 2007); Pesquisa de Informações Básicas Municipais (dados de 2001 a 2008); Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2000 (dados de 2000); Coordenação de Contas Nacionais (dados de 2006); Pesquisa de Orçamentos Familiares, realizada entre 2002 e 2003 (dados de 2002). Os últimos dados do INEP e do IPEADATA referem-se a 2007 e os dados mais atuais do sistema DETER do INPE são de 2008.

Salvo algumas raras exceções, o banco de dados agregados SIDRA e o Cidades@ contêm os mesmo dados métricos. O que os diferencia é a forma como são apresentados: o Cidades@ disponibiliza dados agrupados por temas, em planilhas e na linguagem *html*; o SIDRA tem uma ferramenta de busca por palavra-chave e permite selecionar a informação desejada (recortes temporal, geográfico etc.). Muitas vezes o Cidades@ tem informação

mais atualizada que o SIDRA, pois a forma de apresentação da informação é mais simples, motivo pelo qual os dados aparecem mais rapidamente na página do IBGE na Internet.

Por fim, foi necessário usar o banco de dados sobre áreas protegidas criado pelo Instituto Socioambiental (ISA), organização não-governamental que mantém um sistema de informações sobre unidades de conservação federais e estaduais e terras indígenas mais atualizado que os sistemas de informação mantidos pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

O segundo passo foi desconsiderar os dados não-confiáveis, como alguns indicadores que fazem parte do banco de dados MUNIC-IBGE, que foram criados a partir de respostas de representantes municipais, sem qualquer comprovação. Informações de menor relevância para a pesquisa, como as variáveis sobre produção de diversos produtos agropecuários disponibilizados pelo IPEA, também foram descartadas, por terem baixo grau de inter-relação, de acordo com a análise fatorial realizada tendo como parâmetro de relevância dos dados. Esses indicadores, apesar de serem numerosos, agregam pouca informação à nossa análise, contribuindo pouco para a representação da realidade. Complementarmente, outro método foi utilizado para garantir a relevância dos indicadores: foi desenvolvida uma matriz de perguntas e respostas, como recomendado por Nilsson e Bergstrom (1995, p. 177), buscando eleger, dentre todas variáveis possíveis, aquelas que, por serem recorrentes, devem ser as mais representativas dos problemas característicos da realidade em estudo. Essa matriz de perguntas e respostas, apresentada na Figura 4, abaixo, foi elaborada a partir das idéias de Délcio Vieira Salomon sobre o Suporte Referencial de Superação (SuRS), procedimento metodológico por ele desenvolvido em sua tese de livre-docência (SALOMON, 2006).

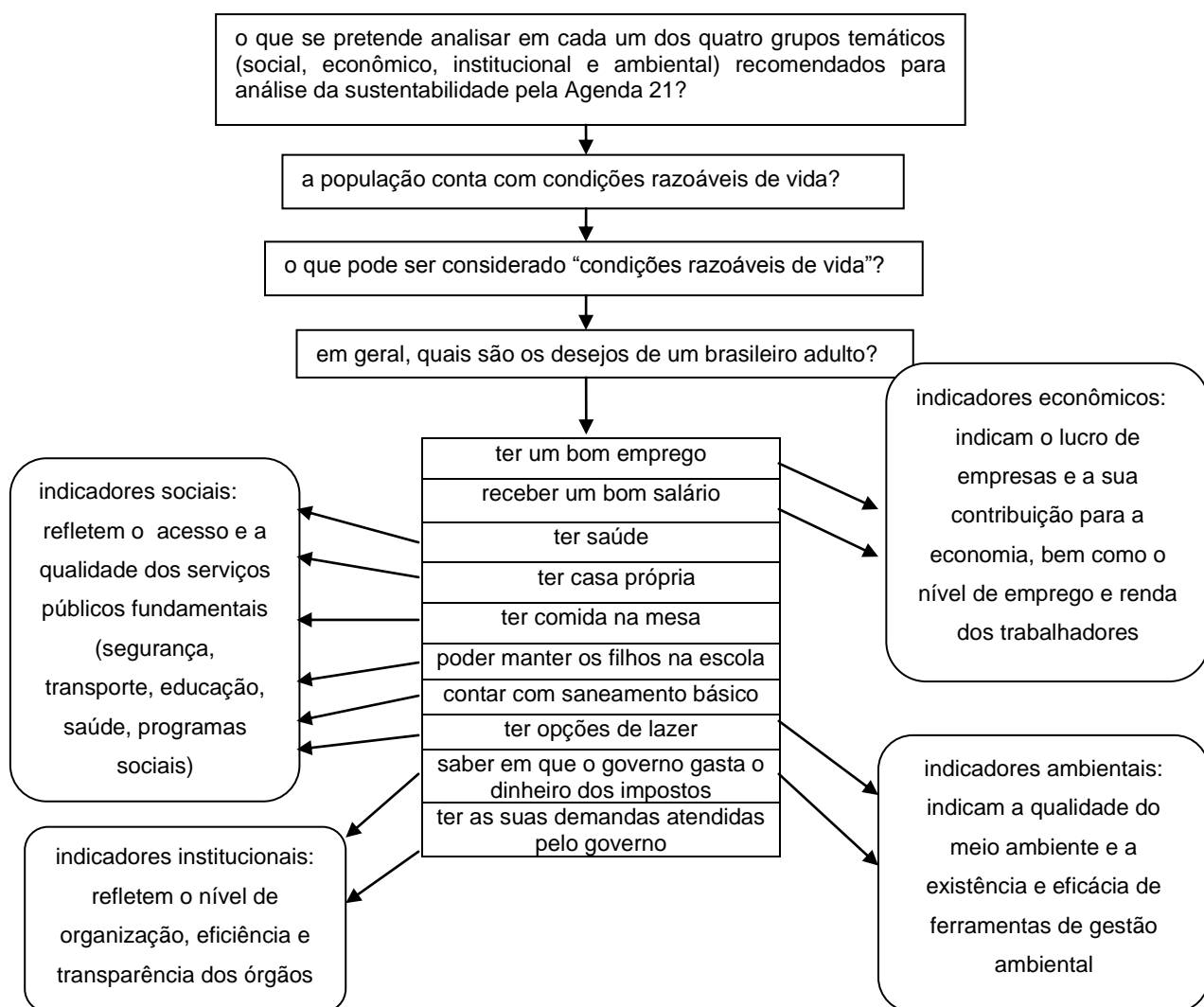


Figura 4 – Diagrama de decisão para seleção de indicadores de sustentabilidade. Fonte própria.

O ponto de partida do SuRS é a problematização da realidade e o seu ponto final é a solução do problema. No caso, o problema é a dificuldade em identificar os indicadores que melhor refletem a realidade dos municípios da área de influência da BR-163. Salomon entende que cada um compreende a realidade de uma forma diferente, pessoal e única. A solução proposta para um mesmo problema pode, portanto, ser diferente, dependendo de como cada indivíduo processa a realidade. Para o autor

“tanto o pensar reflexivo como a pesquisa a) são processos; b) iniciam-se com perguntas, com *problemas* (e não premissas); c) ao formular-se tais perguntas, tais problemas, há necessidade de se estabelecer um *suporte referencial* para, no mínimo, aclarar a natureza do problema e contextualizar a questão” (SALOMON, 2006, p. 40).

O SuRS é apontado como recurso metodológico ou estratégia que ajuda a operar o processo do pensamento e do agir (SALOMON, 2006, p. 47 e 54). Como suporte, ele dá direção ao processo de pensar e agir, de acordo com a intenção (topos) do sujeito (idem, p. 54-55). Como referencial, ele contextualiza o problema (idem, p. 56-59). Como superação do conflito ou do problema, o SuRS é um instrumento para analisar as contradições.

Neste trabalho a “técnica do relógio” de Salomon e a metodologia de análise fatorial (HAIR *et al*, 2009, p. 104), foram agregadas, resultando no que vamos chamar de “diagrama de decisão”, no qual figuram algumas perguntas (problematizações da realidade ou pontos de partida) e possíveis respostas. Esse método de organização de idéias foi o principal guia na seleção dos indicadores mais relevantes para a análise da realidade nos municípios selecionados no capítulo anterior.

Como se pode concluir da análise da Figura 4 acima, a reflexão em torno das variáveis selecionadas tem como linha mestra não apenas o bem-estar econômico da população, mas também indicadores de políticas ambientais, de tendências sociais e da organização do Estado. A idéia é averiguar se as pessoas estão conseguindo melhorar a vida conforme elas imaginaram para o seu futuro, não apenas no tocante à saúde econômica, mas também no que se refere a outros aspectos da vida em sociedade.

Há de se destacar, ainda, o esforço de selecionar os indicadores de sustentabilidade consagrados pela literatura e usar, na medida do possível, variáveis qualitativas. Nesse sentido, prevaleceram os indicadores comumente utilizados por organismos multilaterais, organizações não-governamentais e governos nacionais e subnacionais. Neste trabalho, tentou-se utilizar os indicadores recomendados pelas Nações Unidas (2007) e aqueles que foram objeto de reflexão e análise por parte do IBGE (2002, 2004, 2008). Complementarmente, outras publicações auxiliaram a seleção dos indicadores desenvolvidos nesta pesquisa (DEFRA, 2009; DIRECCIÓN, 2000).

A publicação *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Brasil* (IBGE, 2002, 2004, 2008) foi inspirada no movimento internacional liderado pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Consta do Anexo 2 deste trabalho uma comparação entre os indicadores utilizados pelo IBGE e os recomendados no livro *Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies* (2007). Verifica-se que o IBGE usou, em grande medida, os indicadores recomendados pelas Nações Unidas. Contudo, o estudo de indicadores do IBGE ocorreu em nível estadual. Infelizmente, nem todos os dados estaduais estão disponíveis para os municípios brasileiros. Dessa forma, foi

necessário ampliar a amostra desta pesquisa para incluir dados coletados por outras instituições mencionadas.

No que se refere às variáveis qualitativas, foram priorizadas, quando disponíveis em nível municipal, dados que demonstram a qualidade de uma variável em substituição à informação sobre a sua quantidade. Por exemplo, não foram usadas variáveis consagradas no que se refere à educação, como taxa de alfabetização, vez que já existem no Brasil informações sobre a qualidade do ensino, medida por avaliações em nível nacional feitas pelo Ministério da Educação.

Por fim, concluiu-se que o espaço temporal da análise deveria ser definido a partir da datas em que os dados foram coletados ou produzidos, ou seja, o período que se inicia em 2000 e chega a 2009. Como mencionado, este trabalho não pretendeu fazer uma série histórica, mas um retrato da realidade dos municípios brasileiros nos primeiros dez anos deste século. A seguir, apresentamos os indicadores selecionados a partir das dimensões de análise adotadas nessa pesquisa.

2.2.3. Índice Social

Tabela 5 – Variáveis, indicadores e fontes do Índice Social

variáveis	indicadores e fontes
desenvolvimento humano	escolaridade, longevidade e renda (IDHM-PNUD - 2000)
qualidade da educação	qualidade do ensino básico (IDEB-INEP/MEC - anos iniciais, 2007)
mortalidade infantil	taxa de mortalidade infantil: relação entre número de nascidos vivos no ano por lugar do registro e número de óbitos de menores de 1 ano ocorridos e registrados no ano do lugar de residência do falecido (IBGE Cidades – Estatísticas de Registro Civil 2007)
habitação	percentual de domicílios particulares permanentes adequados: relação entre número total de domicílios particulares permanentes e número de domicílios particulares permanentes adequados (SIDRA 2417 IBGE, 2000)

São três os aspectos considerados de maior importância para a composição do índice social: educação, saúde e habitação. Estão refletidos em quatro indicadores selecionados (IDEB, IDHM, mortalidade infantil e qualidade da habitação) indicados na Tabela 5, acima, a partir dos critérios de relevância e confiabilidade, conforme descrito a seguir.

Talvez o indicador social mais importante deste estudo seja o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O IDHM é uma variação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com o objetivo de possibilitar a comparação entre os níveis de desenvolvimento socioeconômico em diferentes países, regiões ou localidades. Ele é formado por quatro variáveis (taxa de alfabetização, taxa de escolarização, esperança de vida ao nascer e PIB *per capita*), que refletem a situação em três diferentes aspectos do desenvolvimento humano: educação, saúde e renda⁵.

O Anexo 1 deste trabalho traz uma longa lista de indicadores municipais de saúde, dentre elas: número de estabelecimentos de saúde públicos e privados com atendimento pelo SUS, com recortes sobre os tipos de atendimento (ambulatorial, internação etc.), inclusive os tipos de equipamentos nesses estabelecimentos; dados sobre óbitos e morbidades hospitalares com as suas possíveis causas; números de médicos e leitos. Os indicadores de saúde recomendados pelas Nações Unidas e coletados pelo IBGE têm um grau de agregação maior: esperança de vida ao nascer, taxa de mortalidade infantil, imunização infantil, desnutrição, acesso a serviços básicos de saúde etc. Não existem informações municipais sobre imunização e desnutrição e os dados sobre o acesso a serviço de saúde são muito dispersos. Dessa forma, optou-se neste trabalho por utilizar dois indicadores: índice de mortalidade de crianças menores de 1 ano (relação entre número de nascidos vivos registrados no ano e número de óbitos de menores de 1 ano registrados no mesmo ano, de acordo as Estatísticas do Registro Civil 2007, disponível em IBGE-Cidades@) e o IDH, que contribui com importante informação sobre longevidade.

Situação semelhante se passa com os dados sobre educação. Apesar dos vários dados existentes sobre acesso à educação (taxa de alfabetização, número de escolas, professores, matrículas etc) nos municípios brasileiros, em especial, disponibilizados no portal Cidades@ do IBGE, optou-se por enfatizar a qualidade dos anos iniciais do ensino fundamental nos municípios selecionados, que fazem parte do IDEB. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado pelo Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2007, é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e na Prova Brasil, que avaliam as

⁵ A variável renda foi considerada elemento principal do índice econômico construído neste trabalho, por meio do indicador renda média nominal *per capita*. Apesar disso, constará de forma subsidiária do índice social, por intermédio do IDHM.

habilidades dos alunos nas disciplinas de português e matemática.⁶ Ao lado do IDEB, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) também fornece informação sobre educação, ao incluir, no seu cálculo, duas variáveis: alfabetização e a taxa de matrícula no ensino básico, médio e superior. Juntos, esses dois índices são capazes de fornecer uma ampla visão da educação e subsidiar a discussão do capítulo 4 deste trabalho. A educação, portanto, constará do índice social a partir de cinco variáveis agregadas nesses dois índices sintéticos: aprovação, evasão, desempenho, alfabetização e matrícula.

Por fim, o indicador de habitação selecionado é aquele que, como os indicadores de educação e saúde, agrega o maior número possível de variáveis dentro de um só número: porcentagem dos domicílios com condições adequadas de moradia. O IBGE considera adequada a moradia que tem rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgoto ou fossa séptica, coleta de lixo por serviço de limpeza e até 2 moradores por dormitório.⁷ Com esse indicador pretende-se captar diversos aspectos sobre a qualidade da habitação nos municípios analisados, a partir dos critérios de saneamento básicos disponibilizados para a população.

Por fim, vale ressaltar que informações sobre demografia (densidade demográfica, população total, população residente, urbana ou rural, gênero, estrangeiros etc.), estatísticas de registro civil (registros, casamentos, óbitos), eleitorado e comparecimento nas eleições, dentre outras que constam do Anexo 1, não foram consideradas relevantes para a composição do índice social. Os dados demográficos do IBGE foram utilizados apenas como critério de seleção dos municípios (maior crescimento demográfico). Os dados sobre custos de transporte do IPEADATA, apesar de importantes para a análise da qualidade de vida da população, não se enquadraram no critério temporal definido para a pesquisa, motivo pelo qual também foram desconsiderados. Ressalta-se ainda a inexistência de dados sobre segurança pública, como registros de homicídios ou de mortes por acidentes de trânsito, problemas cotidianos em todo o território brasileiro. Dados pertinentes contribuiriam para a discussão sobre os aspectos sociais da sustentabilidade.

⁶ http://provabrasil.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=81&Itemid=98 Acesso em 2 julho 2009.

⁷ <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=2417> Acesso em 2 julho 2009.

2.2.4 Índice Econômico

Tabela 6 – Variáveis, indicadores e fontes do Índice Econômico

variáveis	indicadores e fontes
PIB	
agropecuário	valor adicionado da agropecuária (IBGE Cidades 2006)
renda média	valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com 10 anos ou mais (SIDRA 2908 IBGE, 2000)
taxa de emprego	taxa de ocupação: relação entre número de pessoas maiores de 10 anos, economicamente ativas na semana de referência, e número de pessoas maiores de 10 anos ocupadas na semana de referência (SIDRA 2953, 2000)
desigualdade	índice de Gini de distribuição de renda (IBGE Cidades, 2003)

Dentre os vinte e nove indicadores econômicos recomendados pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNCSD), o IBGE adotou dezesseis em sua publicação sobre indicadores de desenvolvimento sustentável (2008). Destarte, cabe ressaltar a falta de informação sobre Investimento Externo Direto (IED), sobre Ajuda Oficial para Desenvolvimento (ODA) e sobre comércio exterior, que poderiam ser úteis para uma análise sobre fontes internacionais de investimento público e privado no Brasil e sobre o possível interesse estrangeiro na economia brasileira. É possível verificar também que não existem indicadores municipais sobre consumo e produção, motivo pelo qual esses elementos não constam do índice econômico desenvolvido nesta pesquisa.

A despeito dessas lacunas, são numerosas as variáveis econômicas levantadas. Este trabalho considerou mais relevantes os seguintes indicadores: taxa de emprego, renda média, concentração de renda e PIB agropecuário, como mostra a Tabela 6, acima.

A taxa de emprego foi medida pela relação entre o número de pessoas economicamente ativas e o número de pessoas ocupadas na semana em que a informação foi coletada pelo IBGE. Esse indicador é amplamente utilizado em análises econômicas e está consagrado pela literatura como medida importante da saúde da economia, pois permite uma análise superficial sobre a circulação de moeda no território e, conseqüentemente, sobre o consumo. Ressalta-se, contudo, que esse indicador ignora os empregos informais, comuns no Brasil.

A renda média da população, segundo indicador econômico escolhido, equivale ao valor do rendimento médio *per capita* calculado pelo IBGE. Essa variável não consta do “Livro Azul” das Nações Unidas, provavelmente porque a concentração de renda não é marcante em todas as partes do mundo. Em países onde a renda é bem distribuída entre a

maior parte da população, o PIB *per capita* é, em geral, suficiente como medida econômica de renda. Não é o caso do Brasil, onde a maior parte da renda está historicamente concentrada nas mãos de uma pequena parcela da população. Por isso, escolhemos a combinação dos indicadores renda média e índice de Gini.

Também chamado de coeficiente de Gini, esse índice sintético foi desenvolvido para medir a desigualdade na distribuição da renda de uma amostra de pessoas. Trata-se de um índice sintético, expresso por um número que varia de 0,000 (situação em que não há concentração de renda) a 1,000 (situação em que toda a riqueza está concentrada em um único elemento). O UNCSO utiliza uma medida semelhante para demonstrar diferenças na obtenção de renda: a diferença entre o número de pessoas no quintil de renda mais alta (mais ricos) e no quintil de renda mais baixa (mais pobres). Essas informações também estão disponíveis em nível municipal, no banco de dados Cidades@, mas não foram utilizadas por demandar uma relativização de valores em relação à população de cada um dos municípios para permitir uma comparação adequada. Isso demandaria um trabalho mecânico dispensável em face da existência do índice de Gini.

Por fim, o quarto indicador que compõe o nosso índice econômico talvez seja o mais interessante para a análise da realidade de municípios localizados na região em estudo, caracterizada pelo avanço da fronteira agropecuária. Trata-se do PIB agropecuário, a contribuição da atividade agropecuária para o Produto Interno Bruto do município. O PIB municipal é calculado pela soma das riquezas produzidas por cada um dos setores produtivos (agropecuária, indústria e serviços). Tomou-se o cuidado de se relativizar essa variável a partir da comparação entre a riqueza produzida pela atividade agropecuária e a decorrente das atividades industriais e da prestação de serviços. Esse indicador tem o poder de agregar as dezenas de informações sobre produtividade agrícola disponíveis para diversos tipos de produtos da agricultura, pecuária e silvicultura listadas no Anexo 1.

2.2.5 Índice Ambiental

A Tabela 7 abaixo mostra as variáveis, indicadores e fontes utilizadas para composição do índice ambiental desenvolvido ao longo deste trabalho.

Tabela 7 – Variáveis, indicadores e fontes do Índice Ambiental

variáveis	indicadores e fontes
área protegida	extensão de áreas protegidas (ISA)
degradação	extensão de área desmatada (INPE-PRODES)
financiamento	fundo de meio ambiente – existência e atividade (MUNIC 2008 IBGE)
articulação intermunicipal	existência de instrumentos de articulação intermunicipal na área de meio ambiente (MUNIC 2008 IBGE)

A construção do índice ambiental foi prejudicada pela insuficiência de indicadores ambientais disponíveis em nível municipal. Além de insuficientes, muitos dados não atendem ao requisito de confiabilidade. Destarte, verificou-se que grande parte dos dados do MUNIC não são confiáveis. As informações do MUNIC são prestadas por representantes dos governos municipais, por meio de preenchimento de formulários desenvolvidos pelo IBGE, não havendo exigência de comprovação da veracidade (IBGE, 2008a). Algumas informações, como a existência de regulamentação legal, de conselhos e de fundos, podem ser confirmadas por documentos ou publicações internas; outras, como a extensão de áreas erodidas, são de difícil comprovação. Dessa forma, foram utilizados apenas os dados sobre gestão ambiental constantes do banco de dados MUNIC que, apesar de escassas, são confiáveis. Dentre as disponíveis, selecionamos duas: existência e atividade de Fundo Municipal de Meio Ambiente e existência de articulação intermunicipal na área de meio ambiente. A seguir, são apresentadas na Tabela 8, as análises de correlação para os dois indicadores, as quais transformam as informações qualitativas em dados métricos, de acordo com técnica de análise de correspondência.

Tabela 8 – Análise de correspondência para Fundo de Meio Ambiente e Articulação Intermunicipal - 2006

	fundo de meio ambiente			articulação intermunicipal			indicador
	existência	atividade	indicador	consórcio	comitê de bacia	outro	
Anapu	0	0	0	1	0	0	1
Barreirinha	0	0	0	0	0	1	1
Faro	0	0	0	0	0	1	1
N. Progresso	0	0	0	0	0	0	0
Rurópolis	0	0	0	0	0	0	0
S. F. Xingu	1	1	2	0	0	1	1
Matupá	0	0	0	1	0	0	1
Nova Mutum	1	0	1	1	0	0	1

Legenda: Sim = 1; Não = 0. O indicador é criado a partir da soma simples das respostas.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de informações básicas municipais. Perfil dos municípios brasileiros. 2008.

Indicadores sobre a eficiência de órgãos de licenciamento e fiscalização, sobre a eficácia da gestão de unidades de conservação ou sobre existência de manejo florestal sustentável seriam mais relevantes do que as selecionadas. Porém, como se verá adiante, os órgãos ambientais brasileiros parecem estar longe de conseguir cumprir tais atribuições, quiçá mensurá-las em nível municipal.

Os dois outros indicadores selecionados referem-se à situação da conservação ambiental: extensão de áreas protegidas e extensão de áreas florestais desmatadas. Ambos constam das duas publicações que orientam nossa seleção (NAÇÕES UNIDAS, 2007; IBGE, 2008). Os dados sobre desmatamento na Amazônia Legal utilizados neste trabalho são as estimativas feitas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O INPE produz estimativas anuais de desflorestamento, por meio de classificação digital de imagens LANDSAT seguindo a metodologia PRODES (CÂMARA; VALERIANO; SOARES; 2006). As informações estão disponíveis na Internet⁸, com recortes estaduais e municipais, para o período 1997-2008. O acesso é fácil e gratuito. As informações do INPE são altamente relevantes para o nosso trabalho e a confiabilidade dos dados é máxima. O indicador utilizado é o percentual de área desflorestada até 2008, como mostra a Tabela 9, abaixo.

Tabela 9 – Desmatamento acumulado até 2008 nos municípios selecionados

	área do município (km ²) (1)	área desmatada até 2008 (km ²) (2)	percentual desmatado (2)/(1) (%)
Anapu	11.909	1.891,1	16
Barreirinha	5.759	717,9	12
Faro	11.794	222,1	2
Novo Progresso	38.183	4.859,6	13
Rurópolis	7.025	1.648,5	23
São Félix Xingu	84.249	15.887,9	19
Matupá	5.153	1.835,1	36
Nova Mutum	9.546	2.755,5	29

Fonte: PRODES/INPE.

A situação de monitoramento e gestão das áreas protegidas brasileiras é bem diferente. Os sistemas de informação mantidos pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade não são atualizados com a frequência desejável, carecendo do requisito da confiabilidade. Dessa forma, foi necessário

⁸ Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php> Acesso em 18 novembro 2009.

utilizar o sistema de informação sobre áreas protegidas federais e estaduais, desenvolvido e mantido pelo Instituto Socioambiental (ISA), organização não-governamental de renome. O ISA conta com o trabalho de especialistas em georeferenciamento e ecologia e presta esse importante serviço à sociedade brasileira e internacional.

Dois pontos devem ser observados sobre as informações disponibilizadas pelo ISA: o sistema não contempla unidades de conservação municipais e não disponibiliza os dados com recorte municipal. Por isso, não foi possível produzir indicadores de extensão de áreas protegidas nos municípios, como inicialmente previsto. Optou-se por utilizar variáveis qualitativas sobre existência e gestão, usando a análise de correspondência: primeiro foi feito o levantamento de todas as unidades de conservação nos municípios selecionados, a partir do banco de dados do ISA, e depois foram atribuídos pontos para o número de unidades de conservação e existência de conselho e plano de manejo para as mesmas. O resultado está refletido na Tabela 10, abaixo.

Tabela 10 – Análise de correspondência sobre existência e gestão de áreas protegidas - 2008

	número de unidades de conservação federais e estaduais	número de conselhos	número de planos de manejo	indicador
Anapu	0	na	na	0
Barreirinha	0	na	na	0
Faro	2	1	1	4
N. Progresso	3	0	1	4
Rurópolis	2	2	1	5
S. F. Xingu	5	2	2	9
Matupá	0	na	na	0
Nova Mutum	1	0	0	1

Fonte: Instituto Socioambiental. <http://www.socioambiental.org/uc/>

Apesar de trazer dados interessantes sobre a existência e gestão de unidades de conservação, esse indicador apresenta a fragilidade de não ser relativo. Em outras palavras, não foram consideradas a área dos municípios e a extensão das suas respectivas áreas protegidas. No entanto, é relevante ter um indicador sobre áreas protegidas na composição do índice ambiental, o que nos levou à decisão de incorporar as variáveis acima descritas.

Por fim, cabe observar a completa ausência de indicadores com recorte municipal sobre emissão de gases associados ao efeito estufa, sobre consumo de substâncias

destruidoras da camada de ozônio, sobre uso de fertilizantes e de agrotóxicos e sobre espécies extintas ou ameaçadas de extinção. Existe, no Brasil, uma grande lacuna de informação sobre meio ambiente e gestão ambiental. É imperativo o trabalho de coleta e de disponibilização desses dados por parte dos órgãos ambientais, das universidades ou de instituições privadas ou públicas não-governamentais.

2.2.6 Índice Institucional

Tabela 11 – Variáveis, indicadores e fontes do Índice Institucional

variáveis	indicadores e fontes
gestão democrática	conselho municipal de política urbana - existência, paridade e atividade (MUNIC 2008 IBGE)
responsabilidade fiscal	déficit ou superávit orçamentário (MUNIC 2008 IBGE)
planejamento	existência de plano diretor (MUNIC 2008 IBGE)
transporte	existência de plano municipal de transporte (MUNIC 2008 IBGE)

O aspecto institucional parece estar sub-representado nos indicadores recomendados pelas Nações Unidas. O IBGE, apesar de destinar um número maior de variáveis ao tema, se comparado ao “Livro Azul”, também não apresenta informações em quantidade e qualidade suficientes para garantir a representatividade dessa dimensão para o desenvolvimento sustentável. Este trabalho, contudo, não incidiu no mesmo erro, ao selecionar quatro indicadores para o desenvolvimento do índice institucional, mesmo número utilizado para a composição dos índices social, econômico e ambiental.

O índice institucional traz dados que refletem a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais. É o único índice setorial elaborado apenas a partir de informações da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC 2008). Esses dados, ao contrário das informações sobre ocorrências impactantes no meio ambiente, são confiáveis, por serem comprováveis por documentos oficiais dos respectivos municípios.

Como ocorre com os outros três índices, o índice institucional foi formado por quatro variáveis: planejamento, orçamento, democracia e transporte, como mostra a Tabela 11, acima. O planejamento municipal é avaliado pela existência, ou não, de Plano Diretor. O caráter democrático da gestão municipal será avaliado pela existência, paridade e atividade (realização de reunião nos últimos doze meses) do Conselho Municipal de Política Urbana ou similar, ou seja, pela efetividade da participação de diferentes atores nos espaços criados

pelo Poder Público. O indicador sobre existência de plano municipal de transporte foi selecionado por refletir a preocupação do governo local de melhorar as condições de deslocamento inter e intramunicipal da população. Como todos os indicadores institucionais foram retirados do banco de dados MUNIC, foi necessário traduzir as variáveis qualitativas para linguagem numérica. Os resultados da análise de correspondência estão na Tabela 12, abaixo.

Tabela 12 - Análise de correspondência de indicadores institucionais – Plano Diretor, Conselho de Política Urbana, Fundo de Meio Ambiente e Articulação Intermunicipal - 2006

	plano diretor existência	conselho de política urbana ou similar existência	paridade atividade	indicador	plano de transporte existência
Anapu	0	0	0	0	0
Barreirinha	1	0	0	0	0
Faro	1	1	1	2	0
N. Progresso	1	0	0	0	0
Rurópolis	1	0	0	0	0
S. F. Xingu	1	0	0	0	0
Matupá	0	0	0	0	0
Nova Mutum	1	0	0	0	0

Legenda: Sim = 1; Não = 0. O indicador é criado a partir da soma simples das respostas.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de informações básicas municipais. Perfil dos municípios brasileiros. 2006.

A saúde fiscal do município está refletida na existência de déficit ou superávit orçamentário, ou seja, se a receita supera o gasto público, ou vice-versa. Os dados receberam tratamento para a construção do indicador, como mostra a Tabela 13 apresentada a seguir.

Tabela 13 – Análise de correspondência para receita e despesa municipais - 2007

	receita (R\$)	despesa (R\$)	indicador
Anapu	12.728.231,30	12.687.363,15	+1
Barreirinha	23.842.725,75	21.971.011,34	+1
Faro	9.430.077,92	9.398.385,73	+1
Novo Progresso	26.376.298,65	31.452.780,17	-1
Rurópolis	21.618.524,69	22.787.032,00	-1
São Félix Xingu	40.989.488,22	41.830.872,24	-1
Matupá	24.444.559,23	21.394.735,13	+1
Nova Mutum	38.614.020,81	37.851.084,61	+1

Fontes: Cidades@ IBGE. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

Esses indicadores foram considerados os mais relevantes, dentre os disponíveis (Anexo1), para uma análise sobre sustentabilidade. O fato de a região em estudo ser caracterizada pelo crescimento demográfico acelerado, como mostra a Tabela 1 apresentada no capítulo anterior, demanda cautela no planejamento e gestão municipal. A participação da sociedade civil e os instrumentos de planejamento são importantes ferramentas de gestão pública. Se bem utilizadas, permitem direcionar as políticas públicas para as prioridades e necessidades da população local e contribuir para o ordenamento territorial (rural e urbano), contribuindo, dessa forma, para o equilíbrio e a saúde do meio ambiente natural e humano.

Fechamos esse capítulo com o resumo dos 16 indicadores selecionados, refletidos na Tabela 14, abaixo, para compor os quatro índices setoriais que serão apresentados e discutidos no Capítulo 4.

Tabela 14 – Composição dos Índices Setoriais – Descrição dos Indicadores com as suas respectivas fontes

índice	variáveis	indicadores e fontes
índice social	desenvolvimento humano (+)	escolaridade, longevidade e renda (IDHM-PNUD - 2000)
	qualidade da educação (+)	qualidade do ensino básico (IDEB-INEP/MEC - anos iniciais, 2007)
	mortalidade infantil (-)	taxa de mortalidade infantil: relação entre número de nascidos vivos no ano por lugar do registro e número de óbitos de menores de 1 ano ocorridos e registrados no ano do lugar de residência do falecido (IBGE Cidades – Estatísticas de Registro Civil 2007)
	habitação (+)	percentual de domicílios particulares permanentes adequados: relação entre número total de domicílios particulares permanentes e número de domicílios particulares permanentes adequados (SIDRA 2417 IBGE, 2000)
índice econômico	PIB agropecuário (+)	valor adicionado da agropecuária (IBGE Cidades 2006)
	renda média da população (+)	valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com 10 anos ou mais (SIDRA 2908 IBGE, 2000)
	taxa de emprego (+)	taxa de ocupação: relação entre número de pessoas maiores de 10 anos, economicamente ativas na semana de referência, e número de pessoas maiores de 10 anos ocupadas na semana de referência (SIDRA 2953, 2000)
	desigualdade (-)	índice de Gini de distribuição de renda (IBGE Cidades, 2003)
índice ambiental	área protegida(+)	extensão de áreas protegidas (ISA)
	degradação (-)	extensão de área desmatada (INPE-PRODES)
	financiamento (+)	fundo de meio ambiente – existência e atividade (MUNIC 2008 IBGE)
índice institucional	articulação intermunicipal (+)	existência de instrumentos de articulação intermunicipal na área de meio ambiente (MUNIC 2008 IBGE)
	gestão democrática (+)	conselho municipal de política urbana - existência, paridade e atividade (MUNIC 2008 IBGE)
	responsabilidade fiscal (+)	déficit ou superávit orçamentário (MUNIC 2008 IBGE)
	planejamento (+)	existência de plano diretor (MUNIC 2008 IBGE)
	Transporte (+)	existência de plano municipal de transporte (MUNIC 2008 IBGE)

3 PAINEL DA SUSTENTABILIDADE

No capítulo 2 foram descritos os passos para seleção dos indicadores que foram agregados para criação dos índices setoriais (social, econômico, institucional e ambiental) e do índice de sustentabilidade. Este capítulo apresenta, de forma resumida, algumas ferramentas de avaliação de sustentabilidade tratadas pela literatura sobre o tema, justifica porque foi escolhido o *Dashboard of Sustainability* para ser usado neste trabalho e descreve como a ferramenta foi adaptada para a análise da sustentabilidade de municípios brasileiros.

O surgimento e o amadurecimento do conceito de desenvolvimento sustentável não foram acompanhados de uma discussão crítica consistente a respeito do seu significado e das medidas necessárias para alcançá-lo, apesar das inúmeras iniciativas de organizações da sociedade civil e de organismos internacionais nesse sentido. A falta de consenso em torno do significado prático da expressão “desenvolvimento sustentável” dificulta a construção de indicadores e de técnicas de avaliação que permitam algum tipo de quantificação da sustentabilidade. Isso leva alguns estudiosos a optar por outros conceitos, como desenvolvimento humano, desenvolvimento social, bem-estar humano, qualidade de vida, dentre outros. Estudos recentes sobre o assunto indicam que tal análise só é possível a partir do estudo de um número relativamente grande de dados sobre diferentes aspectos (produção, consumo, saúde, educação, equilíbrio ecológico, etc.) que, combinados, possibilitem uma visão holística da realidade (GUIMARÃES; JANUZZI, 2004; LAWN, 2003; PARRIS; KATES, 2003; PRESCOTT-ALLEN, 2001; TALBERTH; COBB; SLATTERY, 2007; BOSSEL, 1999; NESS *et al*, 2007; PILLARISSETTI; BERGH, 2008). Indicadores e índices são, portanto, a base para a construção de ferramentas de avaliação.

3.1 FERRAMENTAS DE MENSURAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE CONHECIDAS INTERNACIONALMENTE

Instrumentos de análise da sustentabilidade que comportam múltiplos indicadores vêm sendo desenvolvidos e testados. Tornaram-se importante insumo para o estudo do atual estado de uma empresa, de uma cidade, de uma região ou de um país, para a projeção de cenários futuros e para determinar os meios que garantirão a manutenção da sociedade no longo prazo. Algumas das ferramentas já testadas e divulgadas são: o Índice de Desenvolvimento Humano, comentado no capítulo anterior; o Índice de Bem-estar

Econômico Sustentável (em inglês, *Sustainable Economic Welfare* – ISEW) (LAWN, 2003); o Indicador de Progresso Genuíno (em inglês, *Genuine Progress Indicator* – GPI) (LAWN, 2003; PARRIS; KATES, 2003; TALBERTH; COBB; SLATTERY, 2007); o Índice de Sustentabilidade Ambiental (em inglês, *Environmental Sustainability Index* - ESI) (NESS et al, 2007; PARRIS; KATES, 2003; PILLARISSETTI; BERGH, 2008); o Índice de Bem-estar (em inglês, *Wellbeing Index*) (NESS et al, 2007; PARRIS; KATES, 2003; PRESCOTT-ALLEN, 2001); o Barômetro da Sustentabilidade (em inglês, *Barometer of Sustainability*), o Painel da Sustentabilidade (em inglês, *Dashboard of Sustainability*); e a Pegada Ecológica (em inglês, *Ecological Footprint*). Esta última é a mais conhecida e estudada (BOSSSEL, 1999; NESS et al, 2007; PARRIS; KATES, 2003; PILLARISSETTI; BERGH, 2008; TALBERTH; COBB; SLATTERY, 2007).

Ness et al (2007) apresentam um interessante classificação de ferramentas usadas em diversos países, sistematizada na Figura 5, abaixo.

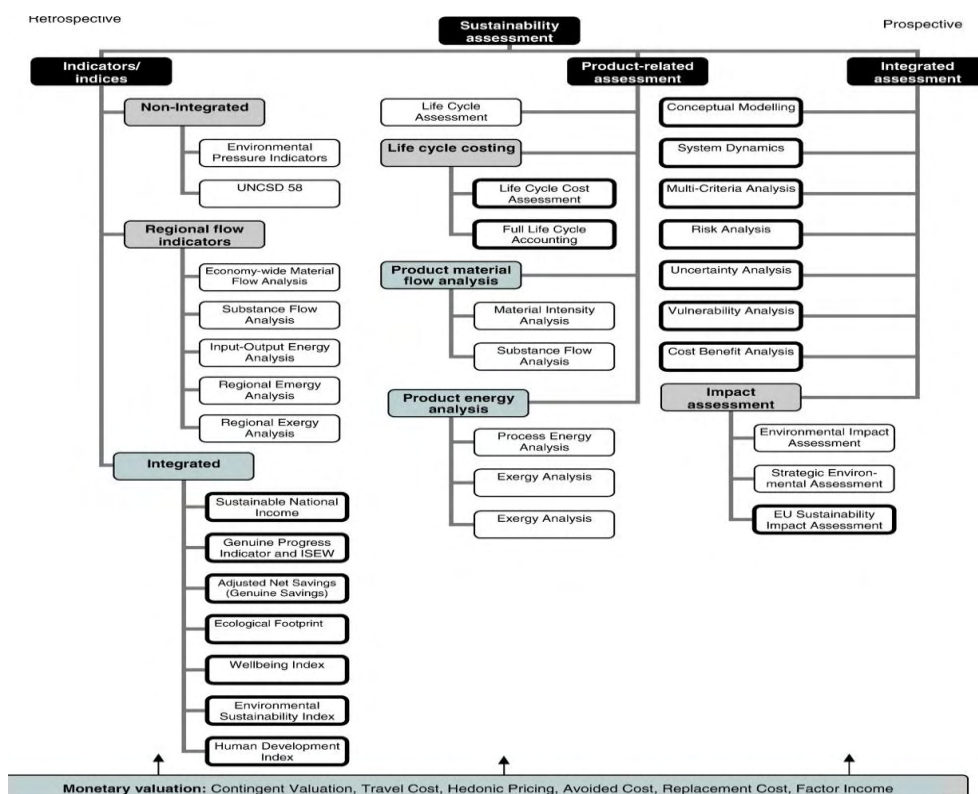


Figura 5: Sistematização de ferramentas de avaliação de sustentabilidade. Fonte: NESS et al, 2007.

Ness *et al* (2007) apresentam diversas ferramentas de avaliação e analisam em que medida elas são capazes de incorporar as diferentes dimensões da sustentabilidade. A classificação é feita a partir da combinação de três critérios: temporalidade, capacidade de integrar diferentes dimensões e importância do aspecto monetário. A parte superior da Figura 4 sinaliza o aspecto temporal do diagrama, que pode ser retrospectivo (indicadores e índices) ou prospectivo (avaliação integrada), indicando que as ferramentas de avaliação integrada tendem a prevalecer no futuro e, ainda, que as avaliações por produto devem ser mantidas por algum tempo. As ferramentas destacadas em negrito são as utilizadas para avaliação integrada entre natureza e sociedade. As ferramentas de avaliação monetária descritas na parte inferior da figura são complementares às ferramentas principais classificadas nos três subgrupos mencionados e utilizadas quando o aspecto monetário assume maior importância para a análise.

Uma breve descrição dessas ferramentas será feita a seguir e, posteriormente, com maior detalhamento apenas daquelas que contribuem para a discussão das técnicas de maior relevância para este trabalho, ou seja, aquelas que se propõem a agregar indicadores com vistas à composição de índices sintéticos a partir da análise da relevância de múltiplas variáveis e da contribuição de cada uma delas para a sustentabilidade.

Dentre os índices ou indicadores relacionados por Ness *et al* (2007) que não conseguem integrar natureza e sociedade, estão os Indicadores de Pressão Ambiental (*Environmental Pressure Indicators*), desenvolvido pelo Escritório de Estatística da União Européia para permitir a mensuração e comparação entre países de dados relacionados a desflorestamento, pressão sobre estoques pesqueiros, intensidade do turismo, tratamento de lixo, dentre outros. Na mesma categoria estão os Indicadores da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – UNCSD, um extenso conjunto de indicadores que foi amplamente discutido e testado por diferentes nações, que foram agrupados em 4 categorias – social, econômico, institucional e ambiental – mesma categorização utilizada neste trabalho (NAÇÕES UNIDAS, 2007).

A segunda classificação de índices e indicadores refere-se a ferramentas que focam na análise de fluxos, contribuindo com uma visão geral da estrutura dos fluxos de recursos e com a identificação de ineficiências de um determinado sistema. A Análise de Fluxo de Materiais (*Material Flow Analysis*) analisa o funcionamento da sociedade e sua relação com o meio ambiente. A versão analisada pelos autores, *Economy-wide Material Flow Analysis*, mostra os fluxos de entrada de material na economia por meio de indicadores de produção e

consumo e de saída de resíduos e emissões para o meio ambiente. Análise de Fluxo de Substâncias (*Substance Flow Analysis*) relaciona fluxos de produtos ou compostos químicos e os seus prejuízos ao meio ambiente, com o objetivo de identificar áreas problemáticas e reduzir o uso de uma determinada substância. A Análise de Fluxo de Energia (*Input-Output Energy Analysis*) é baseada na primeira lei da termodinâmica, que afirma que a energia é constante e não pode ser criada nem destruída, mas só pode ser convertida em diferentes tipos de energia. O uso de energia pode ser medido: como insumo e produto em diferentes setores da economia, pela exergia e pela emergia. As duas últimas (*Regional Emergy Analysis* e *Regional Exergy Analysis*) consideram tanto a qualidade como a quantidade de energia.

The exergy of a system is the maximal amount of mechanical work that can be extracted (Wall, 1977). An exergy analysis gives an overview of the effectiveness of resource utilisation and show where losses occur, and where technological improvements can be made to increase energy efficiency. There are examples of Regional Exergy Analyses for Sweden (Wall, 1997), Japan (Wall, 1990), and the United States (Ayres et al., 2003). Odum (1996) has created a methodology for Regional Emergy Analysis where all resources and goods are expressed in common units (solar emjoules) measuring the solar energy that was needed for producing them (Doherty et al., 2002). (NESS *et al*, 2007. p. 501-502)

Os índices ou indicadores integrados (aqueles que combinam diferentes dimensões em um único valor numérico) são a categoria mais importante para este trabalho. A pesquisa adota este tipo de expressão numérica agregada para desenvolver um Índice de Sustentabilidade. Alguns exemplos de índices estão descritos nos próximos parágrafos.

O Índice Sustentável de Rendimento Nacional (*Sustainable National Income*), desenvolvido pelo governo holandês, incorpora a utilização de recursos naturais na contabilidade da renda nacional, relacionando a estimativa do que seria a utilização sustentável com os níveis de uso correntes (NESS et al, 2007). A diferença entre os valores mostra o excesso de consumo em relação aos níveis sustentáveis.

O Índice de Desenvolvimento Econômico Sustentável (*Index of Sustainable Economic Welfare - ISEW*) e o Indicador Genuíno de Progresso (*Genuine Progress Indicator – GPI*), ferramentas similares que incluem um conjunto de indicadores não-monetários nas práticas de contabilidade nacionais, ampliando o conceito de bem-estar ao incluir variáveis sociais e ambientais a indicadores econômicos consagrados como produção e renda *per capita*, tais como poluição do ar para abranger um conjunto maior de indicadores de bem-estar (OCDE, 2001). Em verdade, a segunda é uma variação da primeira, como ensina Lawn (2003), que

cita ainda um terceiro mecanismo semelhante, o Índice de Benefício Líquido Sustentável (*Sustainable Net Benefit Index*).

A ferramenta *Adjusted Net Savings* (também chamado *Genuine Savings*) é uma taxa (positiva ou negativa) criada a partir das variáveis: depleção de recursos naturais, degradação ambiental, mudanças tecnológicas, recursos humanos e exportação de recursos naturais não-renováveis, que possibilita a um país identificar se está se aproximando (resultado positivo) ou se afastando (resultado negativo) de um padrão de desenvolvimento sustentável pré-determinado (NESS et al, 2007).

A Pegada Ecológica (*Ecological Footprint*) contabiliza fluxos de matéria e de energia que entram e saem de um determinado sistema econômico e converte esses fluxos em extensão da área ou volume de água necessários para sustentar esse sistema, resultando numa média *per capita* entre consumo e terra e/ou água necessária para aquela produção. A definição de “pegada ecológica” é, portanto, a área de ecossistema necessária para assegurar a sobrevivência de uma determinada população ou sistema. O procedimento para cálculo da pegada ecológica é o seguinte: primeiro se calcula a média anual de consumo, dividindo o consumo total pelo tamanho da população; depois se estima a área apropriada *per capita* para a produção, dividindo-se o consumo anual *per capita* (kg/capita) pela produtividade média anual (kg/ha); por fim, a área total apropriada é obtida por meio da multiplicação da área média apropriada individualmente pelo tamanho da população total. A ferramenta fundamenta-se no conceito de capacidade de carga, tendo como escopo principal a dimensão ecológica. Partindo da premissa de que a sustentabilidade depende do aproveitamento racional da natureza, entende-se imperativa a utilização equilibrada de insumos naturais, assegurando-se que o fluxo de energia e recursos naturais usados no processo produtivo não prejudique a capacidade do sistema de absorver seus resíduos. Bellen (2006, p. 102-126) critica a ferramenta por estar preocupada apenas com os impactos no meio ambiente, ignorando os aspectos econômicos e sociais da relação entre sociedade e natureza. Paradoxalmente, Venetoulis e Talberth (2008) destacam a natureza antropocêntrica da pegada ecológica. Para esses autores, a ferramenta deveria analisar a ameaça do consumo para o meio ambiente sob o aspecto ecológico, e não em relação aos limites de sobrevivência do ser humano.

O Índice de Bem-estar (*Wellbeing Index*) é uma metodologia desenvolvida a partir de 88 indicadores coletados em nível nacional. Dois índices são formados: o Índice de Bem-estar Humano (*Human Wellbeing Index*), com indicadores sobre saúde, economia,

educação, cultura e igualdade social; e o Índice de Bem-estar Ecológico (*Environmental Wellbeing Index*), que agrega dados sobre solos, água, atmosfera e biodiversidade. Juntos, esses dois índices sintéticos formam o Índice de Bem-estar das nações (PRESCOTT-ALLEN, 2001).

O Índice de Desenvolvimento Humano (*Human Development Index*), já mencionado neste trabalho, é um índice composto com indicadores de longevidade (expectativa de vida ao nascer), educação (taxa de alfabetização e taxa de escolaridade) e renda (PIB *per capita*).

Parris e Kates (2003) citam ainda o Índice de Sustentabilidade Ambiental (*Environmental Sustainability Index*) desenvolvido no âmbito do Fórum Econômico Mundial. Trata-se de índice sintético composto por 68 indicadores classificados em cinco grupos da seguinte forma: sistemas ambientais (qualidade do ar, quantidade de água, qualidade da água, biodiversidade e solo); impactos ambientais (poluição do ar, poluição da água, desequilíbrio de ecossistemas, pressão provocadas por lixo e consumo, crescimento populacional); vulnerabilidade humana (saneamento básico e saúde ambiental); capacidade social e institucional (ciência e tecnologia, liberdade para discussão, governança ambiental, responsividade do setor privado e ecoeficiência); e adesão internacional (participação em iniciativas internacionais para reduzir a emissão de gases que provocam efeito estufa e para reduzir pressões ambientais transfronteiriças).

A segunda coluna da Figura 5 lista ferramentas de avaliação por produto que focam em fluxos de produção e consumo de bens e serviços. Semelhante às análises de fluxos já mencionadas, elas pretendem medir o uso de recursos naturais e os impactos ambientais ao longo do processo produtivo ou do ciclo de vida de um produto. Essas ferramentas não são capazes de integrar as dimensões sociedade e meio ambiente porque a análise está focada no aspecto ambiental. No entanto, as análises de ciclo de vida (*Life Cycle Assessments*) conseguem cruzar variáveis ambientais e econômicas, disponibilizando dados que permitem aos produtores reduzir o impacto ambiental de seus produtos finais. Dentre os métodos econômicos de previsão de custos de produção (*Life Cycle Costings*), apenas dois contemplam os custos ambientais: *Life Cycle Costing Assessment* e *Full Cost Environmental Accounting*. Destaca-se, ainda, a Análise de Intensidade de Material (*Material Intensity Analysis*), que é a diferença entre o peso de todos os insumos para a produção de um bem e o peso desse bem, indicando a eficiência ou o desperdício do processo produtivo; e a Análise de Fluxo de Substância (*Substance Flow Analysis*), que visa identificar os momentos

do processo produtivo que provocam os maiores impactos ambientais, os quais devem receber ações corretivas no sentido de minimizar seus efeitos perversos.

Na terceira coluna da Figura 5 estão as metodologias de avaliação integrada que vêm sendo cada vez mais utilizadas como ferramentas de apoio no processo decisório. Metodologias amplamente conhecidas e disseminadas, como as análises multivariadas, análises de risco e de vulnerabilidade e análises de custo-benefício podem ser empregadas para diversas análises interdisciplinares, e não apenas para avaliação da sustentabilidade. A seguir consta apenas uma breve descrição de cada uma dessas técnicas, já que não cabe a este trabalho explicar detidamente cada uma delas, mas apenas informar sua existência e identificar aquelas que são utilizadas na pesquisa.

O método conhecido como modelagem conceitual (*conceptual modelling*) analisa as relações de um determinado sistema com o objetivo de identificar os pontos que podem ser alterados para ampliar a sustentabilidade do mesmo. Dinâmicas de sistemas (*systems dynamics*) se referem à construção de modelos computacionais para refletir situações problemáticas complexas, estudá-las e experimentá-las.

A análise multivariada de dados (*multi-criteria analysis*), técnica estatística adotada neste trabalho, é usada para avaliações que demandam a análise de muitas variáveis não-excludentes. Em geral, a análise multivariada de dados identifica, dentre as variáveis analisadas, aquelas que mais contribuem para atingir um alvo ou ponto ótimo, num paralelo à teoria econômica de *trade-offs* para alcance do ponto ótimo de Pareto (HAIR *et al*, 2009). A vantagem dessa técnica de avaliação é a possibilidade de utilizar variáveis quantitativas e qualitativas. Hajcowicz (2008) ressaltava alguns problemas comuns das análises multivariadas de dados: a fragilidade da definição do problema e da hipótese pode levar à seleção equivocada das variáveis, no que se refere à relevância das mesmas; não-confiabilidade de variáveis qualitativas em decorrência do seu caráter subjetivo; tendência dos tomadores de decisão em se equivocarem na análise dos resultados devido à incompreensão da distribuição dos pesos atribuídos às variáveis; utilização incorreta de variáveis que se opõem, tornando o resultado nulo; e uso duplicado de variáveis que refletem o mesmo atributo.

A análise de risco visa prever a probabilidade de ocorrência de potenciais danos e possíveis medidas para minimizá-los. Essa ferramenta é normalmente usada em conjunto com a análise de incertezas, ou seja, a análise de riscos deve levar em consideração que alguns problemas simplesmente não podem ser previstos.

Análise de vulnerabilidade foca especificamente a fragilidade do sistema sociedade-meio ambiente para determinar quão sensível e resiliente é esse sistema e em que medida esse sistema é capaz de se adequar às mudanças. Essa metodologia é comumente utilizada nas avaliações sobre mudanças climáticas.

Análise de custo-benefício (*cost benefit analysis*) é uma ferramenta econômica usada para avaliar propostas de investimentos públicos e privados por meio da comparação entre os custos do investimento e os benefícios que ele proporcionará. Para fins de avaliação de sustentabilidade, ela pode ser efetiva para analisar os custos e os benefícios sociais de diversas alternativas de fontes energéticas ou de transporte, por exemplo. NESS *et al* (2007) informam ainda a existência da análise de custo-efetividade (*cost effectiveness analysis*) dentre as técnicas de análise da relação entre sociedade e natureza.

Os mesmos autores conceituam avaliação de impacto (*impact assessment*) como um método de previsão de resultados utilizado para subsidiar processos de tomada de decisão cujo insumo principal é a contribuição dos beneficiários diretos dessas decisões. Avaliações de impacto ambiental (*environmental impact assessment*) vêm sendo utilizadas desde a década de 1960 com o objetivo de reduzir os impactos negativos de grandes projetos de desenvolvimento econômico. Esse tipo de avaliação é atualmente exigido em muitos países, inclusive no Brasil, para autorização de empreendimentos e obras de infra-estrutura. A avaliação ambiental estratégica (*strategic environmental assessment*) evoluiu da avaliação de impacto ambiental para analisar os impactos ambientais de decisões estratégicas a serem tomadas por governos (NESS *et al*, 2007). Ela deve ser anterior à avaliação de impacto ambiental e, como esta, recomenda-se que haja ampla participação do público para que diferentes interesses sejam considerados no momento da decisão. A versão mais recente desse tipo de avaliação, a avaliação de impacto da sustentabilidade (*sustainability impact assessment*), pretende fazer uma análise menos fragmentada, integrando os impactos nas dimensões econômica, social e ambiental (NESS *et al*, 2007).

Adicionalmente, ressalta-se a existência da ferramenta chamada Barômetro da Sustentabilidade (*Barometer of Sustainability*), que combina diversos indicadores resultando em índices mostrados por meio de representações gráficas que facilitam a compreensão e interpretação dos dados (indicadores). O Barômetro se concentra em duas dimensões: a ecológica (ecosfera) e a social (socioesfera), considerados subsistemas que compõem a sustentabilidade (BELLEN, 2006, p. 142-164).

Por fim, os métodos de avaliação mostrados na parte inferior da Figura 4, conhecidas como valorações monetárias, visam atribuir valores monetários a bens e serviços que não são comumente objeto de transação no mercado. Não são ferramentas de análise da sustentabilidade, mas podem ser usadas de forma complementar a ferramentas como a análise de custo-benefício, *genuine savings* e avaliação de custo de ciclo de vida. As técnicas mais utilizadas são: valoração contingente, que visa estimar quanto as pessoas pagariam por determinados bens ou serviços ambientais; custo de viagem, que estima o valor monetário de uma viagem como o preço de um destino turístico; valor hedônico, que enfoca o mercado imobiliário a partir da localização do imóvel que será avaliado positivamente se perto de uma praia ou parque, ou negativamente se próximo à rodovias, aeroportos ou parques industriais (NESS *et al*, 2007). Essa relação de métodos de valoração monetária não é exaustiva.

Os diferentes métodos e ferramentas de mensuração da sustentabilidade vêm sendo aplicados e testados. Muitos deles possuem problemas conceituais e metodológicos. Dentre os primeiros, acredita-se que o maior obstáculo seja a falta de consenso sobre as dimensões da sustentabilidade, ou seja, sobre quais dimensões devem ser consideradas numa avaliação. No que se refere aos aspectos metodológicos, há de se destacar mais uma vez a dificuldade de seleção de indicadores relevantes e confiáveis para a correta interpretação da realidade.

3.2 FERRAMENTAS DE AVALIAÇÃO MAIS CONHECIDAS NO BRASIL

No Brasil, há alguns registros de iniciativas com o objetivo de agregar indicadores e desenvolver ferramentas de avaliação, dentre eles: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) (PNUD, sem data); Índice de Condições de Vida Municipal (ICV) (FJP/PNUD/IPEA/Fapemig, 1998); o Índice de Qualidade dos Municípios (Cide/Faperj, 2000, 2001, 2001a e 2002); Sistema de Índices de Sustentabilidade Urbana (BRAGA, 2006); e Índice de Qualidade de Vida Urbana (NAHAS, 2000).

O IDH-M é uma adaptação do IDH ao nível municipal, feita por pesquisadores da Fundação João Pinheiro (FJP) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Dentre as mudanças metodológicas, destacam-se o uso do indicador “renda familiar per capita média” no lugar do PIB *per capita* utilizado no IDH e “número médio de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais)” no lugar da taxa de matrícula. Tais

alterações foram necessárias pelo fato de os municípios serem unidades geográficas menores e sociedades muito mais abertas, dos pontos de vista econômico e demográfico, do que um país ou uma região, fazendo com que o PIB per capita não seja um bom indicador da renda efetivamente apropriada pela população residente e a taxa combinada de matrícula não seja um bom indicador do nível educacional efetivamente vigente no município. Ademais, tais alterações possibilitaram o uso de dados coletados pelo Censo Demográfico do IBGE, garantindo, dessa forma, a confiabilidade das informações. A terceira alteração foi a substituição da taxa de alfabetização de adultos pela taxa de analfabetismo na população maior que 15 anos e mais (obtida diretamente dos dados censitários). Considera-se essa alteração de menor importância por serem indicadores similares. O quarto e último indicador utilizado pela metodologia do IDH-M, a esperança de vida ao nascer (obtida por métodos indiretos a partir dos dados censitários), é o mesmo conceito utilizado pelo IDH. Por causa dessas adaptações, o IDH-M de um município não pode ser comparado com o IDH de um país (FJP, 1998). O Índice de Condições de Vida (ICV) é uma extensão do IDH-M e foi também desenvolvido pela parceria entre FJP e IPEA. O ICV incorpora indicadores sobre infância e habitação às variáveis sobre longevidade, educação e renda do IDH-M para determinar um índice numérico que também varia de 0 (pior resultado) a 1 (melhor resultado).⁹

O Índice de Qualidade de Vida (IQV) foi desenvolvido pelo Centro de Informações e dados do Rio de Janeiro (CIDE) a partir da técnica de escalonamento multidimensional já comentada no capítulo 2. O IQV agrega dados sobre o estado atual e o potencial de 91 municípios do estado do Rio de Janeiro, a saber: dinamismo, localização, riqueza e potencial de consumo, qualificação da mão de obra, facilidade para negócios, infraestrutura para grandes empreendimentos e cidadania. O resultado é uma média ponderada dos valores atribuídos a cada uma das variáveis resultando em cinco notas: A (melhor), B, C, D e E (pior) (CIDE, 2000).

O Sistema de Índices de Sustentabilidade Urbana (BRAGA, 2006) foi desenvolvido para 57 municípios das regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte. O sistema foi criado a partir de três premissas: necessidade de integrar as dimensões econômica, ecológica, política, social, espacial (ou territorial) e de planejamento; necessidade de desenvolver ferramenta que permitisse a avaliação dos efeitos de políticas públicas na

⁹ FONTE <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/ceae/ibge/indicadoresmetodologia.htm>

escala local; e necessidade de avaliar a capacidade do sistema político e da sociedade em oferecer respostas aos desafios presentes e futuros da sustentabilidade. O trabalho de Braga (2006) informa a deficiência de dados estatísticos confiáveis em nível municipal. No que se refere aos resultados da pesquisa, foi rejeitada a hipótese de relação direta entre o tamanho das cidades e o grau de sustentabilidade e o grande desnível entre qualidade ambiental e desenvolvimento humano verificado nas capitais e municípios muito industrializados.

O Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) foram desenvolvidos numa parceria entre a Secretaria de Planejamento Municipal de Belo Horizonte e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) (NAHAS, 2000). O primeiro foi desenvolvido em 1994, a partir de 75 indicadores georreferenciados criados para refletir a distribuição intra-urbana da oferta de serviços públicos relacionados a abastecimento, assistência social, cultura, educação, esportes, habitação, infraestrutura, meio ambiente, saúde e segurança. O conhecimento criado durante a elaboração do primeiro viabilizou o desenvolvimento do segundo, composto por 11 indicadores principais (*core indicators*) agrupados no que foi chamado de “Cinco dimensões da cidadania” – ambiental, cultural, econômica, jurídica e segurança de sobrevivência. O trabalho resultou na publicação do Mapa de Exclusão Social de Belo Horizonte e concluiu pela necessidade de aprimoramento das técnicas de mensuração das condições de vida da população e pela necessidade de ampliação de indicadores ambientais (NAHAS, 2000).

Isso posto, é possível concluir que há, no Brasil, uma série de estudos voltados para a criação de índices sintéticos e ferramentas práticas de avaliação da sustentabilidade. Muitas delas padecem dos vícios conceituais e metodológicos mencionados ao final da seção anterior. O esforço de pesquisa, no entanto, deve ser visto como uma grande contribuição de acadêmicos e profissionais de pesquisa.

3.3 PAINEL DA SUSTENTABILIDADE (*DASHBOARD OF SUSTAINABILITY*)

O Painel da Sustentabilidade (*Dashboard of Sustainability*) é um programa livre (*freeware*) que calcula índices sintéticos a partir de dados organizados numa planilha e apresenta os resultados no formato de um *dashboard*, um painel semelhante aos dos carros, com mostradores que apresentam uma representação simples e rica da realidade analisada, como mostra a Figura 6, abaixo.

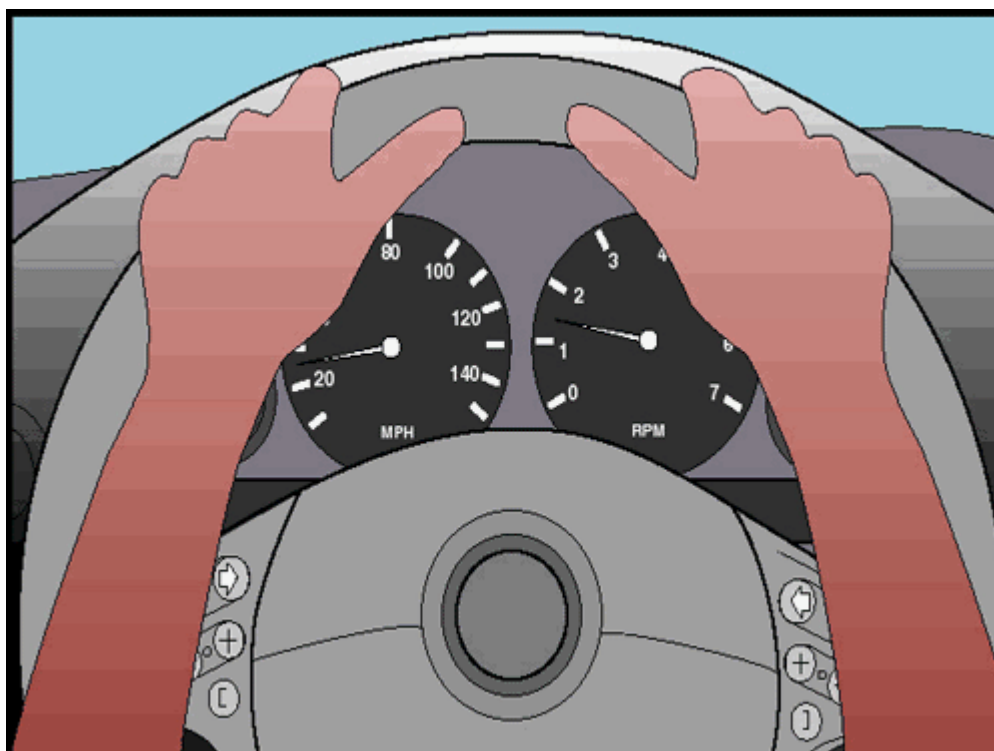


Figura 6: representação gráfica de painel de automóveis. Fonte: HARDI; JESINGHAUS, 2002.

A ferramenta foi utilizada neste trabalho para calcular os quatro índices sintéticos setoriais (social, econômico, institucional e ambiental) e o índice de sustentabilidade deles derivado.

As pesquisas que resultaram no programa *Dashboard of Sustainability* tiveram início em 1996 com o desafio de desenvolver uma técnica simples de mensuração da sustentabilidade que pudesse ser amplamente utilizada. Naquele ano, o Wallace Global Fund e o World Resources Institute (WRI) apoiaram a criação do Consultative Group on Sustainable Development (CGSDI), um grupo consultivo formado por diversos especialistas que tinham a meta de discutir e coordenar estratégias para o desenvolvimento e uso de indicadores de desenvolvimento sustentável. A coordenação do grupo ficou sob a responsabilidade do International Institute for Sustainable Development (IISD), com sede na cidade de Winnipeg, no Canadá; e o Dr. Peter Hardi foi nomeado coordenador do grupo (HARDI; JESINGHAUS, 2002).

Depois de intensa comunicação pela internet, que incluiu a análise dos índices agregados conhecidos, debates conceituais sobre diferentes sistemas e discussões sobre os aspectos técnicos dos sistemas de indicadores, o primeiro encontro presencial do CGSDI

aconteceu na Cidade de Middleburg, no Estado da Virgínia, nos Estados Unidos, em janeiro de 1998. Nesse evento foi lançado um sistema capaz de agregar indicadores de desenvolvimento e sustentabilidade, a Bússola da Sustentabilidade (*Compass of Sustainability*). A partir de então, o CGSDI buscou utilizar os princípios recomendados pelo Forum Bellagio sobre Desenvolvimento Sustentável (*Bellagio Forum for Sustainable Development*) no sistema recém-criado, resultando no *Dashboard of Sustainability*, lançado em 1999 (HARDI; JESINGHAUS, 2002).

O *software* foi desenvolvido sob a coordenação do IISD e está disponível para *download* na internet de forma gratuita no endereço eletrônico <http://esl.jrc.it/envind/dashbrds.htm>. A ferramenta foi construída para ser amplamente utilizada, por isso é possível modificar os indicadores possibilitando a sua adequação para qualquer recorte (nacional, estadual, municipal, etc.). No mesmo sítio da internet são divulgados inúmeros exemplos de *dashboards* desenvolvidos por governos, organizações não-governamentais, organismos internacionais, acadêmicos e pesquisadores, o que nos permite ter uma idéia da disseminação e das possibilidades de uso do programa. Esses produtos são, em geral, enviados ao Dr. Jochen Jesinghaus, que além de prestar suporte técnico aos usuários do sistema, analisa os resultados e disponibiliza alguns deles para o grande público. Alguns desses exemplos são o “Ecossistema Urbano” desenvolvido para planejamento das cidades italianas e o criado para monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas.

A ferramenta do Painel da Sustentabilidade foi selecionada como procedimento metodológico desse trabalho principalmente porque contempla, de forma equitativa, quatro dimensões (social, econômico, institucional e ambiental), ao contrário das outras citadas na seção anterior que tendem a privilegiar uma dimensão (ou duas, ou três dimensões). A Pegada Ecológica, por exemplo, privilegia a dimensão ambiental da sustentabilidade, enquanto o Barômetro da Sustentabilidade abrange a dimensão social, além daquela. Partindo do princípio de que a análise da sustentabilidade requer uma abordagem integrada entre o meio ambiente natural e o meio ambiente social, não seria adequado utilizar uma técnica de mensuração parcial. Portanto, tomou-se o cuidado de selecionar a ferramenta que atende a classificação de indicadores de sustentabilidade que parece ganhar notoriedade e reconhecimento (a qual agrupa os indicadores em sociais, econômicos, institucionais e ambientais), como mostra discussão do capítulo anterior. Além disso, vale destacar, mais uma vez, o cuidado de usar o mesmo número de indicadores em cada uma

das dimensões para garantir que todos (tanto os indicadores selecionados, quanto os índices sintéticos desenvolvidos) tenham pesos idênticos.

Outra preocupação no momento da seleção do método do *Dashboard* foi o objetivo deste trabalho: contribuir para a discussão sobre quais ações devem ou não devem ser tomadas para contribuir para a sustentabilidade da sociedade, em especial das comunidades residentes nos municípios que integram a amostra da pesquisa. Entende-se que o Painel da Sustentabilidade contribui para a compreensão e interpretação do complexo processo de agregar 16 indicadores em um único número por meio da representação gráfica que proporciona. Se utilizássemos apenas o resultado numérico final, o índice de sustentabilidade, a análise não seria tão rica como a que será mostrada no próximo capítulo. A visualização das imagens criadas pelo programa amplia a capacidade de entendimento dos resultados.

O Painel de Sustentabilidade é constituído de um painel visual com cinco mostradores, sendo um mostrador na parte superior da tela e outros quatro mostradores de tamanhos idênticos, como mostra a Figura 7, abaixo.



Figura 7: Exemplo de representação gráfica do Índice de Sustentabilidade. Fonte: *Dashboard of Sustainability*

Cada um dos quatro mostradores representa um município (no caso, São Félix do Xingu, Nova Mutum, Novo Progresso e Faro). O ponteiro na parte superior mostra o desempenho geral de Faro, indicando os *rankings* do município em relação aos quatro índices setoriais (2° no *ranking* ambiental, 7° no econômico, 8° no *ranking* social e 1° no institucional), como mostra a Figura 7.

Cada um dos quatro mostradores na parte inferior da Figura 7 apresenta a mesma estrutura gráfica: um miolo onde está representado o índice de sustentabilidade do município, identificado por “*Policy Performance Index*” e quatro quadrados que representam os quatro índices setoriais (social, econômico, institucional e ambiental). A cada um desses índices são atribuídas cores. As cores representam a contribuição de cada um dos índices setoriais para o índice de sustentabilidade. O Painel da Sustentabilidade utiliza um padrão de cores para representar o nível de sustentabilidade dos municípios. As cores variam de vermelho (pior desempenho) a verde (melhor desempenho), passando por uma escala que inclui vários tons de vermelho, cor-de-rosa, branco, amarelo e verde. Dessa forma, no caso de Faro, o índice de sustentabilidade aparece em amarelo, o índice social se mostra cor-de-rosa, o índice econômico aparece numa transição entre o cor-de-rosa e o vermelho, o índice ambiental é verde claro e o índice institucional aparece em verde escuro. Significa que o último é o índice que mais eleva o nível geral de sustentabilidade municipal e o índice econômico pouco contribui para a sustentabilidade do município.

O programa vai além e apresenta as imagens da composição de cada um dos índices sintéticos, utilizando a mesma composição de cores para ilustrar a contribuição de cada um dos 16 indicadores selecionados. A Figura 8, abaixo, mostra a composição dos índices setoriais criados para o município de Faro; o ponteiro na parte superior da Figura 8 demonstra o bom desempenho do índice institucional de Faro.



Figura 8: Exemplo de representação gráfica de índices setoriais. Fonte: *Dashboard of Sustainability*

Como mencionado anteriormente, o melhor índice setorial do município em referência é o institucional e o pior é o social. Faro parece contar com um bom arcabouço institucional, salvo pela inexistência de instrumento de planejamento de transporte público. A dimensão ambiental também apresenta situação relativamente boa: o município conta com instrumento de articulação intermunicipal e possui baixos registros de desmatamento (apenas dois por cento do seu território). Por outro lado, o município não possui fundo para financiamento de políticas ambientais e possui apenas duas unidades de conservação (Floresta Estadual de Faro e a Floresta Nacional Saracá-Taquera). Os piores desempenhos do município de Faro estão na seara socioeconômica, em especial no que se refere a taxa de emprego, PIB agropecuário, condições de habitação, qualidade da educação e desenvolvimento humano, como mostra a Figura 8 acima.

Mais importante que a escala de cores, que nada mais é do que a representação gráfica de dados estatísticos, são os índices sintéticos. O *software* desenvolvido pelo CGSDI transforma os dezesseis indicadores selecionados em cinco índices (o índice de sustentabilidade e quatro índices setoriais). O cálculo é feito por meio de interpolação linear.

Cada um dos indicadores coletados passa pelo processo de normalização, que consiste no seguinte cálculo

$$1000 \times \frac{(x - \text{pior})}{(\text{melhor} - \text{pior})}$$

sendo que x é o indicador que está sendo normalizado;
pior é o extremo inferior dentro daquele conjunto de indicadores; e
melhor é o extremo superior dentro daquele conjunto de indicadores.

Depois, os dados normalizados são agregados, ou seja, são somados e divididos pelo número de indicadores. O índice sintético calculado varia de 1 ponto (sustentabilidade crítica) a 1000 pontos (sustentabilidade total).

A ferramenta do Painel da Sustentabilidade não é isenta de problemas, tanto do ponto de vista do conceito de sustentabilidade quanto no tocante ao seu método de cálculo de índices sintéticos. Além disso, entende-se que não há uma fórmula matemática perfeita para esse tipo de avaliação, diante da complexidade do tema que se pretende analisar. No entanto, a variedade de iniciativas no sentido de desenvolver técnicas de mensuração da sustentabilidade demonstra a importância desse tipo de abordagem. Esse trabalho pretende contribuir com o melhoramento dessas ferramentas, em especial do Painel da Sustentabilidade. Vale ressaltar que as imagens mostradas neste capítulo são meramente ilustrativas, já que os resultados da pesquisa serão mostrados apenas no próximo capítulo.

4 RESULTADOS PRELIMINARES

Para a construção do índice de sustentabilidade de municípios brasileiros, objetivo principal deste trabalho, foram criados quatro índices sintéticos setoriais (social, econômico, ambiental e institucional) capazes de medir o desempenho municipal a partir dos quatro aspectos mencionados. Os índices foram criados com o apoio do programa Painel da Sustentabilidade (*Dashboard of Sustainability*), como mencionado no capítulo anterior.

Este capítulo apresenta o índice de sustentabilidade e os índices setoriais criados e uma breve interpretação dos resultados. O foco desta breve análise foi verificar em que medida os municípios brasileiros selecionados (Barreirinha, Anapu, Faro, Novo Progresso, Rurópolis, São Félix do Xingu, Matupá e Nova Mutum) conseguem conciliar desenvolvimento social, crescimento econômico, proteção ambiental e amadurecimento institucional e identificar os pontos fortes e fracos da gestão municipal, sinalizando as mudanças necessárias para alcance ao desenvolvimento sustentável.

O índice de sustentabilidade (IS) varia na escala de 0 (zero) a 1000 (mil). Nenhum município analisado chegou perto do valor máximo. São Félix do Xingu, que recebeu a maior pontuação, apresentou um escore de 572 pontos. Matupá, que ocupa a pior posição no ranking, chegou a 339 pontos. Dos oito municípios analisados, cinco têm escores de IS entre 480 e 572 pontos (São Félix do Xingu, Nova Mutum, Novo Progresso, Faro e Barreirinha). A sexta posição, Anapu, obteve 72 pontos a menos que o quinto colocado. O ranking dos escores de IS é apresentado no Gráfico 1, abaixo.

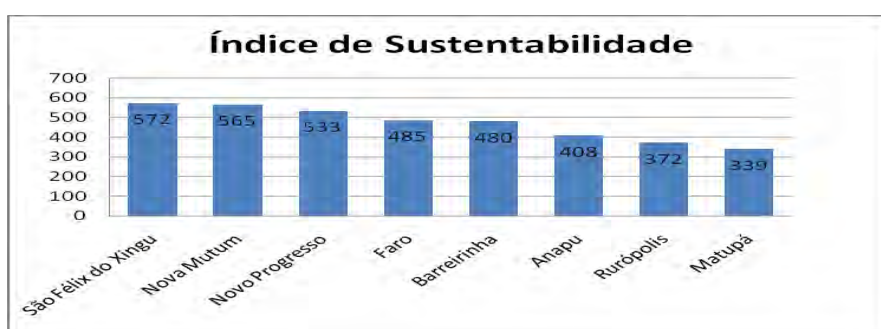


Gráfico 1: Escores e ranking dos índices de sustentabilidade obtidos para oito municípios da área de influência da BR-163.

São Félix do Xingu conquistou a primeira classificação em razão do bom desempenho nos setores econômico (741 pontos) e ambiental (875 pontos). Dentre os piores resultados, observa-se o péssimo desempenho econômico do município de Matupá, ao qual foi

atribuído o menor índice setorial (94 pontos). Os índices setoriais (social, econômico, ambiental e institucional) calculados para cada um dos municípios estão representados no Gráfico 2 e os valores de cada índice setorial está refletido na Tabela 15, abaixo.

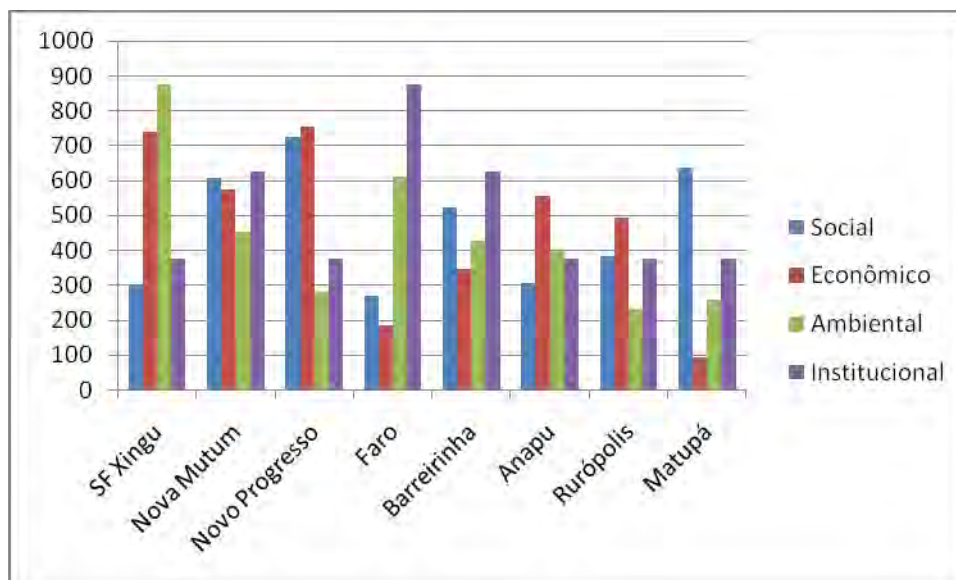


Gráfico 2: Escores dos índices setoriais para oito municípios da área de influência da BR-163.

Tabela 15: Pontuação dos índices setoriais para oito municípios selecionados da área de influência da BR-163.

	social	econômico	ambiental	institucional
São Félix Xingu	299	741	875	375
Nova Mutum	608	574	454	625
Novo Progresso	725	755	280	375
Faro	270	184	611	875
Barreirinha	523	347	426	625
Anapu	305	558	397	375
Rurópolis	385	494	234	375
Matupá	637	94	258	375

4.1 SÃO FÉLIX DO XINGU

Como mencionado, a primeira colocação de São Félix do Xingu no ranking de sustentabilidade municipal se deve à pontuação obtida nos setores ambiental e econômico, como mostra a Figura 9, abaixo.

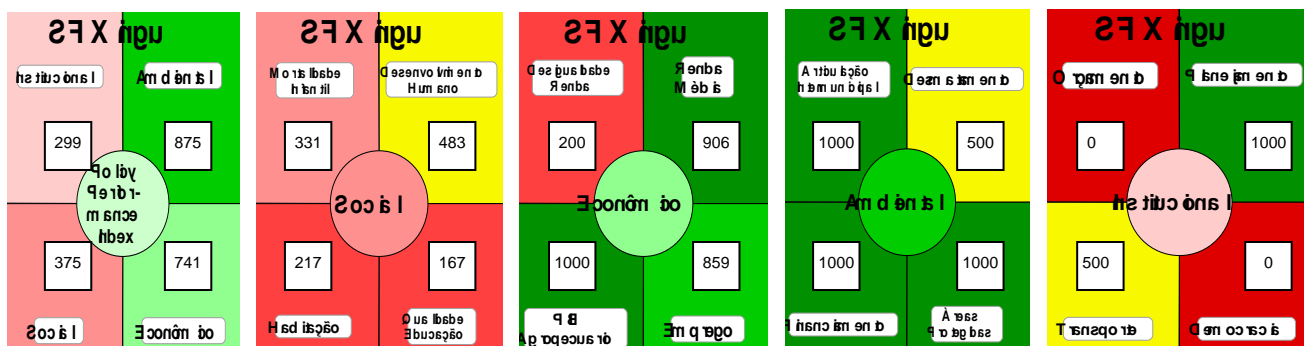


Figura 9: Resultados de índices sintéticos para o município de São Félix do Xingu.

A área social é a que menos contribui para a sustentabilidade em São Félix do Xingu. O escore do seu índice social foi de apenas 299 pontos, ficando em penúltimo lugar no ranking social, na frente apenas de Faro (270 pontos). O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município é de apenas 2,7, numa escala que vai de 0 (zero) a 10 (dez). A situação de moradia no município é ainda pior: apenas 0,62 por cento das moradias têm condições adequadas de moradia, o que significa falta de saneamento básico (rede de abastecimento de água, rede geral de esgoto ou fossa séptica, coleta de lixo).

Os bons resultados de indicadores econômicos referem-se à renda média, PIB agropecuário e taxa de emprego. Dos oito municípios selecionados, São Félix do Xingu é o que tem a segunda maior renda média individual (R\$ 828,59 mensais), logo atrás de Nova Mutum (R\$ 907,73). Vale ressaltar, contudo, que ambos os municípios têm o mesmo Índice de Gini para a distribuição de renda (0,42). A grande desigualdade de renda nos dois municípios relativiza os bons resultados sobre renda média *per capita*. Vale mencionar, ainda que o índice de Gini registrado para o Brasil em 2003 é 0,60. Apesar da grande desigualdade na distribuição de renda verificada no município, ela ainda é inferior à média nacional. Infelizmente não há dados sobre distribuição de renda para os Estados brasileiros no ano de referência. Outro destaque econômico de São Félix do Xingu é que 63,22 por cento do seu PIB decorre de atividade agropecuária, a maior contribuição percentual desse

setor da amostra. O segundo colocado, Nova Mutum, tem um PIB agropecuário de 44,62 por cento do PIB total. Em São Félix do Xingu, 95,75 por cento das pessoas economicamente ativas trabalham. Apenas Novo Progresso tem uma taxa de ocupação mais elevada (97,07 por cento).

No que se refere ao desempenho institucional, São Félix do Xingu dispõe apenas de Plano Diretor dentre os instrumentos de planejamento contemplados pelo índice institucional. O município apresenta também *déficit* em seu orçamento público.

Na área ambiental, o município apresenta bons indicadores de financiamento e articulação intermunicipal. É o único da amostra que tem fundo de meio ambiente em atividade. É também o município com o melhor indicador de áreas protegidas. Há registros de cinco unidades de conservação, sendo que duas têm conselho consultivo e plano de manejo, como detalhado a seguir:

- Reserva Biológica de Tapirapé: tem área de 103.000 ha; criada pelo Decreto 97.719, de 5/5/1989; tem conselho consultivo (2008) e plano de manejo (1991); a sua área abrange parte dos municípios de São Félix do Xingu e Marabá.
- Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri: tem área de 190.000 ha; criada pelo Decreto 97.720 - 5/5/1989; tem conselho consultivo (2005) e plano de manejo (2006); existe o convênio 005/88 entre SEMA-PA/Cia. Vale Rio Doce, para o manejo da flora em regime sustentável; tem área sobreposta com a Flona Itacaiúnas; a sua área abrange parte dos municípios de São Félix do Xingu e Marabá.
- Parque Nacional da Serra do Pardo: tem área de 445.392 ha; criada pelo Decreto - s/n - 17/2/2005; não tem conselho nem plano de manejo; a sua área abrange parte dos municípios de São Félix do Xingu e Altamira.
- Estação Ecológica Terra do Meio: tem área de 3.373.110 ha; criada pelo Decreto - s/n - 17/2/2005; não tem conselho nem plano de manejo; a sua área abrange parte dos municípios de São Félix do Xingu e Altamira.
- Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu: tem área de 1.679.281 ha; criada pelo Decreto 2.612 - 4/12/2006; não tem conselho nem plano de manejo; a sua área abrange parte dos municípios de São Félix do Xingu e Altamira.

No entanto, o município de São Félix do Xingu tem problemas com o desmatamento: 19 por cento da sua área foi desflorestada até 2008. Escada *et al* (2005) sinalizam que as

atividades de extração de madeira, agropecuária e grilagem de terras estão interrelacionadas.

A estruturação e a dinâmica da apropriação fundiária – que se torna uma atividade economicamente rentável em si – cria as condições necessárias à definição de outras atividades, sendo a principal delas a pecuária. Essa estruturação e suas associações explicam em larga medida a intensificação e a amplitude do desmatamento nas novas frentes de ocupação na área de São Félix do Xingu e Iriri. Nesse processo de apropriação fundiária, dominante no momento atual na região do Iriri, o que dá o tom não é a produção, e nem mesmo a exploração predatória de recursos naturais, e sim assegurar a posse da terra, base para futuras atividades produtivas e também de especulação com seu valor. (ESCADA et al, 2005, p. 10-11)

Castro, Monteiro e Castro (2002) relatam com riqueza de detalhes as experiências de campo que tiveram em São Félix do Xingu e concluem que a região do entorno desse município é ocupada predominantemente por grandes fazendas de gado, cuja atividade está estreitamente articulada com a atividade de extração de madeira, fechando o mencionado ciclo de grilagem e ocupação de terras.

A frente de expansão que partiu de Conceição do Araguaia e Marabá, no Pará, passou por São Félix do Xingu e segue em direção ao rio Iriri (ESCADA, 2005, p.9) onde se encontra com outra frente vinda do extremo Norte de Mato Grosso pela rodovia Cuiabá-Santarém (BECKER 2005, p. 81), no território conhecido como Terra do Meio. Na região coexistem pequenas propriedades de colonos e fazendas de médio e grande portes (ESCADA, 2005, p. 14). Castro, Monteiro e Castro (2002) informam ainda sobre a dificuldade de manutenção de pequenas propriedades voltadas para a agricultura familiar. Diante do poder dos grandes proprietários, as famílias acabam migrando para o centro urbano e os adultos se tornam assalariados das fazendas de gado ou das madeireiras (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2002). Infelizmente não existem dados confiáveis disponíveis sobre apropriação irregular de terras públicas ou da violência a ela associada.

Interessante notar que esses autores já relacionaram o desmatamento de São Félix do Xingu com a atividade agropecuária (ESCADA *et al*, 2005; CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2002), o que vai ao encontro dos resultados sobre produção agropecuária e taxas de desmatamento deste trabalho descritos a seguir. Como se verá adiante, parece haver uma relação direta entre a renda média *per capita* e a contribuição da agropecuária para o PIB municipal. Esta relação fica clara quando analisamos os dados de São Félix do Xingu (renda mensal de R\$ 828,59; maior PIB agropecuário da amostra - 63,22 por cento), de Nova Mutum (maior renda da amostra – R\$ 907,73; PIB agropecuário de 44,62 por cento), e

de Faro (menores indicadores registrados de renda média – R\$ 267,42 - e de PIB agropecuário – 15,80 por cento).

4.2 NOVA MUTUM

O segundo colocado no ranking de sustentabilidade é Nova Mutum, com 565 pontos. Nova Mutum apresenta bons resultados nas áreas social (608 pontos), econômica (574 pontos) e institucional (625 pontos), ocupando a terceira posição nos *rankings* desses três índices setoriais. A Figura 10, abaixo, mostra os resultados do *Dashboard* para o município.

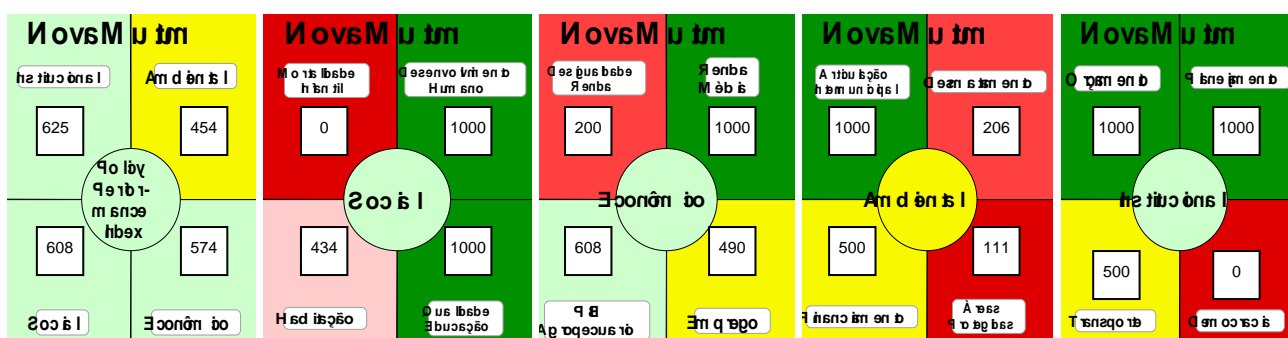


Figura 10: Resultados de índices sintéticos para o município de Nova Mutum.

Na área social, o município tem o melhor escore de IDH da amostra (0,801) e o melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (4,7). O município conta com 1,05 por cento de moradias adequadas e taxa de mortalidade infantil de 1,51 no ano de referência (2007). Esses dois últimos indicadores, com desempenho fraco, combinados com os bons resultados para IDH e IDEB, resultam num índice social de 608 pontos, o terceiro do ranking, atrás de Novo Progresso (725) e Matupá (637).

Como mencionado na seção anterior, Nova Mutum tem a maior renda média da amostra (R\$ 907,73 por mês por indivíduo), o que é compensado pelo alto escore do índice de Gini (0,42), bem abaixo da média nacional. Quase metade da renda do município (44,62 por cento) provém da atividade agropecuária. Esses dois indicadores nos levam à conclusão de que grande parte da riqueza produzida no município fica concentrado nas mãos dos produtores agropecuários.

O município de Nova Mutum está localizado no Planalto dos Parecis, ao sul do estado do Mato Grosso. Essa área foi ocupada pelos colonos vindos do sul do Brasil apenas no final da década de 1970, depois de consolidados os programas de colonização das áreas de

floresta ao norte do estado (SCHLESINGER, 2006. p. 38). A preferência por ocupar área de floresta decorre do uso que se pretendia dar à terra¹⁰.

Os colonos tinham como objetivo inicial o plantio de lavouras de café, o que demandava, segundo as experiências agrícolas na região Sul, solos férteis, profundos e bem drenados, característicos de área de mata (SCHLESINGER, 2006. p. 38).

Nova Mutum foi colonizada por iniciativa da empresa Colonizadora Mutum Agropecuária S.A.. O seu rápido desenvolvimento decorre de sua posição geográfica privilegiada, próxima de Cuiabá e às margens da BR-163. Villar *et al* (2005, p. 25) informam que o asfaltamento da BR-163 contribuiu para a rápida expansão da agricultura, quando foram introduzidos no município a cana-de-açúcar, a soja e o algodão. As políticas públicas de apoio à atividade algodoeira nos anos 90 e, especialmente no primeiro governo de Dante de Oliveira (1995-1999), fizeram de Nova Mutum um dos maiores centros de produção de algodão do Mato Grosso (VILLAR *et al*, 2005. p. 25). As culturas de milho e de arroz se desenvolveram paralelamente à de soja. O título de “capital da soja” é hoje disputado por Nova Mutum e o líder de exportação do grão, Sorriso (OLIVEIRA, 2005. p. 109).

Nova Mutum registra uma taxa de ocupação de mão de obra de 92,31 por cento. Cabe ressaltar, no entanto, que existem registros de existência de trabalho escravo nas lavouras de soja do município (SCHLESINGER, 2006. p. 110). No ranking institucional, o município ocupa o segundo lugar, com 625 pontos, empatado com Barreirinha e atrás de Faro (875 pontos). O município tem Plano Diretor (ou similar) e superávit orçamentário.

O pior desempenho de Nova Mutum é na área ambiental: o município tem apenas uma unidade de conservação, a Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá, e 29 por cento da área do município foram desmatados até 2008. A APA foi criada pela Lei Estadual 7.161 - 23/8/1999 e tem 473.411 ha de extensão. O banco de dados do ISA¹¹ informa que a empresa CEPEMAR – Engenharia, Meio Ambiente e Energia realizou Estudo Ecológico Rápido da área e o Instituto de Terras do Mato Grosso (INTERMAT) realizou o levantamento cadastral e fundiário da área, que ainda não foi demarcada. As cabeceiras do rio Cuiabá situam-se na porção centro-sul do Estado, região que abrange parte das bacias do Teles Pires e do Juruena e a sub-bacia do Alto Cuiabá, que compõe a bacia do Prata. O rio

¹⁰ Equivocaram-se no entendimento, muito comum, de associar florestas tropicais densas a boas condições para agricultura temperada, o que raramente acontece sem maciços investimentos. A maior parte das matas de terra firme da Amazônia está em solos inférteis e rasos; os solos das matas de terra inundáveis são, em geral, mal drenados.

Cuiabá contribui para as cheias do Pantanal matogrossense, de modo que a preservação de suas cabeceiras ajuda a preservar os sistemas naturais próprios dessa região única no mundo¹². Apesar de a unidade de conservação não contar com qualquer tipo de infraestrutura gerencial, há registros de ações de fiscalização¹³. Apesar de o índice ambiental ser o pior dentre os índices setoriais para Nova Mutum, é interessante observar que este índice ambiental é o terceiro colocado neste *ranking*.

4.3 NOVO PROGRESSO

Ocupando a terceira posição no ranking de sustentabilidade, Novo Progresso tem a liderança nas áreas social (725 pontos) e econômica (755 pontos), como mostra a Figura 11, abaixo.

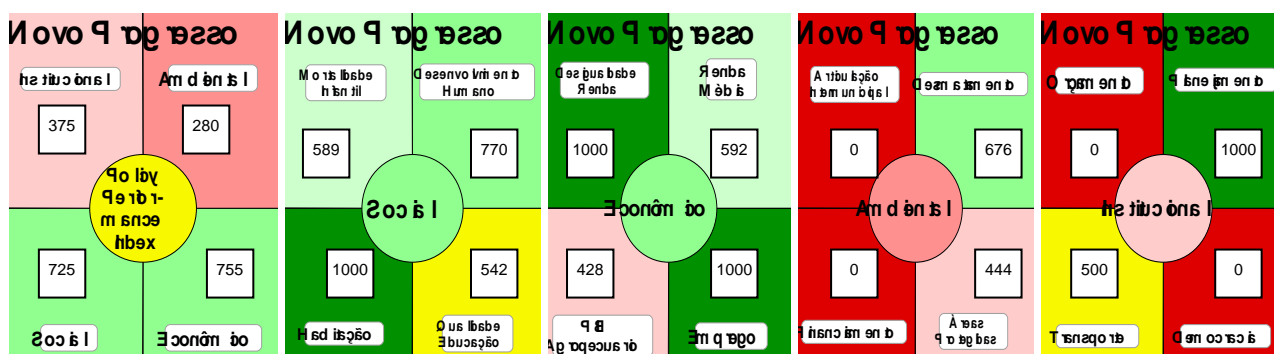


Figura 11: Resultados de índices sintéticos para o município de Novo Progresso.

O escore do IDH-M de Novo Progresso em 2000 (0,760) é semelhante ao do IDH do Brasil (0,764) e superior ao IDH do estado do Pará no mesmo ano (0,723). O escore de IDEB, de 3,6, o maior dentro desta amostra de municípios, é superior ao do mesmo índice calculado para o Pará (2,8 pontos), porém inferior à média brasileira (4,2 pontos). Novo Progresso também tem a maior proporção de moradias adequadas (2,17 por cento), nos termos definidos pelo IBGE. Ressalta-se que o IBGE calculou, para o mesmo ano de 2000, que no Brasil existem 43,90 por cento de moradias com abastecimento de água, rede de esgotos e coleta de lixo. No Mato Grosso 14,12 por cento das moradias são consideradas adequadas. A relação

¹¹ Disponível em <http://www.socioambiental.org/uc/1348/obs> Acesso em 29 novembro 2009.

¹² Disponível em <http://www.socioambiental.org/uc/1348/ambiental> Acesso em 29 novembro 2009.

¹³ Disponível em <http://www.socioambiental.org/uc/1348/obs> Acesso em 29 novembro 2009

entre o indicador do município-líder na área de habitação e as médias nacional e estadual demonstra a falta de infra-estrutura de saneamento básico na região em análise.

Destaca-se ainda que, no nível institucional, o único instrumento de planejamento do município é o Plano Diretor. No âmbito econômico, Novo Progresso tem a maior taxa de emprego (97,07) e o menor escore do índice de Gini (0,34) (distribuição de renda) da amostra. A contribuição das atividades agropecuárias para o PIB do município é de 36,09 por cento.

Localizado ao norte da Serra do Cachimbo, Novo Progresso surgiu da ilegalidade, a partir da construção de uma pista de pouso para os aviões que abasteciam os garimpos da região (OLIVEIRA, 2005, p. 147). Del Villar *et al* (2005, p. 70) ensinam que o início da ocupação do município ocorreu entre 1977 e 1978, quando colonos do sul migraram para lá em decorrência da inundação da região onde viviam (para a construção da usina de Itapú). A cidade nasceu e cresceu com o extrativismo: primeiro a borracha e, logo em seguida, o ouro. Posteriormente a cidade se voltou para a extração de madeira e para a pecuária. Oliveira (2005, p. 189) detalha a dinâmica econômica do município.

Hoje, ainda que acanhadamente, as atividades garimpeiras estão presentes a noroeste de Novo Progresso (rodovia Transgarimpeira). Toda uma cadeia de ações ilícitas atinge a região, das quais a grilagem de terras se destaca em termos econômicos. Nessas áreas de grilagem, a pecuária e a exploração florestal não se caracterizam como atividades econômicas-fim, mas simplesmente como estratégias intermediárias nas sucessivas etapas de apropriação ilegal de terras (OLIVEIRA, 2005, p. 189).

Oliveira (2005, p. 140) comenta que municípios localizados na porção norte de Mato Grosso (Colíder, Juara, Alta Floresta e Guarantã do Norte) estão ganhando importância, especialmente em função da expansão da cultura da soja e da fase econômica decadente vivida por cidades do sul paraense, como Novo Progresso. Apesar disso, o município ainda se destaca como pólo madeireiro (OLIVEIRA, 2005, p. 145) e a sua principal atividade econômica é a pecuária extensiva (OLIVEIRA, 2005, p. 299). Juntas, essas duas atividades atuam “na vanguarda da expropriação de pequenos grupos locais” (OLIVEIRA, 2005, p. 299).

Na área ambiental, o município de Novo Progresso fica prejudicado por não ter qualquer tipo de articulação intermunicipal oficial, nem fundo de financiamento. O município tem três unidades de conservação - Floresta Nacional do Jamanxim, Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo e Parque Nacional do Rio Novo. Porém, nenhum tem conselho e apenas a Reserva Biológica tem plano de manejo. Além da pressão provocada

pela rodovia, as queimadas também são um problema no município, que já teve 13 por cento de sua área desmatada.

Em 2009, o Ibama deflagrou a Operação Boi Pirata II em Novo Progresso, com o objetivo de coibir a atividade pecuária em áreas protegidas, como ocorreu na primeira operação de mesmo nome, realizada em 2008 em São Félix do Xingu. Em 30 de setembro de 2009, o IBAMA informou que cerca de R\$ 128,5 milhões em multas já haviam sido aplicadas em fazendas de Novo Progresso¹⁴. O gado apreendido foi doado ao programa Fome Zero¹⁵. Apesar do sucesso das ações de fiscalização, dois fatos recentes contribuem para o desmatamento no município. Em outubro de 2009, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 1148/08 que prevê a extinção da Floresta Nacional do Jamanxim, e a Justiça Federal emitiu parecer favorável a sete posseiros que criavam gado ilegalmente e foram punidos pela operação Boi Pirata.

4.4 FARO

Faro é um município ribeirinho, cuja origem data do século 18¹⁶. Em 2000, 10.037 pessoas ocupavam o território de 11.766,50 km². O maior destaque do município nesta pesquisa, como mostra a Figura 12 abaixo, é a sua primeira posição no ranking institucional, com 875 pontos. Isso se deve principalmente ao fato de Faro ser o único município da amostra que tem conselho paritário de política urbana ou similar. Além disso, conta com Plano Diretor e apresenta *superávit* orçamentário. O único aspecto negativo do índice institucional do município, a falta de plano municipal de transporte, se estende aos demais. Nenhum município analisado tem esse instrumento de gestão.

¹⁴ Fonte: <http://www.socioambiental.org/uc/4445/noticia/72677> Acesso em 5 dezembro de 2009

¹⁵ Fonte: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/10/21/ibama-doa-ao-fome-zero-boi-pirata-do-para-769713331.asp> Acesso 5 dezembro 2009

¹⁶ Fonte: <http://www.faro.pa.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?ildMun=100115049> Acesso em 5 dezembro 2009.

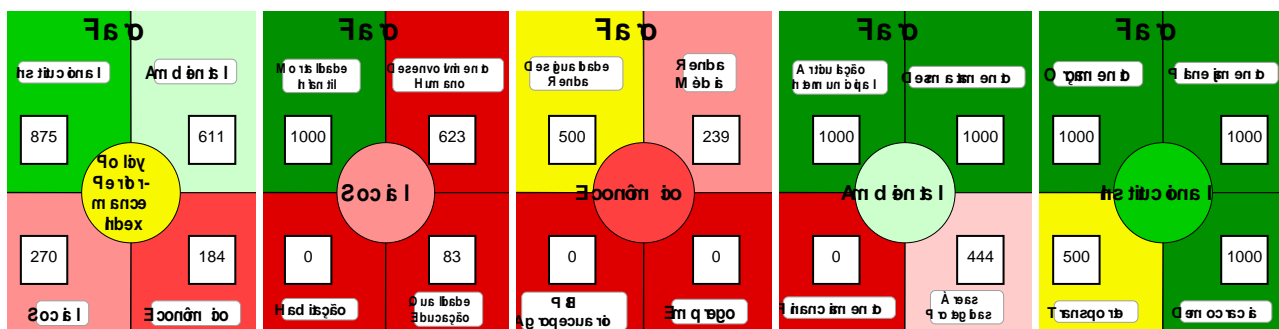


Figura 12: Resultados de índices sintéticos para o município de Faro.

Por outro lado, Faro tem o menor índice social (270 pontos) e o segundo menor índice econômico (574 pontos). Na seara econômica, Faro é o município com a renda média individual mais baixa da amostra (R\$ 267,42), a menor taxa de emprego (87,73 por cento) e um índice de Gini (distribuição de renda) de 0,39. A contribuição da agropecuária para a economia municipal é também a menor dentre os municípios analisados, apenas 15,80 por cento. Esse dado, se considerado em conjunto com indicadores econômicos de renda média e PIB agropecuário de outros municípios da amostra (em especial os referentes a São Félix do Xingu e Nova Mutum), poderia levar à conclusão de que existe uma relação direta entre os mesmos.

No âmbito social, a única variável que contribui positivamente para o índice é a mortalidade infantil, que registrou zero no ano de referência (2006). O IDEB calculado para o município é de 2,5 pontos, o segundo pior desempenho no que se refere à qualidade da educação, perdendo apenas para Anapu (2,3 pontos).

Destaca-se, ainda, que Faro tem o menor indicador de habitação, tendo apenas 0,19 por cento de moradias adequadas. O IBGE considera adequado o domicílio com rede geral de abastecimento de água, com rede geral de esgoto ou fossa séptica, com coleta de lixo por serviço de limpeza e com até dois moradores por dormitório. A categoria semi-adequada inclui os domicílios particulares permanentes com pelo menos um serviço inadequado e a categoria inadequada refere-se àqueles domicílios que contam com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado a fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e com mais de dois moradores por dormitório. A Tabela 15, abaixo, mostra a situação geral dos domicílios particulares permanentes em cada um dos municípios analisados, além dos números calculados para todo o território nacional.

Tabela 16 – situação da adequação dos domicílios nos municípios da amostra e no Brasil

Brasil e município	adequação da moradia		
	adequada	semi-adequada	inadequada
Brasil	43,91	50,96	5,13
Barreirinha	1,38	52,69	45,93
Anapu	0,38	51,54	48,09
Faro	0,21	72,03	27,76
Novo Progresso	2,18	79,85	17,97
Rurópolis	1,95	63,45	34,59
São Félix do Xingu	0,63	67,46	31,91
Matupá	0,46	90,74	8,80
Nova Mutum	0,76	94,14	5,10

Fonte: IBGE, 2000. SIDRA Tabela 2417.

Como se pode concluir a partir da análise da Tabela 16, acima, os municípios da amostra deste trabalho possuem número reduzidíssimo de moradias consideradas adequadas pelo IBGE.

O escore de IDH-M de Faro (0,623) é também o menor registrado neste trabalho, estando um ponto abaixo da média estadual (0,723) e bem abaixo do IDH nacional (0,764). O IDH-M reflete os resultados ruins dos outros indicadores (habitação, renda média e IDEB). Juntos, esses indicadores permitem verificar que as condições de vida no município não são as melhores da região. Interessante observar que os resultados de Faro mostram um arcabouço institucional maduro, porém pouco capaz de concretizar políticas públicas em benefício do cidadão. Isso incita a reflexão sobre a ação do estado como vetor do desenvolvimento humano e a necessidade de construção de instrumentos institucionais efetivos e sensíveis às necessidades locais.

O fraco desempenho socioeconômico se contrapõe ao bom desempenho do município no que se refere a meio ambiente. O maior índice setorial de Faro é o ambiental (611 pontos), o que o coloca na segunda colocação nesse ranking. Isso se deve à pequena área desmatada do município até 2008 – apenas 2 por cento, de acordo com dados do PRODES -, sendo o município menos desmatado da amostra. Colaboraram também para esse resultado registros da existência de duas unidades de conservação: Floresta Estadual de Faro e a Floresta Nacional Saracá-Taquera, sendo que esta última tem conselho de caráter consultivo (2002) e plano de manejo (2002). O município conta ainda com um instrumento de articulação intermunicipal não-identificado no MUNIC 2008.

4.5 BARREIRINHA

Barreirinha chama a atenção por não apresentar qualquer resultado extremo. Seus indicadores demonstram que a cidade tem nível de sustentabilidade mediano dentro da amostra, como mostra a Tabela 17, abaixo.

Tabela 17 – pontuações e rankings dos índices sintéticos computados para o município de Barreirinha

	índice	ranking
sustentabilidade	480	5
social	523	4
econômico	347	6
ambiental	426	4
institucional	625	2

A Figura 13, abaixo, possibilita sinalizar as seguintes conclusões: escore de IDH-M de 0,645 pontos, abaixo das médias estadual (0,723) e nacional (0,764); nenhum óbito de criança menor de 1 ano de idade registrado no ano; baixa renda média da população (R\$ 287,85 mensais *per capita*); ausência de registros de unidades de conservação no município; e o segundo menor registro de desmatamento da amostra (apenas 12 por cento).



Figura 13: Resultados de índices sintéticos para o município de Barreirinha.

Ressalta-se ainda que Barreirinha tem o segundo melhor índice institucional (625 pontos), ao lado de Nova Mutum, com destaque para a existência de instrumento de plano diretor ou similar e superávit orçamentário. Os resultados do índice institucional merecem ser destacados. Dos oito municípios da amostra, Faro obteve o melhor resultado, disparando na frente com 875 pontos. Em segundo lugar estão Nova Mutum e Barreirinha, com 250 pontos a menos. Os outros cinco municípios (Anapu, Matupá, Novo Progresso,

Rurópolis e São Félix do Xingu) obtiveram 375 pontos cada, ficando empatados na terceira posição. Esse resultado se dá pelo fato de as variáveis selecionadas aparecerem repetidamente para diferentes municípios e indicadores, resultando numa planilha com aspecto homogêneo, apresentada na Tabela 18 abaixo. Ela subsidiou a construção de gráficos similares no programa *Dashboard of Sustainability* utilizado nesta pesquisa.

Tabela 18 – indicadores selecionados para composição do índice institucional

	plano diretor	conselho de política urbana	plano de transporte	déficit orçamentário
Faro	1	2	0	1
Rurópolis	1	0	0	0
N. Progresso	1	0	0	0
SF Xingu	1	0	0	0
Barreirinha	1	0	0	1
Nova Mutum	1	0	0	1
Anapu	0	0	0	1
Matupá	0	0	0	1

Como se vê, apenas dois (Anapu e Matupá) dos oito municípios não têm plano diretor ou similar. Apenas Faro tem conselho de política urbana e ele é paritário, o que rendeu ao município dois pontos nesse indicador, sendo o único que não obteve nota zero. Nenhum município tem plano municipal de transporte e apenas três (Rurópolis, Novo Progresso e São Félix do Xingu) gastam mais do que arrecadam.

4.6 ANAPU

Anapu, que ocupa a sexta colocação no ranking da sustentabilidade desenvolvido neste trabalho, não apresenta desempenho muito bom em qualquer índice setorial, como mostram os números na Tabela 19, abaixo.

Tabela 19 – pontuações e rankings dos índices sintéticos criados para o município de Anapu

	índice	ranking
sustentabilidade	408	6
social	305	6
econômico	558	4
ambiental	397	5
institucional	375	3 (empate)

Na área social, Anapu apresenta os seguintes pontos fracos: o segundo pior escore de IDH (0,645), empatado com Barreirinha; o pior IDEB (2,3); nenhum óbito de criança menor de 1 ano de idade registrado no ano de referência; e uma porcentagem de 0,38 de moradias com saneamento básico adequado, o segundo menor número relativo à qualidade da habitação, ficando apenas na frente de Faro, que tem apenas 0,19 por cento de moradias adequadas. De uma forma geral, o desempenho social de Anapu é muito ruim, o que mostra a necessidade de melhorar as condições da população no que se refere à prestação de serviços de educação, saúde e saneamento básico.

Dentre os quatro índices setoriais, Anapu apresenta os melhores resultados referentes ao aspecto econômico da sustentabilidade (ainda que sejam ruins se comparados aos demais municípios), como mostra a Figura 14, abaixo: a renda média per capita é de R\$ 467,38 mensais; a taxa de emprego é de 95,07 por cento; a contribuição da agropecuária para o PIB é de 42,86 por cento; e o índice de Gini de distribuição de renda é 0,40.



Figura 14: Resultados de índices sintéticos para o município de Anapu.

Apesar de não haver registro de unidade de conservação em Anapu, o desmatamento acumulado ocorrido até 2008, que soma 1.891,1 km² ou 16 por cento da área do município, não é um problema grande se comparado aos indicadores de desmatamento de outros municípios, como os campeões de desmatamento Matupá, onde 36 por cento da área total do município foi desmatada; Nova Mutum, 29 por cento; e Rurópolis, 23 por cento. Ainda assim, a extensão de área desmatada não passa sem ser percebida.

O desmatamento não é a única consequência da ação predatória de grupos econômicos. A violência resultante dos conflitos de terras entre empresários ou fazendeiros e camponeses ou colonos foi registrada em diversas ocasiões (PINTO, 2006). A “pistolagem”, prática na qual prepostos dos grandes grupos econômicos utilizam a força física para impor o poder, é corriqueira. Talvez o caso mais famoso desse tipo de violência “aceita” pelo Poder

Público é o assassinato da missionária Dorothy Stang. Irmã Dorothy, como era conhecida, foi morta com seis tiros em Anapu, em 12 de fevereiro de 2005. As denúncias de desmatamento e de apropriação ilegal de terras públicas por parte de madeireiros e fazendeiros feitas pela missionária resultaram na sua morte. O fazendeiro Vitalmiro Moura, o Bida, acusado de ser o mandante do crime, foi absolvido em 6 de maio de 2008. Rayfran das Neves Sales, o algoz, foi condenado a 28 anos de reclusão¹⁷. Infelizmente, não existem dados públicos sobre esse (ou qualquer) tipo de violência, o que deixaria esta pesquisa ainda mais rica e interessante.

Por fim, vale ressaltar que Anapu é um dos cinco municípios (os outros são Matupá, Novo Progresso, Rurópolis e São Félix do Xingu) com índice institucional de 375 pontos e que ficaram empatados em terceiro lugar nesse ranking.

4.7 RURÓPOLIS

Rurópolis tem o segundo pior índice de sustentabilidade dentre os municípios estudados, com apenas 372 pontos. Dentre os índices setoriais, o que apresenta melhor desempenho é, como no caso de Anapu, o econômico, com 494 pontos. Mesmo assim, os indicadores de Rurópolis são relativamente ruins: tanto no ranking econômico (494 pontos) como no social (385 pontos), Rurópolis ocupa a quinta colocação na amostra. O seu índice ambiental é o pior de todos, com apenas 234 pontos. A Figura 15 abaixo contribui para visualizar os resultados apresentados.

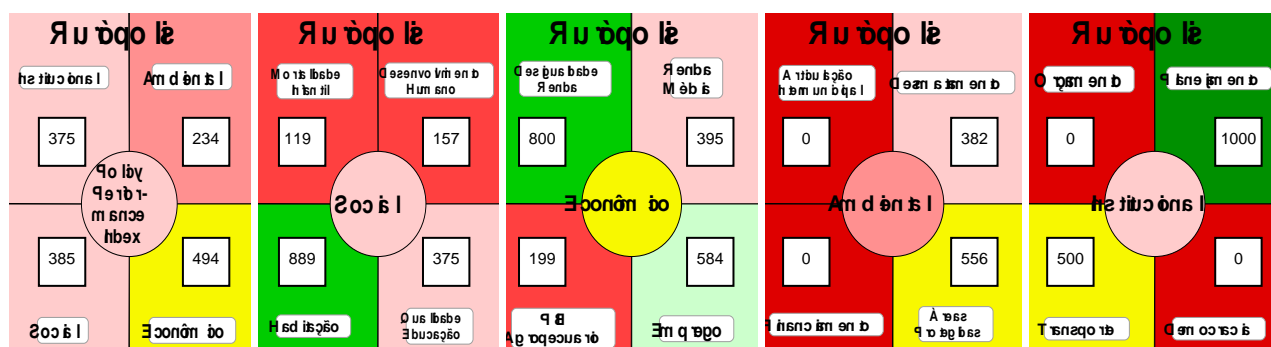


Figura 15: Resultados de índices sintéticos para o município de Rurópolis.

¹⁷ Fonte: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0.,MUL455706-5598,00.html> Acesso em 5 dezembro 2009.

A renda média nominal em Rurópolis é relativamente baixa (R\$ 398,82) e o índice de Gini da distribuição de renda não é dos piores da região em estudo (0,36) – na verdade é bem baixo para padrões brasileiros. O escore do IDH-M de Rurópolis é inferior ao do Brasil (0,764) e ao do Pará (0,723). O IDEB de 3,2 é superior à média estadual de 2,8, não alcançando, contudo, o índice nacional de 4,2 pontos. O número relativo de moradias adequadas é o segundo mais alto da amostra (1,95 por cento), número ainda extremamente baixo se comparados às médias nacionais (43,90 por cento) e do estado do Pará (14,12 por cento).

O bom indicador de áreas protegidas (5 pontos, melhor nota depois de São Félix do Xingu, que obteve 9) contradiz os resultados de desmatamento: 23 por cento do território de Rurópolis foi desmatado até 2008, de acordo com dados do PRODES-INPE. A atividade madeireira presente no município de Rurópolis e em outros municípios da região é um dos vetores de desmatamento na chamada “Terra do Meio” (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2002, p. 28). Publicação do Greenpeace indica que a migração oriunda de Rurópolis em direção à foz do Riozinho do Anfrísio é resultado da ação exploratória de madeiras e fazendas de gado (GREENPEACE, sd, p. 28). O município não tem fundo de meio ambiente ou qualquer instrumento de articulação intermunicipal.

O problema da extração ilegal de madeira na região onde está localizado o município de Rurópolis levou o poder público a criar, no ano de 2006, o Distrito Florestal da BR-163, área protegida de cerca de 16 milhões de hectares distribuídos ao longo da rodovia que liga Cuiabá a Santarém. As unidades de conservação de uso sustentável, áreas onde deverá ocorrer extração sustentável de madeira, são: Floresta Nacional do Trairão, nos municípios de Itaituba, Rurópolis e Trairão; Floresta Nacional Anamá, em Itaituba e Jacarecanga; Floresta Nacional do Crepori, em Jacarecanga; Floresta Nacional do Jamanxim, em Novo Progresso, e a Área de Proteção Ambiental do Tapajós, em Itaituba, Jacarecanga, Novo Progresso e Trairão¹⁸.

No tocante aos instrumentos de planejamento municipal, Rurópolis conta apenas com Plano Diretor ou similar e apresenta *déficit* orçamentário público, o que resulta num índice institucional de apenas 375 pontos. Apesar das históricas práticas clientelistas existentes no Pará, Toni (1999, p. 128-162) destaca o amadurecimento político da classe trabalhadora de Rurópolis e de outros municípios da região da rodovia Transamazônica (BR-230). Rurópolis foi desenvolvida a partir de assentamentos realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e tem uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade

¹⁸ Fonte: <http://www.socioambiental.org/uc/4445/noticia/20769> Acesso em 12 dezembro 2009.

(OLIVEIRA, 2005, p. 146-147). Durante a fase de redemocratização brasileira, os trabalhadores rurais, migrantes sem-terra de toda parte do país que ali se estabeleceram, teriam se mobilizado com o apoio da igreja católica, para discutir os seus problemas (dentre eles a falta de infraestrutura e lacunas sérias na prestação de serviços de saúde e educação) e buscar soluções conjuntas com outros municípios da região.

Todo o esforço de mobilização dos trabalhadores rurais, no entanto, não foi suficiente para romper o ciclo de alianças políticas. Ao final da primeira fase de mobilização, alguns líderes do movimento dos trabalhadores se associaram com conhecidos políticos e passaram a defender seus próprios interesses (TONI, 1999, p. 128). Numa segunda fase, já mais organizados e num contexto político de democracia, os trabalhadores conquistaram importantes benefícios, dentre eles novas formas de acesso a crédito rural (TONI, 1999, p. 129). Mesmo assim, as condições nas quais vive a população de Rurópolis não são as melhores da região, como mostram os resultados do *Dashboard of Sustainability*.

4.8 MATUPÁ

Por fim, vejamos o “lanterninha” da sustentabilidade, Matupá, que tem o menor índice de sustentabilidade (339 pontos) da amostra. O maior destaque de Matupá é o seu índice econômico muito baixo, de apenas 94 pontos. Veja a Figura 16, abaixo.

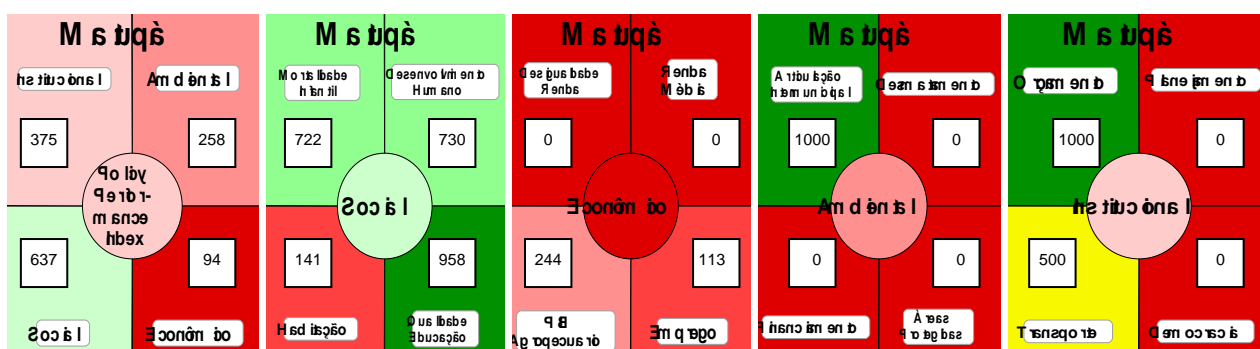


Figura 16: Resultados de índices sintéticos para o município de Matupá.

O índice econômico resulta da combinação das quatro variáveis utilizadas - renda média nominal, taxa de emprego, desigualdade de renda e PIB agropecuário -, mas vale a pena destacar que Matupá é o município da amostra com a maior concentração de renda, com um índice de Gini de 0,44, e a segunda menor taxa de ocupação (88,97 por cento) - atrás de

Faro, onde 87,73 das pessoas economicamente ativas tabalham. Tais dados convergem com os registros sobre a ocupação e a dinâmica econômica da região, como se verá a seguir.

A ocupação da região da fronteira entre Mato Grosso e Pará se deu de duas formas: espontânea, caracterizada pela pecuária extensiva e pela produção agrícola voltada para subsistência; e por meio de projetos de colonização públicos ou privados (DEL VILLAR, 2005). Oliveira (2005, p. 113) conta que a empresa Agropecuária Cachimbo S.A. implantou a o projeto de colonização de Matupá em área superior a 250 mil hectares, no entroncamento da BR-163 com a BR-080. De acordo com o autor, o projeto inicial não deu certo, em boa parte, em decorrência das atividades de garimpo de ouro, que fizeram da cidade instalada no centro da antiga aldeia dos índios Paraná uma grande favela (OLIVEIRA, 2005, p. 113).

Durante a década de 1980, a empresa colonizadora tentou fazer um projeto de colonização de propriedades médias (1.000 hectares) voltado para a pecuária (DEL VILLAR, p. 66). No final dos anos 90, foi introduzida a agricultura mecanizada no município. A primeira cultura foi a de arroz. Em 2001 iniciou-se a produção de soja. Em 2003, a Bünge e a Cargill, acreditando no potencial agrícola local, investiram na construção de estruturas de recepção e estocagem de grãos. A análise socioeconômica do município, feita por Villar *et al*, conclui que

As iniciativas privadas, motivadas pelo sucesso de um projeto pessoal, apresentaram resultados positivos. Porém, esse sucesso parece ter beneficiado essencialmente às pessoas iniciadoras do projeto e não ao território como um todo. Certamente, nota-se através do exemplo dos municípios de Matupá ou de Itaúba, que o sucesso dos investimentos particulares apresentou resultados para toda a economia local. Esta afirmação não se aplica às iniciativas individuais. De fato, a colonização espontânea não gerou um desenvolvimento intensivo da região (DEL VILLAR et al, 20005, p. 43).

Além da liderança na concentração de renda, Matupá também é o campeão de desmatamento: 36 por cento da área do seu território já perderam a sua cobertura florestal. Matupá é um dos três municípios (os outros dois são Anapu e Barreirinha) que não tem unidades de conservação registradas.

O índice social de Matupá é o melhor dos seus índices setoriais, com destaque para o IDEB de 4,6 pontos - segundo colocado, depois de Nova Mutum, com 4,7; e um escore de IDH-M de 0,753, ultrapassando o IDH do estado do Pará (0,723) e quase alcançando a média nacional de 0,764.

Além da apresentação dos índices de sustentabilidade e dos índices setoriais (social, econômico, ambiental e institucional) criados para cada um dos oito municípios da amostra a

partir do programa Painel da Sustentabilidade (*Dashboard of Sustainability*), neste capítulo foram apresentados também alguns comentários e reflexões sobre tais resultados. Não foi possível, contudo, exaurir a discussão sobre os resultados que demonstram as diferentes realidades encontradas na área de influência da BR-163. Considerações complementares acerca desses dois pontos serão feitas na próxima etapa deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi construir um índice de sustentabilidade de municípios brasileiros sob os aspectos social, econômico, ambiental e institucional para demonstrar como essa expressão numérica da realidade pode contribuir para o alcance do desenvolvimento sustentável, ao identificar os pontos fortes e fracos da gestão municipal no Brasil e sinalizar as mudanças necessárias para alcançar esse desenvolvimento.

Ao longo da pesquisa, foram criados quatro índices sintéticos setoriais que medem o desempenho municipal nas quatro dimensões mencionadas. Um quinto índice sintético, denominado índice de sustentabilidade, agrupou esses quatro índices setoriais, proporcionando uma visão geral sobre a medição da sustentabilidade dos municípios brasileiros. Os índices foram criados para oito municípios selecionados - Barreirinha (AM); Anapu, Faro, Novo Progresso, Rurópolis e São Félix do Xingu (PA); e Matupá e Nova Mutum (MT) -, com o apoio do programa *Dashboard of Sustainability* (Painel da Sustentabilidade). Esses municípios estão localizados nos estados do Mato Grosso, Pará e Amazonas, na área que recebe influência da rodovia BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA).

O Capítulo 1 descreveu os processos e fatos pertinentes da ocupação da Amazônia brasileira, identificando a área que recebe influência direta da BR-163, e explicando o procedimento de seleção dos municípios representativos da realidade da região estudada. Sobre o processo de seleção dos municípios para integrarem a amostra da pesquisa, ressaltou-se a existência de lacunas nos dados fornecidos pelos órgãos públicos que produzem esse tipo de informação estatística, como o IBGE e o IPEA. Destacou-se a inexistência dos seguintes dados: IDEB para Apuí, o que resultou na exclusão desse município, deixando a subárea do sudeste do Amazonas sem representação; responsabilidade fiscal (déficit ou superávit orçamentário) para Jacareacanga e Placas, o que justificou a inclusão de Rurópolis na amostra; e IDEB para Boa Vista dos Ramos e Nova Bandeirantes, justificando a substituição por Barreirinha e Matupá, respectivamente.

O Capítulo 2 apresentou os conceitos de indicadores e de índices e o processo histórico de desenvolvimento desse tipo de dado estatístico, detalhou o processo de seleção dos indicadores que, uma vez agregados, se tornaram índices setoriais (social, econômico, institucional e ambiental) e, posteriormente, um índice de sustentabilidade. O procedimento de seleção dos indicadores que compuseram os índices sintéticos foi o momento mais

complexo da pesquisa. A primeira etapa, de levantamento dos dados, demandou muito tempo e esforço de sistematização dos dados na medida em que eram coletados. O resultado está no Anexo 1, que apresenta 701 indicadores sociais, 990 indicadores econômicos, 39 indicadores ambientais e 263 indicadores institucionais, num total de 1.993 variáveis. O maior desafio foi a segunda etapa da seleção, na qual tentou-se selecionar os dezesseis indicadores - quatro para cada uma das quatro dimensões adotadas (social, econômica, ambiental e institucional) - mais representativos e confiáveis dentro desse imenso universo de números. Tal procedimento demandou grande esforço de reflexão. A disponibilização posterior de outros dados estatísticos e o amadurecimento da pesquisa poderiam levar à escolha de indicadores diversos dos apresentados como resultado final do Capítulo 2. No entanto, a seleção realizada foi a mais adequada naquele momento.

Tomou-se, também, o cuidado de selecionar indicadores de sustentabilidade que parecem ganhar notoriedade e reconhecimento, como os recomendados pela Comissão para Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, os quais vêm sendo testados e aprimorados desde 1994. Além disso, vale destacar o cuidado de usar variáveis relativas, de utilizar o mesmo número de indicadores em cada uma das dimensões para garantir que todos (tanto os indicadores selecionados, quanto os índices sintéticos desenvolvidos) tivessem pesos idênticos, dando a mesma importância a cada uma das dimensões da sustentabilidade.

A insuficiência de indicadores ambientais relevantes e confiáveis, em especial sobre áreas protegidas – extensão, localização e gestão – foi um obstáculo para a pesquisa. A confiabilidade dos indicadores institucionais que constam do banco de dados MUNIC 2008 (Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008) foi questionada, mostrando a necessidade de aprimorar o método de coleta e o conteúdo subjetivo dessas variáveis, como será comentado à frente.

Cabe ainda observar que alguns aspectos importantes para a sustentabilidade dos municípios não foram consideradas por falta de dados: questão indígena e das terras ocupadas por populações indígenas, apropriação irregular de terras públicas, violência, padrões de consumo, emissão de gases de efeito estufa, uso de agrotóxicos, extensão e destinação das propriedades rurais, agricultura familiar, dentre outros tantos que poderiam ter sido incluídos na composição dos índices sintéticos.

No Capítulo 3 foram descritas, de forma resumida, algumas ferramentas de avaliação de sustentabilidade desenvolvidas por instituições de educação e pesquisa no Brasil e no

mundo. Parece haver um número crescente de iniciativas de desenvolvimento de técnicas e programas computacionais de mensuração de resultados de políticas públicas e de intervenções privadas. Dentre elas, não é possível concluir que há um instrumento melhor ou pior que os demais. Um instrumento pode ser adequado, ou não, para ser aplicado a uma realidade ou aspecto (social, econômico, ambiental, institucional, dentre outros), dependendo do enfoque e da escala que se pretende avaliar. A escolha de uma dessas ferramentas deve considerar tais circunstâncias para garantir o sucesso da sua aplicação.

A escolha do *software Dashboard of Sustainability* foi justificada pelo fato de o programa contemplar, de forma equitativa, quatro dimensões (social, econômico, institucional e ambiental), ao contrário de ferramentas mencionadas no Capítulo 2 – como a Pegada Ecológica e o Barômetro da Sustentabilidade -, as quais tendem a privilegiar uma dimensão (ou duas, ou três dimensões). Partiu-se do pressuposto de que uma análise sobre sustentabilidade requer uma abordagem integrada entre o meio ambiente natural e o meio ambiente social, não sendo adequado utilizar uma técnica de mensuração parcial ou incompleta. Outra preocupação no momento da seleção do *Dashboard* foi eleger um programa capaz de gerar gráficos que contribuíssem para a compreensão das realidades nos diferentes municípios.

Os índices setoriais e o índice de sustentabilidade calculados para cada um dos oito municípios que compõem a amostra da pesquisa foram apresentados no Capítulo 4, que contém ainda breves comentários sobre os mesmos. O objetivo deste capítulo foi apresentar uma breve análise sobre a capacidade dos municípios selecionados (Barreirinha, Anapu, Faro, Novo Progresso, Rurópolis, São Félix do Xingu, Matupá e Nova Mutum) em conciliar desenvolvimento social, crescimento econômico, proteção ambiental e amadurecimento institucional. Buscou-se identificar os pontos fortes e fracos da gestão municipal a partir dos resultados da pesquisa, sinalizando as mudanças necessárias para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Nenhum município analisado chegou perto do valor máximo. São Félix do Xingu, que recebeu a maior pontuação, apresentou um escore de 572 pontos (de um máximo de 1000 pontos). Matupá, que ocupa a pior posição no ranking, chegou a 339 pontos. Dentre os índices setoriais, a pontuação máxima verificada foi de 875 pontos alcançados por Novo Progresso na área ambiental e por Faro no âmbito institucional. O pior resultado é o econômico de Matupá, com apenas 94 pontos.

No que se refere ao IDH-M, apenas Nova Mutum (0,801) apresentou resultado superior ao IDH nacional, de 0,764; o IDH-M mais baixo é o de Faro (0,623). A qualidade do ensino básico é relativamente baixa nos municípios: o maior IDEB registrado foi o de Nova Mutum (4,7 numa escala de 0 a 10) e o menor foi o de Anapu (2,3). Os registros de óbitos de crianças menores de 1 ano no ano de referência (2007) não são altos (máximo de 2,17 por cem crianças em Novo Progresso), sendo que três municípios – Faro, Barreirinha e Anapu – não registraram nenhum óbito.

Talvez os números mais intrigantes no âmbito social sejam os relativos à adequação das moradias. Os percentuais de moradias adequadas, aquelas que contam com rede geral de abastecimento de água, com rede geral de esgoto ou fossa séptica, com coleta de lixo por serviço de limpeza e com até 2 moradores por dormitório são muito baixos: mínimo de 0,19 por cento em Faro e máximo de 2,17 por cento em Novo Progresso. No Brasil, 43,91 por cento dos domicílios se enquadram nessa classificação. Como comentado no Capítulo 4, os dados sobre moradias semi-adequadas nos municípios são melhores do que a média registrada em nível nacional. No Brasil, 50,96 por cento dos domicílios têm apenas um dos serviços mencionados. Na amostra de municípios analisados, os números variam entre 51,54 por cento (Anapu) e 90,74 por cento (Matupá). Os gráficos sobre adequação das moradias nos municípios selecionados gerados pelo *Dashboard of Sustainability*, se comparados aos baixos valores desse indicador, refletem um erro metodológico da pesquisa: ao restringir a amostra aos oito municípios selecionados, perdeu-se a referência da escala nacional. O fato de não terem sido contemplados os valores extremos de indicadores em outras partes do país podem dar ao leitor a idéia de que os municípios analisados têm boa situação no que se refere à moradia, o que é um equívoco. Para sanar tal problema, deveriam ter sido incluídos no cálculo dos índices setoriais os registros dos maiores e dos menores indicadores em âmbito nacional. Isso teria evitado a distorção dos resultados, como ocorreu com o indicador de adequação das moradias. Em outras palavras, o cálculo de normalização para cada um dos indicadores deveria ter contemplado a menor e a maior variável municipal dentro da amostra de **todos** os municípios brasileiros (e não apenas dos municípios da amostra da pesquisa, como foi feito), o que mostraria um retrato mais fiel da realidade nos municípios analisados.

No âmbito econômico, todos os municípios registraram altas taxas de emprego, entre 87,73 por cento (Faro) e 97,07 pontos percentuais (Novo Progresso). O índice de concentração de renda, apesar de relativamente elevado nos municípios analisados (entre

0,36 e 0,44), ainda é bem inferior ao índice de Gini nacional (0,60). Interessante observar que parece haver uma relação direta entre a renda média *per capita* e a contribuição da agropecuária para o PIB municipal. Esta relação fica clara quando analisamos os dados de São Félix do Xingu (renda mensal de R\$ 828,59; maior PIB agropecuário da amostra - 63,22 por cento), de Nova Mutum (maior renda da amostra – R\$ 907,73; PIB agropecuário de 44,62 por cento), e de Faro (menores indicadores registrados de renda média – R\$ 267,42 - e de PIB agropecuário – 15,80 por cento).

Sobre o aspecto ambiental, observou-se que apenas Rurópolis e Novo Progresso não têm qualquer instrumento de articulação intermunicipal e que somente São Félix do Xingu e Nova Mutum contam com fundo municipal de meio ambiente. Paradoxalmente, São Félix do Xingu, o primeiro colocado no ranking ambiental, é o município com a maior extensão de área desmatada no estado do Pará, tendo perdido 19 por cento de sua cobertura florestal até 2008, de acordo com os registros do PRODES/INPE. Não é, contudo, o campeão de desmatamento dentro da amostra de municípios, título que cabe a Matupá, com 36 por cento de área desmatada até 2008. O bom desempenho de São Félix do Xingu na área ambiental deve-se ao seu número significativo de áreas protegidas: são cinco unidades de conservação no município, das quais duas contam com plano de manejo e conselho consultivo. A esse respeito, cabem dois comentários. O primeiro é que, como mencionado no Capítulo 4, foram apreendidas muitas cabeças de gado em áreas protegidas no município durante a operação Boi Pirata, realizada pelo IBAMA em 2008, e há registros de ocupação irregular de terras públicas, atividade criminosa ligada às atividades de pecuária e de extração de madeira. O segundo se refere à questão metodológica. Este trabalho utilizou a técnica de análise de correspondência para criação do indicador sobre áreas protegidas, ou seja, dados qualitativos sobre a existência e gestão de unidades de conservação foram quantificados da seguinte forma: primeiro foi feito o levantamento de todas as unidades de conservação nos municípios selecionados, a partir do banco de dados do ISA, e depois foram atribuídos pontos para o número de unidades de conservação e existência de conselho e plano de manejo para as mesmas. Esse método estatístico foi usado em decorrência da ausência de informação sistematizada sobre a extensão de áreas protegidas nos municípios brasileiros. Se houvesse dados confiáveis para construção de variáveis relativas sobre unidades de conservação – percentual de área protegida em cada município -, poder-se-ia ter chegado a resultado diverso do obtido.

Outra questão metodológica que merece destaque refere-se ao índice institucional desenvolvido. Dos oito municípios da amostra, Faro obteve o melhor resultado, disparando na frente com 875 pontos. Em segundo lugar estão Nova Mutum e Barreirinha, com 250 pontos a menos. Os outros cinco municípios (Anapu, Matupá, Novo Progresso, Rurópolis e São Félix do Xingu) obtiveram 375 pontos cada, ficando empatados na terceira posição. Como ocorreu com o indicador de áreas protegidas, os indicadores institucionais foram obtidos por meio da técnica de análise de correspondência, que quantificou dados qualitativos sobre instrumentos de planejamento municipal (existência de Plano Diretor ou similar), participação social (existência de conselho de política urbana), transporte (existência de plano municipal de transporte) e responsabilidade fiscal (déficit ou superávit orçamentário). O resultado foi uma planilha com aspecto homogêneo, apresentada na Tabela 20, mostrada abaixo. Esta planilha resultou em índices institucionais semelhantes e gráficos similares no programa *Dashboard of Sustainability*.

Tabela 20 – indicadores selecionados para composição do índice institucional da amostra de municípios

	plano diretor	conselho política urbana	plano de transporte	déficit orçamentário
Faro	1	2	0	1
Rurópolis	1	0	0	0
Novo Progresso	1	0	0	0
SF Xingu	1	0	0	0
Barreirinha	1	0	0	1
Nova Mutum	1	0	0	1
Anapu	0	0	0	1
Matupá	0	0	0	1

Uma conclusão é que, apesar da importância da informação que os dados escondem, a técnica estatística escolhida para transformar informações qualitativas em valores numéricos pode ter distorcido os resultados e, conseqüentemente, empobrecido o resultado do trabalho, em especial no que se refere ao índice institucional, já que ele foi totalmente construído a partir de análise de correspondência.

Assim como este trabalho, cujo objetivo principal foi o desenvolvimento de um indicador de sustentabilidade, o programa *Dashboard of Sustainability* não é uma ferramenta pronta. Ambos podem (e devem) ser aprimorados a partir do amadurecimento do conceito de desenvolvimento sustentável; do refinamento do conceito de indicadores de

sustentabilidade, bem como da ampliação e melhoramento desses dados; e do aperfeiçoamento das técnicas e instrumentos de mensuração e/ou avaliação.

Vale registrar que as imagens geradas a partir do *software* ajudaram na interpretação dos dados, em especial na identificação de indicadores fora do padrão da amostra (*outliers*). No entanto, a ferramenta não tem boa interface com o programa de edição de texto. No momento da importação dos dados para o texto, muitos dados foram perdidos, já que não é possível exportar toda a imagem gerada pelo programa (como mostrado no Capítulo 3), mas apenas os painéis individualizados apresentados no Capítulo 4. De qualquer forma, acredita-se que os objetivos do trabalho foram alcançados: os índices sintéticos (índice de sustentabilidade e índices setoriais) propostos foram desenvolvidos e contribuíram para analisar em que medida os municípios da amostra são sustentáveis.

Vale ressaltar que o enriquecedor processo de aprendizagem e o amadurecimento intelectual proporcionados por este trabalho fizeram desta pesquisa uma atividade desafiadora e intrigante. Desafiadora porque foi necessário dedicar-se ao estudo de diferentes áreas de conhecimento – geografia, estatística, sociologia, história. Foi um exemplo prático da complexidade de se estudar a sustentabilidade. Intrigante porque não foi possível prever os resultados da pesquisa até o momento em que eles não podiam mais ficar ocultos. Mesmo depois de conhecidos, os próprios resultados guardavam algo de curioso e suspeito.

Esta pesquisa não está concluída. Pelo contrário, ela está apenas sendo iniciada. O potencial do programa *Dashboard of Sustainability* é muito maior do que o demonstrado neste trabalho. O *software* demanda aperfeiçoamento. Da mesma forma, os índices sintéticos construídos ao longo destas páginas demandam muita reflexão e muita discussão para serem aprimorados. Uma vez acabados (acredita-se que isso não seja possível), a construção dos índices setoriais e do índice de sustentabilidade por meio do referido programa pode ser aplicada a todos os municípios brasileiros, o que amplia ainda mais o horizonte de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

BARTELMUS, Peter. **Dematerialization and Capital Maintenance: Two Sides of the Sustainability Coin**. Wuppertal: Wuppertal Institute for Climate, Environment and Energy, 2002.

BECKER, Bertha. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 12, p. 135-159, 2001.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOSSSEL, H. **Indicators for Sustainable Development: Theory, Method, Applications: a report to the Balaton Group**. Winnipeg: IISD, 1999.

BRAGA, Tânia Moreira. Sustentabilidade e condições de vida em áreas urbanas: medidas e determinantes em duas regiões metropolitanas brasileiras. **Revista eure** (Vol. XXXII, Nº 96), pp. 47-71. Santiago de Chile, agosto de 2006.

BRUNA, Emilio M.; KAINER, Karen A. A delicate balance in Amazonia. **Science**, v. 307, p. 1044-1045, 2005.

CÂMARA, Gilberto; AGUIAR, Ana Paula Dutra; ESCADA, Maria Isabel; AMARAL, Silvana; CARNEIRO, Tiago; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. Amazonian deforestation models. **Science**, v. 307, p. 1043-1044, 2005.

CÂMARA, Gilberto; VALERIANO, Dalton de Morisson; SOARES, João Viane. **Metodologia para o Cálculo da Taxa Anual de Desmatamento na Amazônia Legal**. São José dos Campos: INPE, 2006.

CASTRO, Edna Ramos; MONTEIRO, Raimunda; CASTRO, Carlos Potiara. **Atores e relações sociais em novas fronteiras na Amazônia**: Novo Progresso, Castelo de Sonhos e São Félix do Xingu. Trabalho de Consultoria prestado ao Banco Mundial. Belém, 2002.

CIDE. Índice de Qualidade dos Municípios: verde. RJ, *Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - Cide/Faperj*, 2000.

_____. Índice de Qualidade dos Municípios: carências. RJ, Cide/Faperj, 2001.

_____. Índice de Qualidade dos Municípios: necessidades habitacionais. RJ, Cide/Faperj, 2001a.

_____. Índice de Qualidade dos Municípios: sustentabilidade fiscal. RJ, Cide/Faperj, 2002.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Agenda 21**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf> Acesso em 13 agosto 2009.

COSTA, Wanderley M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo, Edusp/Contexto, 1988.

DALY, Herman; COBB, John. **For the common good: redirecting the economy toward community, the environment, and a sustainable future**. Boston: Beacon Press, 1989, 492 pages.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEFRA. **Sustainable development indicators in your pocket 2009: An update of the UK Government Strategy indicators**. Department for Environment, Food and Rural Affairs. Londres, 2009. 163 p.

DEL VILLAR, P. Mendez; NÉDÉLEC, V.; FERREIRA, C. Magri; DE MELO, Neli Aparecida; DUBREUIL, V. **Impacto do projeto de asfaltamento da BR-163: Perspectivas da sociedade e do setor produtivo agrícola ao longo do eixo da Cuiabá-Santarém**. Brasília: EMBRAPA/CDS/CIRAD, 2005. 121 p.

DIRECÇÃO Geral do Ambiente. **Proposta para um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável**. Portugal, 2000.

ESCADA, Maria Isabel Sobral; VIEIRA, Ima Célia G. KAMPEL, Silvana A.; ARAÚJO, Roberto; VEIGA, Jonas Bastos da; AGUIAR, Ana Paula; VEIGA, Iran; OLIVEIRA, Myriam; PEREIRA, Jorge Luís Gavina; CARNEIRO FILHO, Arnaldo; FEARNSSIDE, Philip Martin; VENTURIERI, Adriano; CARRIELO, Felix; THALES, Marcelo; CARNEIRO, Tiago Senna G.; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira; CÂMARA, Gilberto. Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia (o interflúvio do Xingu/ Iriri). **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 9-23, 2005.

FEARNSSIDE, Philip M. Brazil's Cuiabá-Santarém (BR-163) Highway: The Environmental Cost of Paving a Soybean Corridor Through the Amazon. **Environmental Management** (2007) 39. P. 601–614.

_____. **Deforestation in the Brazilian Amazon: How fast is it occurring?** 1982. Disponível em: <http://www.ciesin.columbia.edu/docs/002-110/002-110.html> Acesso em 04/02/2009.

_____. **Desmatamento e desenvolvimento agrícola na amazônia brasileira**. In: LENA, P; DE OLIVEIRA, A. E. (orgs). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

FJP. **Desenvolvimento humano e condições de vida: Região Metropolitana de Belo Horizonte 1980-1991**. BH, Fundação João Pinheiro/Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/[Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais](#), 1998.

FRASER, Evan D.G.; DOUGILL, Andrew J.; MABEE, Warren E.; REED, Mark; MCALPINE, Patrick. Bottom up and top down: Analysis of participatory processes for sustainability indicator identification as a pathway to community empowerment and sustainable environmental management. **Journal of Environmental Management**, p. 1-14, 2005.

GOWDY, John; MESNER, Susan. The Evolution of Georgescu-Roegen's Bioeconomics. **Review of Social Economy**. Vol LVI No. 2, 1998. p. 136-156.

GRAHAM, Alan. **Developing thinking in statistics**. 2006. Londres: Paul Chapman Publishing.

GREENPEACE. **Estado de conflito**: uma investigação sobre grileiros, madeireiros e fronteiras sem lei. Sem data. 60 p.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas**: limites e legitimidades. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, 20- 24 de Setembro de 2004

HAIR, Joseph F.; BLACK, William C.; BABIN, Barry J.; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronald L. **Análise multivariada de dados**. Tradução Adonai Schlup Sant'Anna. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HAJCOWIKCZ, Stefan. Rethinking the economist's evaluation toolkit in light of sustainability policy. **Sustainability: science, practice, & policy**. V. 4, Issue 8, 2008, p. 17-24.

HARDI, P.; BARG, S. **Measuring Sustainable Development**: Review of Current Practice. Winnipeg: IISD.1997.

HARDI, P.; ZDAN, T. J. **Assessing Sustainable Development**: Principles in Practice. Canada: International Institute for Sustainable Development. 1997.

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002**. (Série: Estudos e pesquisas - Informação geográfica). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2004**. (Série: Estudos e pesquisas - Informação geográfica). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2008**. (Série: Estudos e pesquisas - Informação geográfica). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. **Notas técnicas sobre a Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008a.

IBGE. **Pesquisa de informações básicas municipais. Perfil dos municípios brasileiros..** Rio de Janeiro: IBGE, 2008b.

KAMPEL, Silvana Amaral; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. **Análise Espacial do Processo de Urbanização da Amazônia.** Relatório Técnico. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia /INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2004.

KHALIFA, Marwa A.; CONNELLY, Stephen. Monitoring and guiding development in rural Egypt: local sustainable development indicators and local Human Development Indices. **Environment, Development, Sustainability.** October 2008. p 1-22.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados** 16 (45), p. 37-61, 2002.

LAURANCE, William F; ALBERNAZ, Ana K. M.; DA COSTA, Carlos. Is deforestation accelerating in the Brazilian Amazon? **Environmental Conservation**, n. 28, v. 4, p. 305-311, 2001.

LAURANCE, William F; ALBERNAZ, Ana K. M.; FEARNESIDE, Philip M.; VASCONCELOS, Heraldo L.; FERREIRA, Leandro V. Deforestation in Amazonia, **Science**, v. 304, p. 1109, 2004.

LAWN, Philip A. A theoretical foundation to support the Index of Sustainable Economic Welfare (ISEW), Genuine Progress Indicator (GPI), and other related indexes. **Ecological Economics**, v. 44, p. 105-118, 2003.

LEONARDI, V.P.B. **Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil.** Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

LITTLE, Paul E. **Amazonia: territorial struggles on perennial frontiers.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2002. 298 p.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, n.16, v.45, p. 107-121, 2002.

MACHADO, Lia O. Urbanização e Mercado de Trabalho na Amazônia Brasileira. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, n. 13, v. 1, p. 109-138, 1999.

MAHAR, Dennis J.. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978. 260 p.

MANIÇOBA, Regina de Souza. **Urbanização e qualidade de vida nos municípios da Amazônia Legal criados após 1988.** 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

MARGULIS, Sergio. Causes of deforestation of the Brazilian Amazon . Brasília: Banco Mundial, 2004. Disponível em: http://books.google.com/books?id=uCin_bvksHcC&printsec=frontcover&dq=margulis#v=onepage&q=&f=false Acesso em 29 Set. 2009.

MELLO, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. A armadura do espaço amazônico: eixos e zoneamentos. **Revista Comunicação, Cultura e Política - ALCEU**, v. 1, n. 2, p. 181-214, 2001.

MENDOZA, Elsa; PERZ, Stephen; SCHIMINK, Marianne; NEPSTAD, Daniel. Participatory Stakeholder Workshops to Mitigate Impacts of Road Paving in the Southwestern Amazon. **Conservation and Society**, Volume 5, No. 3, p. 382-407, 2007.

MMA. Grupo de Trabalho Interministerial. **Plano de desenvolvimento regional sustentável** para a área de influência da rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém. Brasília: MMA, 2007. 172 p.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, n. 19, v. 53, p. 187-207, 2005.

NAÇÕES UNIDAS. **Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies**. New York, 1994.

NAÇÕES UNIDAS. **Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies**. 2 ed. New York, 2001. Disponível em: http://www.un.org/esa/dsd/resources/res_publsdt_ind.shtml Acesso em 24 novembro 2009

NAÇÕES UNIDAS. **Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies**. 3 ed. New York, 2007. Disponível em: www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/guidelines.pdf Acesso em 13 agosto 2009

NAHAS, M.I.P. **Metodologia de construção de índices e indicadores sociais como instrumentos balizadores da Gestão Municipal da Qualidade de Vida Urbana: uma síntese da experiência de Belo Horizonte**. Trabalho apresentado no Seminário sobre Indicadores de Sustentabilidade, realizado no âmbito do projeto “Redistribuição da População e Meio Ambiente: São Paulo e Centro-Oeste”, PRONEX-NEPO/UNICAMP, nos dias 10 e 11 de abril de 2000.

NESS, Barry; URBEL-PIIRSALU; ANDERBERG, Stefan, OLSSON, Lennart. Categorising tools for sustainability assessment. **Ecological Economics**, v. 60, p. 498–508, 2007.

NEPSTAD, Daniel, et al. Road paving, fire regime feedbacks, and the future of Amazon forests. **Forest ecology and management**, v. 154, p. 395-407, 2001.

NEPSTAD, Daniel C.; VERÍSSIMO, Adalberto; ALENCAR, Ane; NOBRE, Carlos; LIMA, Eirivelthon; LEFEBVRE, Paul; SCHLESINGER, Peter; POTTERK, Christopher; MOUTINHO, Paulo; MENDOZA, Elsa; COCHRANE, Mark; BROOKS, Vanessa. Large-scale impoverishment of Amazonian forests by logging and fire. **Nature**, v. 398, p. 505-508, 1999.

NILSSON, J.; BERGSTRÖM, S. Indicators for the assessment of ecological and economic consequences of municipal policies for resource use. **Ecological Economics**, 14 (1995). p. 175-184.

OCDE. **The Well-being of Nations: the role of human and social capital**. Paris: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. IN: TORRES, Maurício (org). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPQ, 2005. 496 p.

PASQUIS, Richard; DA SILVA, Alessandra Valéria; WEISS, Joseph; MACHADO, Luciana. "Reforma Agrária" na amazônia: balanço e perspectivas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 22, n. 1, p. 83-96, 2005.

PARRIS, Thomas M. Parris; KATES, Robert W. Characterizing and measuring sustainable development. **Annual Review of Environmental Resources**, n. 28, v. 13, p. 13-28, 2003.

PECK, Roxy; OLSEN, Chris; DEVORE, Jay. Introduction to statistics and data analysis. Belmont CA: Brooks Cole-Cengage Learning, 2008.

PFAFF, Alexander S.P. **What drives deforestation in the brazilian amazon?** Evidence from Satellite and Socioeconomic Data. Washington: The World Bank, 1996.

PILLARISSETTI, J. Ram; BERGH, Jeroen C. J. M. Sustainable nations: what do aggregate indexes tell us? *Environ Dev Sustain*, 2008.

PINTO, Mariana Oliveira. **Entre o sonho e a realidade: desafios da política ambiental na Amazônia**. Dissertação de Mestrado. Brasília: CDS, 2006. 179 p.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em <http://www.pnud.org.br/atlas/> Acesso em 4 outubro 2009.

PRESCOTT-ALLEN, Robert. **The Wellbeing of Nations: a Country-by-Country Index of Quality of Life and the Environment**. Washignton: Island Press, 2001.

SALOMON, Délcio Vieira. **A maravilhosa incerteza – pensar, pesquisar e criar**. São Paulo: Martins Fontes. 2006. 412 p.

SAYAGO, Doris; Tourrand, Jean-François; BURSTYN, Marcel. Um olhar sobre a Amazônia: das cenas aos cenários. IN: SAYAGO, Doris; Tourrand, Jean-François; BURSTYN, Marcel. **Amazônia: cenas e cenários**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. p. 17-28.

SCHAEFFER, Roberto; RODRIGUES, Ricardo Leonardo Vianna. Underlying causes of deforestation. **Science**, v. 307, p. 1046-1047, 2005.

SCHLESINGER, Sérgio. NORONHA, Sílvia. **O Brasil está nu!** O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais. Rio de Janeiro: FASE, 2006. 148 p.

SEI. Índices de desenvolvimento econômico e social dos municípios baianos - 1998. Superintendencia de Estudos Economicos e Sociais da Bahia – SEI, Salvador: s.n, 2002. 146 p.

SOARES-FILHO, Britaldo Silveira; NEPSTAD, Daniel C.; CURRAN, Lisa; CERQUEIRA, Gustavo Coutinho; GARCIA, Ricardo A.; RAMOS, Cláudia Azevedo; VOLL, Eliane; MCDONALD, Alice; LEFEBVRE, Paul; SCHLESINGER, Peter. Modelling conservation in the Amazon basin. **Nature**, v. 440, p. 520-523, 2006.

SOARES-FILHO, Britaldo Silveira; NEPSTAD, Daniel C.; CURRAN, Lisa; CERQUEIRA, Gustavo Coutinho; GARCIA, Ricardo A.; RAMOS, Cláudia Azevedo; VOLL, Eliane; MACDONALD, Alice; LEFEBVRE, Paul; SCHLESINGER, Peter; MCGRATH, David. Cenários de desmatamento para a Amazônia. **Estudos Avançados** n. 19, v.54, p. 137-152, 2005.

TALBERTH, John; COBB, Clifford; SLATTERY, Noah. **The Genuine Progress Indicator 2006: A Tool for Sustainable Development**. California: Redefining Progress: the Nature of Economics. 2007.

THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de. **Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2008. 312 p.

TONI, Fabiano. **State-society relations on the agricultural frontier: the struggle for credit in the Transamazônica region**. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Doutor em Filosofia na Universidade da Flórida. 1999. 273 p.

VENETOULIS, Jason; TALBERTH, John E. Refining the ecological footprint. **Environ Dev Sustain** (2008) 10. p. 441–469.

WCDE. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. New York: 1997. Transmitido para a Assembléia Geral das Nações Unidas como anexo ao documento Development and International Co-operation.: Environment.

ANEXO 1

Levantamento de indicadores de sustentabilidade, classificados por grupos e sub-grupos, com indicação de fonte e ano de referência

Tema	Sub-tema	Variável	Ano	Fonte
Social	População	área total e densidade demográfica	2000	SIDRA 1301
Social	População	Escrituras de divórcio, por tempo transcorrido entre as datas do casamento e da escritura, tipo de divórcio e regime de bens do casamento	2000	SIDRA 1004
Social	População	Escrituras de separação, por tempo transcorrido entre as datas do casamento e da escritura, e regime de bens do casamento	2000	SIDRA 1003
Social	População	Estrangeiros por condição, sexo, situação do domicílio e país de nascimento	2000	SIDRA 1626
Social	População	Estudantes de 5 anos ou mais por grau e série que freqüentavam	2000	SIDRA 148
Social	População	Famílias residentes em domicílios particulares por situação do domicílio e número de componentes das famílias	2000	SIDRA 228
Social	População	Famílias residentes em domicílios particulares por tipo de família, situação do domicílio e número de componentes das famílias	2000	SIDRA 229
Social	População	Famílias residentes em domicílios particulares por classes de rendimento nominal mensal familiar per capita e tipo de composição familiar	2000	SIDRA 238
Social	População	Famílias residentes em domicílios particulares por classes de rendimento nominal médio mensal familiar per capita	2000	SIDRA 244
Social	População	Famílias residentes em domicílios particulares por sexo da pessoa responsável pela família	2000	SIDRA 2003
Social	População	Famílias residentes em domicílios particulares por número de componentes das famílias e sexo da pessoa responsável pela família	2000	SIDRA 2437
Social	População	Famílias residentes em domicílios particulares por número de componentes das famílias e anos de estudo da pessoa responsável pela família	2000	SIDRA 2439
Social	População	Famílias residentes em domicílios particulares por número de componentes das famílias e grupos de idade da pessoa responsável pela família	2000	SIDRA 2440
Social	População	Famílias residentes em domicílios particulares por tipo de família e sexo da pessoa responsável pela família	2000	SIDRA 2442
Social	População	Famílias residentes em domicílios particulares por tipo de família e grupos de idade da pessoa responsável pela família	2000	SIDRA 2443

Social	População	Famílias residentes em domicílios particulares por tipo de família e anos de estudo da pessoa responsável pela família	2000	SIDRA 2444
Social	População	Famílias residentes em domicílios particulares por tipo de família e classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pela família	2000	SIDRA 2445
Social	População	Famílias residentes em domicílios particulares por tipo de família e condição de atividade e seção de atividade da pessoa responsável pela família	2000	SIDRA 2446
Social	População	Famílias residentes em domicílios particulares por tipo de família e condição de atividade e posição na ocupação da pessoa responsável pela família	2000	SIDRA 2447
Social	População	Famílias residentes em domicílios particulares e Valor do rendimento nominal médio mensal familiar por situação do domicílio e tipo de composição familiar	2000	SIDRA 2451
Social	População	Famílias residentes em domicílios particulares e Pessoas residentes em domicílios particulares por situação do domicílio e número de componentes das famílias	2000	SIDRA 2452
Social	População	Famílias residentes em domicílios particulares por classes de rendimento nominal mensal familiar per capita, situação do domicílio e tipo de composição familiar	2000	SIDRA 2455
Social	População	Famílias residentes em domicílios particulares por classes de rendimento nominal mensal familiar , situação do domicílio e número de componentes das famílias e número dos que têm rendimentos	2000	SIDRA 2456
Social	População	Famílias residentes em domicílios particulares por número de componentes das famílias	2000	SIDRA 2463
Social	População	Famílias residentes em domicílios particulares, total e com rendimento familiar, Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal das famílias residentes em domicílios particulares, total e com rendimento familiar, por situação do domicílio classes de rendimento nominal mensal familiar	2000	SIDRA 2828
Social	População	Filhos tidos das mulheres de 10 anos ou mais de idade por situação do domicílio, tipo de nascimento e grupos de idade das mulheres	2000	SIDRA 1981
Social	População	Filhos tidos das mulheres de 10 anos ou mais de idade por tipo de nascimento, situação do domicílio e grupos de idade das mulheres	2000	SIDRA 2572
Social	População	Filhos vivos em 31.07.2000 das mulheres de 10 anos ou mais de idade por situação do domicílio e grupos de idade das mulheres	2000	SIDRA 2404
Social	População	Mulheres de 10 anos ou mais de idade, total e que tiveram filhos, por situação do domicílio e grupo de idade das mulheres	2000	SIDRA 1980
Social	População	Mulheres de 10 anos ou mais de idade, total e que tiveram filhos, por situação do	2000	SIDRA

		domicílio e grupos de idade das mulheres		2571
Social	População	Mulheres de 10 anos ou mais de idade, total, que tiveram filhos, que tiveram filhos nascidos vivos e sexo do último filho tido nascido vivo no período de referência de 12 meses anteriores ao Censo, por situação do domicílio, cor ou raça das mulheres e grupos de idade das mulheres	2000	SIDRA 2582
Social	População	Mulheres de 10 anos ou mais de idade que tiveram filhos por estado civil das mulheres, situação do domicílio e grupos de idade das mulheres	2000	SIDRA 2870
Social	População	Nascidos vivos ocorridos no ano com mesmo lugar de nascimento e residência da mãe por lugar de nascimento e residência da mãe e grupos de idade da mãe na ocasião do parto	2000	SIDRA 347
Social	População	Nascidos vivos ocorridos no ano por grupos de idade da mãe na ocasião do parto e sexo	2000	SIDRA 197
Social	População	Nascidos vivos ocorridos no ano por lugar de residência da mãe e mês do nascimento	2000	SIDRA 198
Social	População	Nascidos vivos ocorridos no ano por lugar de residência da mãe e mês do registro	2000	SIDRA 199
Social	População	Nascidos vivos ocorridos no ano por lugar de residência da mãe e local do nascimento	2000	SIDRA 213
Social	População	Nascidos vivos ocorridos no ano por lugar de residência da mãe e número de nascidos por parto	2000	SIDRA 214
Social	População	Nascidos vivos ocorridos no ano por lugar de residência da mãe, grupos de idade da mãe na ocasião do parto e sexo	2000	SIDRA 342
Social	População	Nascidos vivos ocorridos no ano por idade da mãe na ocasião do parto, local do nascimento e sexo	2000	SIDRA 343
Social	População	Nascidos vivos ocorridos no ano por lugar de nascimento da mãe e do pai	2000	SIDRA 344
Social	População	Nascidos vivos ocorridos no ano por local do nascimento	2000	SIDRA 704
Social	População	Nascidos vivos ocorridos no ano por número de nascidos por parto	2000	SIDRA 705
Social	População	Nascidos vivos ocorridos no ano por sexo	2000	SIDRA 706
Social	População	Nascidos vivos, ocorridos no ano, por mês do nascimento, sexo, local de nascimento, número de nascidos por parto, idade da mãe na ocasião do parto e lugar de residência da mãe	2000	SIDRA 2612

Social	População	Nascidos vivos, ocorridos no ano, por mês do registro, sexo, local de nascimento, número de nascidos por parto, idade da mãe na ocasião do parto e lugar de residência da mãe	2000	SIDRA 2647
Social	População	Nascidos vivos, ocorridos no ano, por mês do nascimento, sexo, local de nascimento, número de nascidos por parto, idade da mãe na ocasião do parto e lugar do registro	2000	SIDRA 2680
Social	População	Nascidos vivos registrados no ano por ano de nascimento e sexo	2000	SIDRA 192
Social	População	Nascidos vivos registrados no ano por lugar de residência da mãe, ano de nascimento, grupos de idade da mãe na ocasião do parto e sexo	2000	SIDRA 194
Social	População	Nascidos vivos por ano de nascimento, grupos de idade da mãe na ocasião do parto, sexo e lugar de residência da mãe	2000	SIDRA 2609
Social	População	Nascidos vivos por ano de nascimento, idade da mãe na ocasião do parto, sexo e lugar do registro	2000	SIDRA 2679
Social	População	Número de casamentos entre solteiros (Estatísticas do Registro Civil)	2000	Cidades@
Social	População	Número de divórcios concedidos em 1a instância (Estatísticas do Registro Civil)	2000	Cidades@
Social	População	Número de divórcios concedidos em 1a instância a casais com filhos menores de idade (Estatísticas do Registro Civil)	2000	Cidades@
Social	População	Número de filhos de casais envolvidos em divórcios concedidos em 1a instância (Estatísticas do Registro Civil)	2000	Cidades@
Social	População	Número de filhos de casais envolvidos em separações judiciais concedidas em 1a instância (Estatísticas do Registro Civil)	2000	Cidades@
Social	População	Número de filhos menores de idade de casais envolvidos em divórcios concedidos em 1a instância (Estatísticas do Registro Civil)	2000	Cidades@
Social	População	Número de filhos menores de idade de casais envolvidos em separações judiciais concedidas em 1a instância (Estatísticas do Registro Civil)	2000	Cidades@
Social	População	Domicílios particulares e coletivos - sinopse - por situação e condição na ocupação	2000	Cidades@
Social	População	População recenseada em domicílios particulares permanentes e Média de moradores em domicílios particulares permanentes por situação do domicílio	2000	Cidades@
Social	População	População recenseada em domicílios particulares permanentes e Média de moradores em domicílios particulares permanentes por sexo da pessoa responsável pelo domicílio	2000	SIDRA 26
Social	População	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação e tipo do domicílio	2000	SIDRA 479

Social	População	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação e condição de ocupação do domicílio	2000	SIDRA 480
Social	População	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação e abastecimento de água	2000	SIDRA 1434
Social	População	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação e número de banheiros	2000	SIDRA 1435
Social	População	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação e tipo do esgotamento sanitário	2000	SIDRA 1436
Social	População	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação e destino do lixo	2000	SIDRA 1437
Social	População	Chefes de domicílios particulares permanentes com diferentes recortes (sexo, idade, escolaridade e renda)	2000	SIDRA 1438
	População	Domícílios por situação e espécie	2000	SIDRA 1439
Social	População	Domicílios particulares permanentes por situação e localização	2000	SIDRA 163, 164, 171 e 479
Social	População	Pessoas com curso de nível superior concluído por nível concluído, sexo e áreas gerais, específicas e detalhadas de formação	2000	SIDRA 2983
Social	População	Pessoas com curso de nível superior concluído por cor ou raça e áreas gerais, específicas e detalhadas de formação	2000	SIDRA 2984
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupos de anos de estudo	2000	SIDRA 146
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupos de idade, condição de atividade na semana de referência, sexo e situação do domicílio	2000	SIDRA 616
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo e estado civil	2000	SIDRA 1624
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade por estado civil, sexo e natureza da união	2000	SIDRA 1978
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade por situação do domicílio, sexo, condição de atividade na semana de referência e classes de rendimento nominal mensal	2000	SIDRA 1983
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal	2000	SIDRA 2030
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade por cor ou raça, condição de atividade na semana de referência e grupos de idade	2000	SIDRA 2098

Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade por cor ou raça, sexo, classes de rendimento nominal mensal e grupos de idade	2000	SIDRA 2101
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade por religião, condição de atividade na semana de referência e grupos de idade	2000	SIDRA 2107
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade por religião, sexo, classes de rendimento nominal mensal e grupos de idade	2000	SIDRA 2110
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, portadoras ou não de deficiência por condição de ocupação na semana de referência, sexo e grupos de idade	2000	SIDRA 2116
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade por tipo de deficiência, sexo, classes de rendimento nominal mensal e grupos de idade	2000	SIDRA 2140
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade por estado civil, situação do domicílio, sexo, condição de convivência e grupos de idade	2000	SIDRA 2466
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade por estado civil, condição de convivência, cor ou raça e grupos de idade	2000	SIDRA 2468
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade por estado civil, condição de convivência, sexo e religião	2000	SIDRA 2470
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade por estado civil, condição de convivência, grupos de anos de estudo e grupos de idade	2000	SIDRA 2472
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade por estado civil, condição de convivência, condição de atividade na semana de referência e grupos de idade	2000	SIDRA 2474
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupos de anos de estudo, sexo e classes de rendimento nominal mensal	2000	SIDRA 2903
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, total, economicamente ativas e ocupadas na semana de referência por sexo, situação do domicílio e grupos de idade	2000	SIDRA 2953
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupos de anos de estudo, cor ou raça e grupos de idade	2000	SIDRA 2980
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupo de anos de estudo	2000	SIDRA 2986
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, total, alfabetizadas e taxa de alfabetização por grupos de idade	2000	SIDRA 2987
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade que viviam em companhia de cônjuge ou companheiro(a) por natureza da união, situação do domicílio, sexo e grupos de idade	2000	SIDRA 2467
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade que viviam em companhia de cônjuge ou companheiro(a) por natureza da união, cor ou raça e grupos de idade	2000	SIDRA 2469

Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade que viviam em companhia de cônjuge ou companheiro(a) por natureza da união, sexo e religião	2000	SIDRA 2471
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade que viviam em companhia de cônjuge ou companheiro(a) por natureza da união, grupos de anos de estudo e grupos de idade	2000	SIDRA 24473
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade que viviam em companhia de cônjuge ou companheiro(a) por natureza da união, condição de atividade na semana de referência e grupos de idade	2000	SIDRA 2475
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade residentes em domicílios particulares por condição na família, situação do domicílio, sexo, condição de atividade e condição de ocupação	2000	SIDRA 2461
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade residentes em domicílios particulares por estado civil, condição de convivência, condição na família e grupos de idade	2000	SIDRA 2476
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade residentes em domicílios particulares por estado civil, condição de convivência, classes de rendimento nominal mensal familiar e grupos de idade	2000	SIDRA 2478
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade residentes em domicílios particulares que viviam em companhia de cônjuge ou companheiro(a) por natureza da união, condição na família e grupos de idade	2000	SIDRA 2477
Social	População	Pessoas de 10 anos ou mais de idade residentes em domicílios particulares que viviam em companhia de cônjuge ou companheiro(a) por natureza da união, classes de rendimento nominal mensal familiar e grupos de idade	2000	SIDRA 2479
Social	População	Pessoas de 14 anos ou mais de idade por condição de aposentado no mês de referência, sexo, situação do domicílio e condição de atividade e de ocupação na semana de referência	2000	SIDRA 2964
Social	População	Pessoas de 15 anos ou mais de idade por cor ou raça, sexo e anos de estudo	2000	SIDRA 2097
Social	População	Pessoas de 15 anos ou mais de idade por religião, sexo e grupos de anos de estudo	2000	SIDRA 2106
Social	População	Pessoas de 15 anos ou mais de idade, portadoras ou não de deficiência por sexo e anos de estudo	2000	SIDRA 2115
Social	População	Pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível educacional concluído, sexo, situação do domicílio e grupos de idade	2000	SIDRA 2981
Social	População	Pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível educacional concluído, cor ou raça e grupos de idade	2000	SIDRA 2982
Social	População	Pessoas moradoras por situação e espécie	2000	SIDRA

Social	População	Pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes por situação e localização	2000	165 SIDRA
Social	População	Pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes por situação e número de cômodos servindo de dormitório	2000	166 SIDRA
Social	População	Pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes por situação e número de banheiros	2000	167 SIDRA
Social	População	Pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes por situação e destino do lixo	2000	168 SIDRA
Social	População	Pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes por situação e condição de ocupação	2000	172 SIDRA
Social	População	Pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes por situação e instalação sanitária	2000	173 SIDRA
Social	População	Pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes por situação e abastecimento de água	2000	174 SIDRA
Social	População	Pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes por situação e número de cômodos	2000	175 SIDRA
Social	População	Pessoas não residentes no município de residência atual em 01/09/91 por origem do movimento migratório e sexo	2000	207 SIDRA
Social	População	População residente - total Habitante	Decenal - 1872 - 2000	484 IPEADATA
Social	População	População residente - homens Habitante	Decenal - 1950 - 2000	IPEADATA
Social	População	População residente - rural Habitante	Decenal - 1940 - 2000	IPEADATA
Social	População	População residente - urbana Habitante	Decenal - 1940 - 2000	IPEADATA
Social	População	População residente - urbana homens Habitante	Decenal - 1970 - 2000	IPEADATA
Social	População	População residente - urbana mulheres Habitante	Decenal - 1970 -	IPEADATA

			2000	
Social	População	População residente - 1º de julho - estimativas Habitante	Anual - 1992 - 2006	IPEADATA
Social	População	População residente - mulheres Habitante	Decenal - 1950 - 2000	IPEADATA
Social	População	População residente - rural homens Habitante	Decenal - 1970 - 2000	IPEADATA
Social	População	População residente - rural mulheres Habitante	Decenal - 1970 - 2000	IPEADATA
Social	População	Contagem da população	2007	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - resultados da amostra	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade	2001	Cidades@
Social	População	Mulheres residentes - 10 anos ou mais de idade	2001	Cidades@
Social	População	Homens residentes - 10 anos ou mais de idade -	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - frequência à creche ou escola	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - sem instrução e menos de 1 ano de estudo -	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - até 1 salário mínimo	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 1 a 2 salários mínimos	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 2 a 3 salários mínimos	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 3 a 5 salários mínimos	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 5 a 10 salários mínimos	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 10 a 20 salários mínimos	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 20 salários mínimos	2001	Cidades@

Social	População	Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - sem rendimento	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - com rendimento	2001	Cidades@
Social	População	Homens residentes - 10 anos ou mais de idade - com rendimento -	2001	Cidades@
Social	População	Mulheres residentes - 10 anos ou mais de idade - com rendimento	2001	Cidades@
Social	População	Domicílios particulares permanentes - resultados da amostra	2001	Cidades@
Social	População	Domicílios particulares permanentes - com rendimento domiciliar - municípios vigentes em 2001	2001	Cidades@
Social	População	Famílias residentes - domicílios particulares	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - sem instrução e menos de 1 ano de estudo	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 1 a 3 anos de estudo	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 4 a 7 anos de estudo	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 8 a 10 anos de estudo	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 11 a 14 anos de estudo	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 15 anos ou mais de estudo	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 0 a 3 anos	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 4 anos	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 5 e 6 anos	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 7 a 9 anos - municípios vigentes em 2001	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 10 a 14 anos	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 15 a 17 anos	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 18 a 19 anos	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 20 a 24 anos	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 25 a 29 anos	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 30 a 39 anos	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 40 a 49 anos	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 50 a 59 anos	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 60 a 64 anos	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 65 a 69 anos	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 70 a 74 anos	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 75 a 79 anos	2001	Cidades@
Social	População	Pessoas residentes - 80 anos e mais	2001	Cidades@
Social	População	Nascidos vivos - registrados no ano - lugar do registro	2007	Cidades@
Social	População	Nascidos vivos - registrados no ano - por lugar de residência da mãe	2007	Cidades@
Social	População	Nascidos vivos - ocorridos no ano - por lugar de residência da mãe	2007	Cidades@

Social	População	Nascidos vivos em hospital - ocorridos no ano - por lugar de residência da mãe	2007	Cidades@
Social	População	Casamentos - registrados no ano - lugar do registro	2007	Cidades@
Social	População	Óbitos - ocorridos e registrados no ano - lugar do registro	2007	Cidades@
Social	População	Óbitos em hospital - ocorridos e registrados no ano - lugar do registro	2007	Cidades@
Social	População	Óbitos - ocorridos e registrados no ano - lugar de residência do falecido	2007	Cidades@
Social	População	Óbitos - ocorridos e registrados no ano - menores de 1 ano - lugar de residência do falecido	2007	Cidades@
Social	População	Óbitos fetais - ocorridos e registrados no ano - lugar de residência da mãe	2007	Cidades@
Social	População	Separacoes judiciais - concedidas no ano - em 1a instancia - lugar da acao do processo	2007	Cidades@
Social	População	Divorcios - concedidos no ano - em 1a instancia - lugar da acao do processo	2007	Cidades@
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por situação e abastecimento de água	2000	SIDRA 208
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por situação e instalação sanitária	2000	SIDRA 178
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por situação e condição de ocupação	2000	SIDRA 179
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por situação e destino do lixo	2000	SIDRA 180
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por situação e número de cômodos servindo de dormitório	2000	SIDRA 181
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por situação e número de banheiros	2000	SIDRA 182
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por situação e número de moradores	2000	SIDRA 183
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por espécie de família e situação	2000	SIDRA 184
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por situação do domicílio e número de cômodos	2000	SIDRA 185
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por situação e utilidades existentes	2000	SIDRA 196
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por situação, tipo do domicílio e condição de ocupação do domicílio	2000	SIDRA 206
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por situação, tipo do domicílio e abastecimento de água	2000	SIDRA 217
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por situação, tipo do domicílio e tipo de	2000	SIDRA

		esgotamento sanitário		1440
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por situação, tipo do domicílio e número de banheiros	2000	SIDRA 1442
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por situação, tipo do domicílio e destinação do lixo	2000	SIDRA 1444
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por número de banheiros e condição de ocupação do domicílio	2000	SIDRA 1446
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por número de banheiros e abastecimento de água	2000	SIDRA 1447
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por número de banheiros e tipo de esgotamento sanitário	2000	SIDRA 1449
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por número de banheiros e destino do lixo	2000	SIDRA 1450
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário e abastecimento de água	2000	SIDRA 1451
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por destino do lixo e abastecimento de água	2000	SIDRA 1452
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por número de moradores, situação do domicílio e tipo do domicílio	2000	SIDRA 1453
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por número de moradores, situação do domicílio e condição de ocupação do domicílio	2000	SIDRA 1454
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por número de moradores, situação do domicílio e abastecimento de água	2000	SIDRA 1458
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por número de moradores, situação do domicílio e tipo de esgotamento sanitário	2000	SIDRA 1460
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por número de moradores, situação do domicílio e numero de banheiros	2000	SIDRA 1462
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por número de moradores, situação do domicílio e destino do lixo	2000	SIDRA 1463
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por número de moradores, sexo e grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio	2000	SIDRA 1464
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por número de moradores e alfabetização da pessoa responsável pelo domicílio	2000	SIDRA 1465
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por número de moradores e anos de estudo da pessoa responsável pelo domicílio	2000	SIDRA 1466

Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por número de moradores e classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio	2000	SIDRA 1467
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação, sexo e grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio	2000	SIDRA 1468
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação, sexo e alfabetização da pessoa responsável pelo domicílio	2000	SIDRA 1469
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação, sexo e anos de estudo da pessoa responsável pelo domicílio	2000	SIDRA 1470
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação, sexo e classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio	2000	SIDRA 1471
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por situação, classes de rendimento nominal mensal e anos de estudo da pessoa responsável pelo domicílio	2000	SIDRA 1472
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por grupos de anos de estudo da pessoa responsável pelo domicílio e tipo do domicílio	2000	SIDRA 1473
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por grupos de anos de estudo da pessoa responsável pelo domicílio e condição de ocupação do domicílio	2000	SIDRA 1474
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por grupos de anos de estudo da pessoa responsável pelo domicílio e abastecimento de água	2000	SIDRA 1475
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por grupos de anos de estudo da pessoa responsável pelo domicílio e tipo de esgotamento sanitário	2000	SIDRA 1476
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por grupos de anos de estudo da pessoa responsável pelo domicílio e número de banheiros	2000	SIDRA 1478
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por grupos de anos de estudo da pessoa responsável pelo domicílio e destino do lixo	2000	SIDRA 1479
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio e tipo do domicílio	2000	SIDRA 1480
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio e condição de ocupação do domicílio	2000	SIDRA 1481
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio e abastecimento de água	2000	SIDRA 1482

Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio e tipo de esgotamento sanitário	2000	SIDRA 1483
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio e número de banheiros	2000	SIDRA 1485
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio e destino do lixo	2000	SIDRA 1486
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes, total e com rendimento domiciliar, Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal dos domicílios particulares permanentes, total e com rendimento domiciliar, por situação do domicílio e classes de rendimento nominal mensal domiciliar	2000	SIDRA 1487
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação do domicílio e número de cômodos	2000	SIDRA 1488
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação do domicílio e número de dormitórios	2000	SIDRA 1993
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por existência de serviços e bens duráveis e situação do domicílio	2000	SIDRA 2008
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal domiciliar e condição de ocupação do domicílio	2000	SIDRA 2009
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal domiciliar e forma de abastecimento de água	2000	SIDRA 2010
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal domiciliar e existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário	2000	SIDRA 2011
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal domiciliar e número de banheiros	2000	SIDRA 2012
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal domiciliar e existência de serviços e bens duráveis	2000	SIDRA 2013
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes, Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal dos domicílios particulares permanentes, total e com rendimento domiciliar	2000	SIDRA 2014
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação do domicílio e número de famílias	2000	SIDRA 2015

Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação do domicílio e existência de serviços e bens duráveis	2000	SIDRA 2035
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação do domicílio, existência de iluminação pública, identificação e calçamento/pavimentação no entorno	2000	SIDRA 2407
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação do domicílio, adequação da moradia e grupos de idade dos moradores	2000	SIDRA 2408
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação do domicílio e densidade de moradores por dormitório	2000	SIDRA 2409
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação do domicílio, densidade de moradores por dormitório e condição de ocupação do domicílio	2000	SIDRA 2417
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação do domicílio, densidade de moradores por dormitório e forma de abastecimento de água	2000	SIDRA 2418
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação do domicílio, densidade de moradores por dormitório e existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário	2000	SIDRA 2419
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação do domicílio, densidade de moradores por dormitório e número de banheiros	2000	SIDRA 2420
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por número de famílias, situação do domicílio e adequação da moradia	2000	SIDRA 2421
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por sexo da pessoa responsável pelo domicílio e adequação da moradia	2000	SIDRA 2422
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio e adequação da moradia	2000	SIDRA 2432
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes por sexo do chefe do domicílio e situação	2000	SIDRA 2433
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes próprios e Moradores em Domicílios particulares permanentes próprios por situação, condição de aquisição do domicílio e condição de ocupação do terreno	2000	SIDRA 2434
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes próprios por número de moradores, situação do domicílio e condição de ocupação do terreno	2000	SIDRA 482

Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes próprios por grupos de anos de estudo da pessoa responsável pelo domicílio e condição de ocupação do terreno	2000	SIDRA 1456
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes próprios por classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio e condição de ocupação do terreno	2000	SIDRA 1461
Social	Habitação	Domicílios particulares e coletivos - sinopse - por situação e condição na ocupação	2000	SIDRA 1477
Social	Habitação	Domicílios recenseados por espécie de domicílio	2000	SIDRA 1484
Social	Habitação	Domicílios recenseados por espécie e situação do domicílio	2000	SIDRA 26
Social	Habitação	Número de domicílios e Média de moradores em domicílios particulares ocupados	2000	SIDRA 1311
Social	Habitação	Média de moradores por domicílio particular permanente	2000	SIDRA 319
Social	Habitação	Média de moradores por domicílio particular permanente por sexo do chefe do domicílio e situação	2000	SIDRA 481
Social	Habitação	Média de moradores por domicílio particular permanente por situação	2000	SIDRA 552
Social	Habitação	Média de moradores por domicílio particular permanente por sexo do chefe do domicílio	2000	SIDRA 553
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes, População recenseada em domicílios particulares permanentes e Média de moradores em domicílios particulares permanentes por situação do domicílio	2000	SIDRA 579
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes, População recenseada em domicílios particulares permanentes e Média de moradores em domicílios particulares permanentes por sexo da pessoa responsável pelo domicílio	2000	SIDRA 580
Social	Habitação	Média de moradores por domicílio	2000	SIDRA 156
Social	Habitação	Média de moradores por domicílio por situação	2000	SIDRA 161
Social	Habitação	Número médio de cômodos por domicílio	2000	SIDRA 157
Social	Habitação	Número médio de cômodos por domicílio por situação	2000	SIDRA 162
Social	Habitação	Número médio de cômodos servindo de dormitório por domicílio	2000	SIDRA 158

Social	Habitação	Número médio de cômodos servindo de dormitório por domicílio por situação	2000	SIDRA 186
Social	Habitação	Número médio de pessoas por família residentes em domicílios particulares	2000	SIDRA 252
Social	Habitação	Domicílios recenseados por espécie de domicílio	2000	SIDRA 797
Social	Habitação	Domicílios recenseados por espécie e situação do domicílio	2000	SIDRA 1310
Social	Habitação	Pessoas residentes em domicílios particulares	2000	SIDRA 251
Social	Habitação	Pessoas residentes em domicílios particulares por condição na família e sexo das pessoas responsáveis pelas famílias	2000	SIDRA 2004
Social	Habitação	Pessoas residentes em domicílios particulares por condição na família, situação do domicílio e número de componentes da família	2000	SIDRA 2005
Social	Habitação	Famílias residentes em domicílios particulares e Pessoas residentes em domicílios particulares por situação do domicílio e número de componentes das famílias	2000	SIDRA 2452
Social	Habitação	Pessoas residentes em domicílios particulares por condição na família e sexo da pessoa responsável pela família	2000	SIDRA 2457
Social	Habitação	Pessoas residentes em domicílios particulares por condição na família e grupos de idade da pessoa responsável pela família	2000	SIDRA 2458
Social	Habitação	Pessoas residentes em domicílios particulares por condição na família e anos de estudo da pessoa responsável pela família	2000	SIDRA 2459
Social	Habitação	Pessoas residentes em domicílios particulares por cor ou raça e condição na família	2000	SIDRA 2460
Social	Habitação	Pessoas residentes em domicílios particulares por condição na família e sexo	2000	SIDRA 2464
Social	Habitação	Tabela 2975 - Pessoas residentes em domicílios particulares por grupos de idade, frequência à creche ou escola e classes de rendimento nominal médio mensal familiar per capita	2000	SIDRA 2975
Social	Habitação	Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por situação, sexo e grupos de idade	2000	SIDRA 1490
Social	Habitação	Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por sexo, grupos de anos de estudo e grupos de idade	2000	SIDRA 1491
Social	Habitação	Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por sexo, grupos de anos de estudo e classes de rendimento nominal mensal	2000	SIDRA 1492

Social	Habitação	Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por situação, sexo, grupos de idade e anos de estudo	2000	SIDRA 1493
Social	Habitação	Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por situação, sexo, grupos de idade e classes de rendimento nominal mensal	2000	SIDRA 1494
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes, População recenseada em domicílios particulares permanentes e Média de moradores em domicílios particulares permanentes por situação do domicílio	2000	SIDRA 579
Social	Habitação	Domicílios particulares permanentes, População recenseada em domicílios particulares permanentes e Média de moradores em domicílios particulares permanentes por sexo da pessoa responsável pelo domicílio	2000	SIDRA 580
Social	Habitação	População residente	2000	SIDRA 793
Social	Habitação	População residente por idade, forma de declaração da idade, sexo e situação	2000	SIDRA 472
Social	Habitação	População residente por grupos de idade, sexo e situação	2000	SIDRA 475
Social	Habitação	População residente por relação com o chefe do domicílio, grupos de idade, sexo e situação	2000	SIDRA 480
Social	Habitação	População residente de 10 anos ou mais de idade por situação do domicílio, sexo, alfabetização e relação com a pessoa responsável pelo domicílio	2000	SIDRA 1521
Social	Habitação	População residente em domicílios particulares permanentes por sexo do chefe do domicílio e situação	2000	SIDRA 305
Social	Educação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, total, alfabetizadas e taxa de alfabetização por grupos de idade	2000	SIDRA 2987
Social	Educação	Pessoas que frequentavam creche ou escola por nível e rede de ensino	2000	SIDRA 1972
Social	Educação	Pessoas que frequentavam creche ou escola por nível de ensino, sexo e grupos de idade	2000	SIDRA 1973
Social	Educação	Pessoas que frequentavam creche ou escola por nível de ensino, situação do domicílio e grupos de idade	2000	SIDRA 2976
Social	Educação	Pessoas que frequentavam creche ou escola por nível de ensino, cor ou raça e grupos de idade	2000	SIDRA 2977
Social	Educação	Matrícula - Ensino fundamental	2008	Cidades@
Social	Educação	Matrícula - Ensino fundamental - escola pública estadual	2008	Cidades@
Social	Educação	Matrícula - Ensino fundamental - escola pública federal	2008	Cidades@

Social	Educação	Matrícula - Ensino fundamental - escola pública municipal	2008	Cidades@
Social	Educação	Matrícula - Ensino fundamental - escola privada	2008	Cidades@
Social	Educação	Matrícula - Ensino médio	2008	Cidades@
Social	Educação	Matrícula - Ensino médio - escola pública estadual	2008	Cidades@
Social	Educação	Matrícula - Ensino médio - escola pública federal	2008	Cidades@
Social	Educação	Matrícula - Ensino médio - escola pública municipal	2008	Cidades@
Social	Educação	Matrícula - Ensino médio - escola privada -	2008	Cidades@
Social	Educação	Matrícula - Ensino pré-escolar	2008	Cidades@
		Matrícula - Ensino pré-escolar - escola pública estadual	2008	Cidades@
Social	Educação	Matrícula - Ensino pré-escolar - escola pública federal	2008	Cidades@
Social	Educação	Matrícula - Ensino pré-escolar - escola pública municipal	2008	Cidades@
Social	Educação	Matrícula - Ensino pré-escolar - escola privada	2008	Cidades@
Social	Educação	Docentes - Ensino fundamental	2008	Cidades@
Social	Educação	Docentes - Ensino fundamental - escola pública estadual	2008	Cidades@
Social	Educação	Docentes - Ensino fundamental - escola pública federal	2008	Cidades@
Social	Educação	Docentes - Ensino fundamental - escola pública municipal	2008	Cidades@
Social	Educação	Docentes - Ensino fundamental - escola privada -	2008	Cidades@
Social	Educação	Docentes - Ensino médio	2008	Cidades@
Social	Educação	Docentes - Ensino médio - escola pública estadual	2008	Cidades@
Social	Educação	Docentes - Ensino médio - escola pública federal	2008	Cidades@
Social	Educação	Docentes - Ensino médio - escola pública municipal	2008	Cidades@
Social	Educação	Docentes - Ensino médio - escola privada -	2008	Cidades@
Social	Educação	Docentes - Ensino pré-escolar	2008	Cidades@
Social	Educação	Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública estadual	2008	Cidades@
Social	Educação	Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública federal	2008	Cidades@
Social	Educação	Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública municipal	2008	Cidades@
Social	Educação	Docentes - Ensino pré-escolar - escola privada	2008	Cidades@
Social	Educação	Escolas - Ensino fundamental	2008	Cidades@
Social	Educação	Escolas - Ensino fundamental - escola pública estadual	2008	Cidades@
Social	Educação	Escolas - Ensino fundamental - escola pública federal	2008	Cidades@
Social	Educação	Escolas - Ensino fundamental - escola pública municipal	2008	Cidades@
Social	Educação	Escolas - Ensino fundamental - escola privada -	2008	Cidades@
Social	Educação	Escolas - Ensino médio	2008	Cidades@
Social	Educação	Escolas - Ensino médio - escola pública estadual	2008	Cidades@
Social	Educação	Escolas - Ensino médio - escola pública federal	2008	Cidades@
Social	Educação	Escolas - Ensino médio - escola pública municipal	2008	Cidades@

Social	Educação	Escolas - Ensino médio - escola privada	2008	Cidades@
Social	Educação	Escolas - Ensino pré-escolar -	2008	Cidades@
Social	Educação	Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública estadual	2008	Cidades@
Social	Educação	Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública federal	2008	Cidades@
Social	Educação	Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública municipal	2008	Cidades@
Social	Educação	Escolas - Ensino pré-escolar - escola privada	2008	Cidades@
Social	Educação	Matrícula - Ensino superior	2007	Cidades@
Social	Educação	Matrícula - Ensino superior - escola pública estadual	2007	Cidades@
Social	Educação	Matrícula - Ensino superior - escola pública federal	2007	Cidades@
Social	Educação	Matrícula - Ensino superior - escola pública municipal -	2007	Cidades@
Social	Educação	Matrícula - Ensino superior - escola privada	2007	Cidades@
Social	Educação	Docentes - Ensino superior	2007	Cidades@
Social	Educação	Docentes - Ensino superior - escola pública estadual	2007	Cidades@
Social	Educação	Docentes - Ensino superior - escola pública federal	2007	Cidades@
Social	Educação	Docentes - Ensino superior - escola pública municipal	2007	Cidades@
Social	Educação	Docentes - Ensino superior - escola privada	2007	Cidades@
Social	Educação	Escolas - Ensino superior	2007	Cidades@
Social	Educação	Escolas - Ensino superior - escola pública estadual	2007	Cidades@
Social	Educação	Escolas - Ensino superior - escola pública federal	2007	Cidades@
Social	Educação	Escolas - Ensino superior - escola pública municipal	2007	Cidades@
Social	Educação	Escolas - Ensino superior - escola privada	2007	Cidades@
Social	Educação	IDEB Anos iniciais do ensino fundamental	2007	MEC
Social	Educação	IDEB Anos finais do ensino fundamental	2007	MEC
Social	Educação	IDEB Ensino médio	2007	MEC
Social	Saneamento	Extensão da rede coletora	2000	SIDRA 1826
Social	Saneamento	Extensão da rede de drenagem urbana por tipo de rede	2000	SIDRA 2238
Social	Saneamento	Número de municípios, total e que apresentam problemas de erosão que afetam o sistema de drenagem urbana e Extensão das áreas afetadas pela erosão	2000	SIDRA 2248
Social	Saneamento	Número de municípios, total e que sofreram inundações ou enchentes nos últimos dois anos e Extensão das áreas onde ocorreram inundações ou enchentes	2000	SIDRA 2246
Social	Saneamento	Extensão da rede distribuidora	2000	SIDRA 1176
Social	Saneamento	Extensão total dos interceptores	2000	SIDRA 1829

Social	Saneamento	Número de catadores de lixo nas unidades de destino final do lixo por grupos de idade	2000	SIDRA 2353
Social	Saneamento	Número de distritos abastecidos por realização da vigilância da qualidade da água pela Secretaria Estadual de Saúde	2000	SIDRA 1786
Social	Saneamento	Número de distritos abastecidos por cobrança pelo serviço de abastecimento de água	2000	SIDRA 1787
Social	Saneamento	Número de distritos abastecidos por existência e localização dos macromedidores	2000	SIDRA 1791
Social	Saneamento	Número de distritos abastecidos por existência de fluor na água distribuída	2000	SIDRA 1792
Social	Saneamento	Número de distritos abastecidos com água fluoretada por existência e localização de pontos de controle ou monitoramento da fluoretação	2000	SIDRA 1796
Social	Saneamento	Número de distritos abastecidos com água fluoretada cujas entidades prestadoras de serviço de abastecimento de água realizam controle ou monitoramento da fluoretação por frequência da análise da concentração de fluor	2000	SIDRA 1797
Social	Saneamento	Número de distritos abastecidos com água fluoretada cujas entidades prestadoras de serviço de abastecimento de água realizam controle ou monitoramento da fluoretação por concentração de fluor	2000	SIDRA 1798
Social	Saneamento	Número de distritos com tratamento de água por tipo de tratamento	2000	SIDRA 1760
Social	Saneamento	Número de distritos com captação superficial de água por existência e tipo de análise realizada na água	2000	SIDRA 1772
Social	Saneamento	Número de distritos abastecidos cujas entidades prestadoras de serviço de abastecimento de água adicionam fluor na água por tipo de composto utilizado	2000	SIDRA 1793
Social	Saneamento	Número de distritos abastecidos cujas entidades prestadoras de serviço de abastecimento de água adicionam fluor na água por tempo de existência de fluoretação	2000	SIDRA 1794
Social	Saneamento	Número de distritos abastecidos cujas entidades prestadoras de serviço de abastecimento de água adicionam fluor na água por existência e tempo de interrupção da fluoretação	2000	SIDRA 1795
Social	Saneamento	Número de distritos com algum serviço de saneamento básico por tipo de serviço	2000	SIDRA 1758
Social	Saneamento	Número de distritos com tratamento de água por tipo de tratamento	2000	SIDRA 1760
Social	Saneamento	Número de distritos com captação de água por existência e tipo de poluição ou contaminação na captação	2000	SIDRA 1769

Social	Saneamento	Número de distritos com captação de água por existência e forma de proteção na captação	2000	SIDRA 1770
Social	Saneamento	Número de distritos com cobrança do serviço de esgotamento sanitário proporcional ao valor da conta de água por percentual da tarifa cobrada	2000	SIDRA 1833
Social	Saneamento	Número de distritos, total e com coleta de esgoto sanitário e Número de ligações de esgoto	2000	SIDRA 1820
Social	Saneamento	Número de distritos, total e com coleta de esgoto sanitário e Número de economias esgotadas	2000	SIDRA 1824
Social	Saneamento	Número de distritos com coleta de esgoto sanitário por tipo de constituição jurídica das entidades prestadoras de serviço de esgotamento sanitário	2000	SIDRA 1806
Social	Saneamento	Número de distritos com coleta de esgoto sanitário por esfera administrativa das entidades prestadoras de serviço de esgotamento sanitário	2000	SIDRA 1808
Social	Saneamento	Número de distritos com coleta de esgoto sanitário por tipo de rede coletora	2000	SIDRA 1812
Social	Saneamento	Número de distritos com coleta de esgoto sanitário, com tratamento, por tipo de corpos receptores	2000	SIDRA 1813
Social	Saneamento	Número de distritos com coleta de esgoto sanitário, sem tratamento, por tipo de corpos receptores	2000	SIDRA 1814
Social	Saneamento	Extensão total dos interceptores	2000	SIDRA 1829
Social	Saneamento	Número de distritos com coleta de esgoto sanitário por existência e cobrança do serviço	2000	SIDRA 1832
Social	Saneamento	Número de distritos com coleta de esgoto sanitário por realização e unidade do sistema de esgotamento onde estão sendo feitas ampliações ou melhorias	2000	SIDRA 1834
Social	Saneamento	Número de distritos com coleta de esgoto sanitário por existência e tipo de serviço de atendimento ao público	2000	SIDRA 1837
Social	Saneamento	Número de distritos com coleta de esgoto sanitário e com uso a jusante dos principais corpos receptores do esgoto sanitário por tipo de uso dos corpos receptores	2000	SIDRA 1830
Social	Saneamento	Número de distritos com coleta de esgoto sanitário e que possuem interceptores por existência e número de interceptores	2000	SIDRA 1828
Social	Saneamento	Número de distritos com coleta de esgoto sanitário que utilizam emissário para lançamento por tipo de corpos receptores	2000	SIDRA 1827
Social	Saneamento	Número de distritos com controle de qualidade, cujas entidades prestadoras de serviço de abastecimento realizam análise na água bruta por tipo e frequência da	2000	SIDRA 1778

análise

Social	Saneamento	Número de distritos com controle de qualidade, cujas entidades prestadoras de serviço de abastecimento realizam análise na água tratada por tipo e frequência da análise	2000	SIDRA 1780
Social	Saneamento	Extensão total dos interceptores	2000	SIDRA 1829
Social	Saneamento	Número de distritos cujas entidades prestadoras de serviço de abastecimento de água realizam programa de controle de perdas de água por tipo de controle	2000	SIDRA 1789
Social	Saneamento	Número de distritos cujas entidades prestadoras de serviço de abastecimento de água realizam programa de controle de perdas de faturamento por percentual de perdas faturadas	2000	SIDRA 1790
Social	Saneamento	Número de distritos com rede de distribuição de água por local onde estão sendo feitas ampliações ou melhorias no sistema	2000	SIDRA 1800
Social	Saneamento	Número de distritos com serviço de abastecimento de água por tipo de captação	2000	SIDRA 1756
Social	Saneamento	Número de distritos com tratamento de água por tipo de tratamento	2000	SIDRA 1760
Social	Saneamento	Número de distritos com serviço de abastecimento de água por tipo de constituição jurídica das entidades prestadoras de serviço	2000	SIDRA 1766
Social	Saneamento	Número de distritos com serviço de abastecimento de água por esfera administrativa das entidades prestadoras de serviço	2000	SIDRA 1768
Social	Saneamento	Número de distritos com serviço de abastecimento de água por existência e motivo do racionamento	2000	SIDRA 1782
Social	Saneamento	Número de distritos com serviço de abastecimento de água por existência de serviço de atendimento ao público	2000	SIDRA 1801
Social	Saneamento	Número de distritos com com serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo por unidades de destinação final do lixo coletado	2000	SIDRA 2331
Social	Saneamento	Número de distritos cujas entidades prestadoras de serviço de abastecimento de água estabelecem tarifa mínima para consumo por faixa de volume de consumo	2000	SIDRA 1788
Social	Saneamento	Número de distritos com tratamento de esgoto sanitário por tipo de sistema de tratamento	2000	SIDRA 1815
Social	Saneamento	Número de distritos com tratamento de esgoto sanitário por existência e tipo de tratamento complementar	2000	SIDRA 1816
Social	Saneamento	Número de distritos com tratamento de esgoto sanitário por existência e tipo de	2000	SIDRA

		tratamento do lodo		1817
Social	Saneamento	Número de distritos com tratamento de esgoto sanitário por destino do lodo gerado	2000	SIDRA 1831
Social	Saneamento	Número de distritos cuja água tratada passa por processo de coagulação química por destino do lodo gerado	2000	SIDRA 1781
Social	Saneamento	Número de distritos cujas entidades prestadoras de serviço de abastecimento realizam coleta de amostra para análise na rede de distribuição por tipo e frequência da análise	2000	SIDRA 1785
Social	Saneamento	Número de distritos onde existe racionamento de água por frequência do racionamento	2000	SIDRA 1784
Social	Saneamento	Número de distritos-sede com serviço de coleta de lixo por tipo de serviço de coleta e frequência de atendimento	2000	SIDRA 2306
Social	Saneamento	Número de distritos-sede com sistema de varrição e capina das vias públicas por tipo de sistema]	2000	SIDRA 2307
Social	Saneamento	Número de distritos sem rede coletora de esgoto por principal solução alternativa	2000	SIDRA 1804
Social	Saneamento	Número de distritos sem rede geral de abastecimento de água por principal solução alternativa	2000	SIDRA 1759
Social	Saneamento	Número de economias abastecidas	2000	SIDRA 1774
Social	Saneamento	Número de distritos, total e com coleta de esgoto sanitário e Número de economias esgotadas	2000	SIDRA 1824
Social	Saneamento	Número de municípios que concedem a gerência do serviço de drenagem urbana à empreiteiras e número de empreiteiras que atendem a estes municípios	2000	SIDRA 2229
Social	Saneamento	Número de municípios com serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo, que contratam empresas particulares e Número de empresas particulares contratadas	2000	SIDRA 2282
Social	Saneamento	Número de entidades prestadoras de serviços de drenagem urbana por tipo de constituição jurídica	2000	SIDRA 2222
Social	Saneamento	Número de entidades prestadoras de serviços de drenagem urbana por esfera administrativa	2000	SIDRA 2223
Social	Saneamento	Número de entidades prestadoras de serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo por tipo de constituição jurídica	2000	SIDRA 2277
Social	Saneamento	Número de entidades prestadoras de serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo por esfera administrativa	2000	SIDRA 2278

Social	Saneamento	Número de entidades prestadoras de serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo por forma de atuação da entidade	2000	SIDRA 2279
Social	Saneamento	Número de entidades prestadoras de serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo por função da entidade prestadora dos serviços	2000	SIDRA 2280
Social	Saneamento	Número de entidades prestadoras de serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo, total e que oferecem equipamentos de proteção individual por tipo de equipamento	2000	SIDRA 2368
Social	Saneamento	Número de entidades que participaram de algum projeto de coleta de lixo seletiva no município por tipo de participação no projeto	2000	SIDRA 2359
Social	Saneamento	Número de estações de tratamento	2000	SIDRA 1777
Social	Saneamento	Número de ligações de água	2000	SIDRA 1775
Social	Saneamento	Número de distritos, total e com coleta de esgoto sanitário e Número de ligações de esgoto	2000	SIDRA 1820
Social	Saneamento	Número de municípios, Número de informantes e Estoque declarado no último dia do semestre por produtos	2000	SIDRA 255
Social	Saneamento	Número de municípios, total e que utilizam estação de transferência e Quantidade de lixo transferido	2000	SIDRA 2333
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de coleta de lixo por existência de área no município para a disposição final dos resíduos	2000	SIDRA 2346
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de coleta de lixo, que possuem áreas para disposição final dos resíduos por propriedade das áreas utilizadas	2000	SIDRA 2347
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de coleta de lixo, que possuem áreas para disposição final dos resíduos por localização do destino do lixo	2000	SIDRA 2348
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de coleta de lixo, que possuem áreas para disposição final dos resíduos e Quantidade de lixo recebido de outro município	2000	SIDRA 2349
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de coleta de lixo, que possuem áreas para disposição final dos resíduos por existência de recebimento de lixo de outro município	2000	SIDRA 2350
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de coleta de lixo seletiva interrompida por motivo da interrupção	2000	SIDRA 2358
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de coleta de lixo seletiva por tipo de material recuperado	2000	SIDRA 2361
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de coleta de lixo seletiva por destinação do material coletado	2000	SIDRA 2362

Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de coleta de lixo seletiva por principal receptor da coleta seletiva	2000	SIDRA 2363
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de coleta de lixo seletiva por área de abrangência	2000	SIDRA 2364
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de coleta de lixo seletiva, Número estimado de residências e Quantidade de lixo coletado	2000	SIDRA 2365
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de drenagem subterrâneo por tipo de rede coletora	2000	SIDRA 2230
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de drenagem subterrâneo por tipo de rede	2000	SIDRA 2231
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de drenagem urbana por vínculo de secretaria ou setor	2000	SIDRA 2225
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de drenagem urbana por existência de legislação municipal que exige a aprovação e implantação de sistema de drenagem pluvial para loteamentos novos e/ou populares	2000	SIDRA 2228
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de drenagem urbana por percentual do orçamento destinado à drenagem urbana	2000	SIDRA 2229
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de drenagem urbana por pontos de lançamento da rede	2000	SIDRA 2239
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de drenagem urbana por existência de assoreamento da rede de drenagem	2000	SIDRA 2241
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de drenagem urbana por pontos de estrangulamento que resultam em inundações	2000	SIDRA 2244
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de drenagem urbana, cujas entidades dispõem de informações pluviométricas/metereológicas por utilização das informações	2000	SIDRA 2242
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de drenagem urbana, cujas entidades realizam manutenção no sistema por tipo de atividade desenvolvida na manutenção	2000	SIDRA 2243
Social	Saneamento	Número de municípios com serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo por situação das entidades prestadoras dos serviços	2000	SIDRA 2281
Social	Saneamento	Número de municípios com serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo, que contratam empresas particulares e Número de empresas particulares contratadas	2000	SIDRA 2282
Social	Saneamento	Número de municípios com serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo por percentual do orçamento destinado aos serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo	2000	SIDRA 2283

Social	Saneamento	Número de municípios com serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo por existência e forma de cobrança dos serviços	2000	SIDRA 2297
Social	Saneamento	Número de municípios com serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo por percentual de domicílios com lixo coletado	2000	SIDRA 2298
Social	Saneamento	Número de municípios com serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo por percentual do orçamento gasto com pessoal ocupado nos serviços	2000	SIDRA 2299
Social	Saneamento	Número de municípios com serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo por controle da disposição do lixo industrial	2000	SIDRA 2300
Social	Saneamento	Número de municípios com serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo por natureza dos serviços	2000	SIDRA 2301
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de limpeza urbana e/ou coleta de lixo por existência de catadores nas unidades de destino final do lixo	2000	SIDRA 2351
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de limpeza urbana e/ou coleta de lixo por existência de residências nas unidades de destino final do lixo	2000	SIDRA 2355
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de limpeza urbana e/ou coleta de lixo por situação da coleta seletiva no município	2000	SIDRA 2357
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de limpeza urbana e/ou coleta de lixo por existência de serviço de atendimento ao público	2000	SIDRA 2369
Social	Saneamento	Número de municípios que apresentam problemas de erosão que afetam o sistema de drenagem urbana por fatores agravantes de erosão	2000	SIDRA 2247
Social	Saneamento	Número de municípios que coletam lixo industrial por destinação do lixo industrial	2000	SIDRA 2338
Social	Saneamento	Número de municípios que coletam lixo industrial e Quantidade de lixo coletado	2000	SIDRA 2339
Social	Saneamento	Número de municípios que coletam lixo industrial por frequência de atendimento	2000	SIDRA 2340
Social	Saneamento	Número de municípios que coletam lixo séptico de unidades de saúde por destinação do lixo séptico	2000	SIDRA 2334
Social	Saneamento	Número de municípios que coletam lixo séptico de unidades de saúde por existência e tipo de tratamento do lixo séptico	2000	SIDRA 2335
Social	Saneamento	Número de municípios que coletam lixo séptico de unidades de saúde e Quantidade de lixo coletado	2000	SIDRA 2336
Social	Saneamento	Número de municípios que coletam lixo séptico de unidades de saúde por frequência de atendimento	2000	SIDRA 2337
Social	Saneamento	Número de municípios que concedem a gerência do serviço de drenagem urbana à empreiteiras e número de empreiteiras que atendem a estes municípios	2000	SIDRA 2229

Social	Saneamento	Número de municípios com serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo, que contratam empresas particulares e Número de empresas particulares contratadas	2000	SIDRA 2282
Social	Saneamento	Número de municípios que possuem áreas de risco no perímetro urbano por tipo de área de risco	2000	SIDRA 2252
Social	Saneamento	Número de municípios que possuem bacias de retenção ou amortecimento por número de bacias	2000	SIDRA 2240
Social	Saneamento	Número de municípios que possuem encostas no perímetro urbano por tipo de situação das encostas	2000	SIDRA 2251
Social	Saneamento	Número de municípios que possuem instrumentos reguladores do serviço de drenagem urbana por tipo de instrumento	2000	SIDRA 2227
Social	Saneamento	Número de municípios que possuem ruas pavimentadas no perímetro urbano por tipo de sistema de drenagem urbana	2000	SIDRA 2253
Social	Saneamento	Número de municípios que possuem ruas pavimentadas no perímetro urbano por percentual de ruas pavimentadas	2000	SIDRA 2254
Social	Saneamento	Número de municípios que possuem ruas pavimentadas no perímetro urbano por percentual de ruas pavimentadas sem drenagem	2000	SIDRA 2255
Social	Saneamento	Número de municípios que possuem sistema de drenagem subterrânea nas ruas pavimentadas por percentual de drenagem subterrânea	2000	SIDRA 2256
Social	Saneamento	Número de municípios que possuem sistema de drenagem superficial nas ruas pavimentadas por percentual de drenagem superficial nas ruas pavimentadas	2000	SIDRA 2257
Social	Saneamento	Número de municípios que sofreram inundações ou enchentes nos últimos dois anos por fatores agravantes	2000	SIDRA 2245
Social	Saneamento	Número de municípios que têm conhecimento da existência de catadores nas unidades de destino final do lixo por existência e tipo de trabalho desenvolvido com os catadores	2000	SIDRA 2354
Social	Saneamento	Número de municípios que tiveram problemas de erosão no perímetro urbano nos últimos dois anos por tipo de erosão	2000	SIDRA 2258
Social	Saneamento	Número de municípios, total e que utilizam estação de transferência e Quantidade de lixo transferido	2000	SIDRA 2333
Social	Saneamento	Número de economias abastecidas	2000	SIDRA 1774
Social	Saneamento	Número de pessoas que residem nos lixões por grupos de idade	2000	SIDRA 2356
Social	Saneamento	Número de veículos e equipamentos utilizados nos serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo por tipo de equipamento	2000	SIDRA 2366

Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de coleta de lixo seletiva, Número estimado de residências e Quantidade de lixo coletado	2000	SIDRA 2365
Social	Saneamento	Número de distritos, total e com coleta de esgoto sanitário e Número de ligações de esgoto	2000	SIDRA 1820
Social	Saneamento	Número de distritos, total e com coleta de esgoto sanitário e Número de economias esgotadas	2000	SIDRA 1824
Social	Saneamento	Pessoal ocupado no serviço de abastecimento de água por alocação do pessoal	2000	SIDRA 1802
Social	Saneamento	Pessoal ocupado nos serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água por alocação do pessoal	2000	SIDRA 1836
Social	Saneamento	Pessoal ocupado no serviço de drenagem urbana por alocação do pessoal	2000	SIDRA 2224
Social	Saneamento	Pessoal ocupado no serviço de esgotamento sanitário	2000	SIDRA 1835
Social	Saneamento	Pessoal ocupado nos serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo por indicação do serviço executado	2000	SIDRA 2367
Social	Saneamento	Pessoal ocupado nos serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água por alocação do pessoal	2000	SIDRA 1836
Social	Saneamento	Número de estações de tratamento	2000	SIDRA 1777
Social	Saneamento	Número de municípios que coletam lixo séptico de unidades de saúde e Quantidade de lixo coletado	2000	SIDRA 2336
Social	Saneamento	Número de municípios que coletam lixo industrial e Quantidade de lixo coletado	2000	SIDRA 2339
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de coleta de lixo seletiva, Número estimado de residências e Quantidade de lixo coletado	2000	SIDRA 2365
Social	Saneamento	Número de municípios com serviço de coleta de lixo, que possuem áreas para disposição final dos resíduos e Quantidade de lixo recebido de outro município	2000	SIDRA 2349
Social	Saneamento	Quantidade diária de lixo coletado por unidade de destino final do lixo coletado	2000	SIDRA 2332
Social	Saneamento	Número de municípios, total e que apresentam problemas de erosão que afetam o sistema de drenagem urbana e Extensão das áreas afetadas pela erosão	2000	SIDRA 2248
Social	Saneamento	Número de municípios, total e que sofreram inundações ou enchentes nos últimos dois anos e Extensão das áreas onde ocorreram inundações ou enchentes	2000	SIDRA 2246
Social	Saneamento	Volume de água distribuída por dia, com tratamento de água por tipo de	2000	SIDRA

		tratamento		1773
Social	Saneamento	Volume de esgoto coletado e tratado por dia	2000	SIDRA 1825
Social	Democracia	Comparecimento no primeiro turno das eleições (Eleitor)	1945-2006	IPEADATA
Social	Democracia	Comparecimento no segundo turno das eleições (Eleitor)	1989-2006	IPEADATA
Social	Democracia	Eleitorado (Número de Eleitores)	1910-2006	IPEADATA
Social	Transporte	Custos de transportes da Sede Municipal até a Capital mais próxima Índice	Irreg - 1968 - 1995	IPEADATA
Social	Transporte	Custos de transportes da Sede Municipal até São Paulo Índice	Irreg - 1968 - 1995	IPEADATA
Social	Transporte	Número de estações ferroviárias no município Número	Irreg - 1995	IPEADATA
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde total	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde público total	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde público federal	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde público estadual	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde público municipal	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde privado total	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde privado com fins lucrativos	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde privado sem fins lucrativos	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde privado SUS	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com internação total	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde sem internação total	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com apoio à diagnose e terapia total	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com internação público	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde sem internação público	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com apoio à diagnose e terapia público	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com internação privado	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde sem internação privado	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com apoio à diagnose e terapia privado	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde total privado/SUS	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com internação privado/SUS	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde sem internação privado/SUS	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com apoio à diagnose e terapia privado/SUS	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde especializado com internação total	2005	Cidades@

Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde especializado sem internação total	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com especialidades com internação total	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com especialidades sem internação total	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde geral com internação total	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde geral sem internação total	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde especializado com internação público	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde especializado sem internação público	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com especialidades com internação público	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com especialidades sem internação público	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde geral com internação público	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde geral sem internação público	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde especializado com internação privado	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde especializado sem internação privado	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com especialidades com internação privado	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com especialidades sem internação privado	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde geral com internação privado	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde geral sem internação privado	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde especializado com internação privado/SUS	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde especializado sem internação privado/SUS	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com especialidades com internação privado/SUS	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com especialidades sem internação privado/SUS	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde geral com internação privado/SUS	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde geral sem internação privado/SUS	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde SUS	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde plano próprio	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde plano de terceiros	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde próprio	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde único total	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com terceirização total	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde terceirizado total	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde único público	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com terceirização público	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde terceirizado público	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde único privado	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com terceirização privado	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde terceirizado privado	2005	Cidades@

Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde único privado/SUS	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com terceirização privado/SUS	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde terceirizado privado/SUS	2005	Cidades@
Social	Saúde	Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde total	2005	Cidades@
Social	Saúde	Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde público total	2005	Cidades@
Social	Saúde	Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde público federal	2005	Cidades@
Social	Saúde	Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde público estadual	2005	Cidades@
Social	Saúde	Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde público municipal	2005	Cidades@
Social	Saúde	Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde privado total	2005	Cidades@
Social	Saúde	Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde privado SUS	2005	Cidades@
Social	Saúde	Mamógrafo com comando simples	2005	Cidades@
Social	Saúde	Mamógrafo com estéreo-taxia	2005	Cidades@
Social	Saúde	Raio X para densitometria óssea	2005	Cidades@
Social	Saúde	Tomógrafo	2005	Cidades@
Social	Saúde	Ressonância magnética	2005	Cidades@
Social	Saúde	Ultrassom doppler colorido	2005	Cidades@
Social	Saúde	Eletrocardiógrafo	2005	Cidades@
Social	Saúde	Eletroencefalógrafo	2005	Cidades@
Social	Saúde	Equipamento de hemodiálise	2005	Cidades@
Social	Saúde	Raio X até 100mA	2005	Cidades@
Social	Saúde	Raio X de 100 a 500mA	2005	Cidades@
Social	Saúde	Raio X mais de 500mA	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial total	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial sem atendimento médico	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial com atendimento médico em especialidades básicas	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial com atendimento médico em outras especialidades	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial com atendimento odontológico com dentista	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência total	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Pediatria	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Obstetrícia	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Psiquiatria	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Clínica	2005	Cidades@

Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Cirurgia	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Traumatologia Ortopedia	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Neuro Cirurgia	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Cirurgia Buco Maxilofacial	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Outros	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS Ambulatorial	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS Internação	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS Emergência	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS UTI/CTI	2005	Cidades@
Social	Saúde	Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS Diálise	2005	Cidades@
Social	Saúde	Morbidades Hospitalares Total	2008	Cidades@
Social	Saúde	Morbidades Hospitalares Homens	2008	Cidades@
Social	Saúde	Morbidades Hospitalares Mulheres	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças- infecciosas e parasitária - total	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças- infecciosas e parasitárias - homens	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças- infecciosas e parasitárias - mulheres	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - neoplasias - tumores - total	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - neoplasias - tumores - homens	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - neoplasias - tumores - mulheres	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - sangue	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - sangue	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - sangue	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - endócrinas	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - endócrinas	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - endócrinas	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - transtornos mentais e comportamentais - total	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - transtornos mentais e comportamentais - homens	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - transtornos mentais e comportamentais - mulheres	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - sistema nervoso - total	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - sistema nervoso - homens	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - sistema nervoso - mulheres	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - olhos e anexos - total	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - olhos e anexos - homens	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - olhos e anexos - mulheres	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - ouvido e da apófise mastóide - total	2008	Cidades@

Social	Saúde	Óbitos - doenças - ouvido e da apófise mastóide - homens	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - ouvido e da apófise mastóide - mulheres	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - aparelho circulatório - total	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - aparelho circulatório - homens	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - aparelho circulatório - mulheres	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - aparelho respiratório - total	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - aparelho respiratório - homens	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - aparelho respiratório - mulheres	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - aparelho digestivo - total	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - aparelho digestivo - homens	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - aparelho digestivo - mulheres	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - pele e do tecido subcutâneo - total	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - pele e do tecido subcutâneo - homens	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - pele e do tecido subcutâneo - mulheres	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - osteomuscular e tecido conjuntivo - total	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - osteomuscular e tecido conjuntivo - homens	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - osteomuscular e tecido conjuntivo - mulheres	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - aparelho geniturinário - total	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - aparelho geniturinário - homens	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - aparelho geniturinário - mulheres	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - originadas no período perinatal - total	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - originadas no período perinatal - homens	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - doenças - originadas no período perinatal - mulheres	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - gravidez	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - gravidez	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - malformações congênitas	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - malformações congênitas	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - malformações congênitas	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - sintomas	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - sintomas	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - sintomas	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - Lesões	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - Lesões	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - Lesões	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - causas externas de morbidade e mortalidade - total	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - causas externas de morbidade e mortalidade - homens	2008	Cidades@

Social	Saúde	Óbitos - causas externas de morbidade e mortalidade - mulheres	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - contatos com serviços de saúde - total	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - contatos com serviços de saúde - homens	2008	Cidades@
Social	Saúde	Óbitos - contatos com serviços de saúde - mulheres	2008	Cidades@
Econômico	Empresas	Agricultura - Número de Unidades Locais	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Agricultura - Pessoal ocupado total	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Agricultura - Pessoal ocupado assalariado	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Agricultura - Salários	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Pesca - Número de unidades locais	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Pesca - Pessoal ocupado total	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Pesca - Pessoal ocupado assalariado	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Pesca - Salários	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Indústrias extrativas - Número de unidades locais	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Indústrias extrativas - Pessoal ocupado total	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Indústrias extrativas - Pessoal ocupado assalariado	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Indústrias extrativas - Salários	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Indústrias de transformação - Número de unidades locais	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Indústrias de transformação - Pessoal ocupado total	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Indústrias de transformação - Pessoal ocupado assalariado	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Indústrias de transformação - Número de unidades locais	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Indústrias de transformação - Pessoal ocupado total	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Indústrias de transformação - Pessoal ocupado assalariado	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Indústrias de transformação - Salários	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Produção e distribuição de eletricidade gás e água - Número de unidades locais	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Produção e distribuição de eletricidade gás e água - Pessoal ocupado total	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Produção e distribuição de eletricidade gás e água - Pessoal ocupado assalariado	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Produção e distribuição de eletricidade gás e água - Salários	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Construção - Número de unidades locais	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Construção - Pessoal ocupado total	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Construção - Pessoal ocupado assalariado	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Construção - Salários	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Comércio reparação de veículos automotores	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Alojamento e alimentação - Número de unidades locais	2006	Cidades@

Econômico	Empresas	Alojamento e alimentação - Pessoal ocupado total	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Alojamento e alimentação - Pessoal ocupado assalariado	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Alojamento e alimentação - Salários	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Transporte armazenagem e comunicações - Número de unidades locais	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Transporte armazenagem e comunicações - Pessoal ocupado total	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Transporte armazenagem e comunicações - Pessoal ocupado assalariado	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Transporte armazenagem e comunicações - Salários	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Intermediação financeira seguros	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Atividades imobiliárias aluguéis e serviços prestados às empresas - Número de unidades locais	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Atividades imobiliárias aluguéis e serviços prestados às empresas - Pessoal ocupado total	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Atividades imobiliárias aluguéis e serviços prestados às empresas - Pessoal ocupado assalariado	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Atividades imobiliárias aluguéis e serviços prestados às empresas - Salários	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Educação - Número de unidades locais	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Educação - Pessoal ocupado total	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Educação - Pessoal ocupado assalariado	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Educação - Salários	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Saúde e serviços sociais - Número de unidades locais	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Saúde e serviços sociais - Pessoal ocupado total	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Saúde e serviços sociais - Pessoal ocupado assalariado	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Saúde e serviços sociais - Salários	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Outros serviços coletivos sociais e pessoais - Número de unidades locais	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Outros serviços coletivos sociais e pessoais - Pessoal ocupado total	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Outros serviços coletivos sociais e pessoais - Pessoal ocupado assalariado	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Outros serviços coletivos sociais e pessoais - Salários	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais - Número de unidades locais	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais - Pessoal ocupado total	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais - Pessoal ocupado assalariado	2006	Cidades@
Econômico	Empresas	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais - Salários	2006	Cidades@
Econômico	Instituições Financeiras	Número de Agências	2008	Cidades@

Econômico	Instituições Financeiras	Operações de Crédito	2008	Cidades@
Econômico	Instituições Financeiras	Depósitos à vista - governo	2008	Cidades@
Econômico	Instituições Financeiras	Depósitos à vista - privado	2008	Cidades@
Econômico	Instituições Financeiras	Poupança	2008	Cidades@
Econômico	Instituições Financeiras	Depósitos a prazo	2008	Cidades@
Econômico	Instituições Financeiras	Obrigações por Recebimento	2008	Cidades@
Econômico	Pobreza	Incidência da Pobreza	2002	Cidades@
Econômico	Pobreza	Limite inferior da Incidência de Pobreza	2002	Cidades@
Econômico	Pobreza	Limite superior da Incidência de Pobreza	2002	Cidades@
Econômico	Pobreza	Incidência da Pobreza Subjetiva	2002	Cidades@
Econômico	Pobreza	Limite inferior da Incidência da Pobreza Subjetiva	2002	Cidades@
Econômico	Pobreza	Limite superior Incidência da Pobreza Subjetiva	2002	Cidades@
Econômico	Distribuição da Renda	Índice de Gini	2002	Cidades@
Econômico	Distribuição da Renda	Limite inferior do Índice de Gini	2002	Cidades@
Econômico	Distribuição da Renda	Limite superior do Índice de Gini	2002	Cidades@
Econômico	Distribuição da Renda	Índice de Gini da renda das pessoas responsáveis pelos domicílios	2000	SIDRA 155
Econômico	Rendimento da Produção	PIB Municipal R\$	0	IPEADATA
Econômico	Rendimento da Produção	PIB Municipal - agropecuária - valor adicionado - preços básicos R\$	2000	IPEADATA
Econômico	Rendimento da Produção	PIB Municipal - impostos sobre produtos R\$	2000	IPEADATA
Econômico	Rendimento da Produção	PIB Municipal - indústria - construção - valor adicionado - preços básicos R\$	2000	IPEADATA
Econômico	Rendimento da Produção	PIB Municipal - indústria - serviços de utilidade pública R\$	2000	IPEADATA

Econômico	Rendimento da Produção	PIB Municipal - indústria - transformação e extrativa mineral - valor adicionado - preços básicos R\$	2000	IPEADATA
Econômico	Rendimento da Produção	PIB Municipal - indústria - valor adicionado - preços básicos R\$	2000	IPEADATA
Econômico	Rendimento da Produção	PIB Municipal - serviços - administração pública - valor adicionado - preços básicos R\$	2000	IPEADATA
Econômico	Rendimento da Produção	PIB Municipal - serviços - atividades imobiliárias e aluguel - valor adicionado - preços básicos R\$	2000	IPEADATA
Econômico	Rendimento da Produção	PIB Municipal - serviços - comércio - valor adicionado - preços básicos R\$	2000	IPEADATA
Econômico	Rendimento da Produção	PIB Municipal - serviços - intermediação financeira - valor adicionado - preços básicos R\$	2000	IPEADATA
Econômico	Rendimento da Produção	PIB Municipal - serviços - outros - valor adicionado - preços básicos R\$	2000	IPEADATA
Econômico	Rendimento da Produção	PIB Municipal - serviços - transporte, armazenagem e correio - valor adicionado - preços básicos R\$	2000	IPEADATA
Econômico	Rendimento da Produção	PIB Municipal - serviços - valor adicionado - preços básicos R\$	2000	IPEADATA
Econômico	Rendimento da Produção	Valor da produção - Indústria - Total R\$	1999	IPEADATA
Econômico	Rendimento da Produção	Valor adicionado na agropecuária	2006	Cidades@
Econômico	Rendimento da Produção	Valor adicionado na Indústria	2006	Cidades@
Econômico	Rendimento da Produção	Valor adicionado no Serviço	2006	Cidades@
Econômico	Rendimento da Produção	Impostos sobre produtos líquidos de subsídios	2006	Cidades@
Econômico	Rendimento da Produção	PIB a Preço de mercado corrente	2006	Cidades@
Econômico	Rendimento da Produção	PIB per capita	2006	Cidades@
Econômico	Comércio	Exportações Brasileiras por município US\$ FOB		IPEADATA
Econômico	Renda	Rendimento nominal - pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - com rendimento - médio mensal	2001	Cidades@
Econômico	Renda	Rendimento nominal - homens residentes - 10 anos ou mais de idade - com	2001	Cidades@

Econômico	Renda	rendimento - médio mensal Rendimento nominal - mulheres residentes - 10 anos ou mais de idade - com rendimento - médio mensal	2001	Cidades@
Econômico	Renda	Valor Total dos Rendimentos recebidos R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Renda	Valor Total Rural dos Rendimentos recebidos R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Renda	Valor Total Urbano dos Rendimentos recebidos R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Renda	Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento por situação do domicílio, adequação da moradia e condição de ocupação do domicílio	2000	SIDRA 2415
Econômico	Renda	Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento por situação do domicílio e existência de iluminação pública no entorno	2000	SIDRA 2423
Econômico	Renda	Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento por situação do domicílio e existência de identificação no entorno	2000	SIDRA 2424
Econômico	Renda	Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento por situação do domicílio e densidade de moradores por dormitório	2000	SIDRA 2425
Econômico	Renda	Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento por situação do domicílio e condição de ocupação do domicílio	2000	SIDRA 2426
Econômico	Renda	Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento por situação do domicílio e densidade de moradores por dormitório	2000	SIDRA 2427
Econômico	Renda	Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento por situação do domicílio e condição de ocupação do domicílio	2000	SIDRA 2428
Econômico	Renda	Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento por situação do domicílio e forma de abastecimento de água	2000	SIDRA 2429
Econômico	Renda	Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento por situação do domicílio e existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário	2000	SIDRA 2430
Econômico	Renda	Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal	2000	SIDRA

		mediano mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento por situação do domicílio e número de banheiros		2431
Econômico	Renda	Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por sexo, situação do domicílio e classes de rendimento nominal mensal	2000	SIDRA 1991
Econômico	Renda	Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por sexo	2000	SIDRA 2033
Econômico	Renda	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, total, economicamente ativas e ocupadas na semana de referência por sexo, situação do domicílio e grupos de idade	2000	SIDRA 1953
Econômico	Renda	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, com rendimento	2000	SIDRA
Econômico	Renda	Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, com rendimento por sexo, situação do domicílio e classes de rendimento nominal mensal	2000	SIDRA 2908
Econômico	Renda	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, empregadas no trabalho principal da semana de referência por subgrupo do emprego no trabalho principal	2000	SIDRA 2967
Econômico	Renda	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, empregadoras no trabalho principal da semana de referência por número de empregados no trabalho principal e seção de atividade do trabalho principal	2000	SIDRA 2963
Econômico	Renda	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por grupos de anos de estudo, sexo e grupos de idade	2000	SIDRA 2954
Econômico	Renda	Renda média da pessoa responsável pelo domicílio	2000	SIDRA 159
Econômico	Renda	Renda média do chefe do domicílio por classes de rendimento nominal médio mensal do chefe do domicílio	2000	SIDRA 170
Econômico	Renda	Famílias residentes em domicílios particulares, total e com rendimento familiar, Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal das famílias residentes em domicílios particulares, total e com rendimento familiar, por situação do domicílio classes de rendimento nominal mensal familiar	2000	SIDRA 2928
Econômico	Renda	Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por sexo, situação do domicílio e classes de rendimento nominal mensal	2000	SIDRA 1991
Econômico	Renda	Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal	2000	SIDRA

		mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por sexo		2033
Econômico	Renda	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, com rendimento, Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, com rendimento por sexo, situação do domicílio e classes de rendimento nominal mensal	2000	SIDRA 2908
Econômico	Renda	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por sexo, situação do domicílio e classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos	2000	SIDRA 1992
Econômico	Renda	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e com rendimento de trabalho, Valor do rendimento nominal médio mensal de todos os trabalhos e Valor do rendimento nominal mediano mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e com rendimento de trabalho por sexo	2000	SIDRA 2034
Econômico	Renda	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal, Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal por sexo e grandes grupos de ocupação no trabalho principal	2000	SIDRA 2915
Econômico	Renda	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal, Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal por sexo e seção de atividade no trabalho principal	2000	SIDRA 2927
Econômico	Renda	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal, Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal por sexo e posição na ocupação, subgrupo e categoria do emprego e contribuição para instituto de previdência oficial no trabalho principal	2000	SIDRA 2929
Econômico	Renda	Domicílios particulares permanentes, total e com rendimento domiciliar, Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano	2000	SIDRA 1993

		mensal dos domicílios particulares permanentes, total e com rendimento domiciliar, por situação do domicílio e classes de rendimento nominal mensal domiciliar		
Econômico	Renda	Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal dos domicílios particulares permanentes, total e com rendimento domiciliar	2000	SIDRA 2035
Econômico	Renda	Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por sexo	2000	SIDRA 2033
Econômico	Renda	Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por sexo, situação do domicílio e classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos	2000	SIDRA 1992
Econômico	Renda	Famílias residentes em domicílios particulares e Valor do rendimento nominal médio mensal familiar por situação do domicílio e tipo de composição familiar	2000	SIDRA 2451
Econômico	Emprego	Empresas e outras organizações, por ano de fundação, seção da classificação de atividades e faixas de pessoal ocupado total	2000	SIDRA 2933
Econômico	Emprego	Dados gerais das unidades locais por faixas de pessoal ocupado total, segundo seção da classificação de atividades, em nível Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios	2000	SIDRA 1735
Econômico	Emprego	Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12, salários e outras remunerações e salário médio mensal das entidades sem fins lucrativos	2000	SIDRA 876
Econômico	Emprego	Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12, salários e outras remunerações e salário médio mensal das fundações privadas e associações sem fins lucrativos	2000	SIDRA 877
Econômico	Emprego	Dados gerais das unidades locais por faixas de pessoal ocupado total, segundo seção da classificação de atividades, em nível Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios	2000	SIDRA 1735
Econômico	Emprego	Despesas com salários nas atividades da Indústria Total R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Emprego	Despesas com salários nas atividades da agropecuária R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Emprego	Despesas com salários nas atividades da indústria de transformação R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Emprego	Despesas com salários nas atividades da indústria extrativa R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Emprego	Despesas com salários nas atividades do comércio R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Emprego	Despesas com salários nas atividades do Comércio Total R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Emprego	Despesas com salários nas atividades do Serviço Total R\$ de 2000	2000	IPEADATA

Econômico	Emprego	Número total de Estabelecimentos ou Unidades Locais - Comércio	Unidade	2000	IPEADATA
Econômico	Emprego	Número total de Estabelecimentos ou Unidades Locais - Comércio, Serviços	Unidade	2000	IPEADATA
Econômico	Emprego	Número total de Estabelecimentos ou Unidades Locais - Indústria	Unidade	2000	IPEADATA
Econômico	Emprego	Número total de Estabelecimentos ou Unidades Locais - Serviços	Unidade	2000	IPEADATA
Econômico	Emprego	Pessoal ocupado - Comércio	Pessoa	2000	IPEADATA
Econômico	Emprego	Pessoal ocupado - Comércio, Serviços	Pessoa	2000	IPEADATA
Econômico	Emprego	Pessoal ocupado - Indústria	Pessoa	2000	IPEADATA
Econômico	Emprego	Pessoal ocupado - Serviços	Pessoa	2000	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Aplicações bancárias	R\$ de 2000	Anual - 1991 - 2000	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Depósitos bancários à prazo	R\$ de 2000	Anual - 1991 - 2000	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Depósitos bancários à vista - governo	R\$ de 2000	Anual - 1991 - 2000	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Depósitos bancários à vista - privado	R\$ de 2000	Anual - 1991 - 2000	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Estoque de crédito rural	R\$ de 2000	Anual - 1993 - 2004	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Estoque de crédito rural - comercialização	R\$ de 2000	Anual - 1993 - 2004	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Estoque de crédito rural - comercialização - agrícola	R\$ de 2000	Anual - 1993 - 2004	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Estoque de crédito rural - comercialização - pecuária	R\$ de 2000	Anual - 1993 - 2004	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Estoque de crédito rural - custeio	R\$ de 2000	Anual - 1993 - 2004	IPEADATA

Econômico	Moeda e crédito	Estoque de crédito rural - custeio - agrícola R\$ de 2000	Anual - 1993 - 2004	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Estoque de crédito rural - custeio - pecuária R\$ de 2000	Anual - 1993 - 2004	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Estoque de crédito rural - investimento R\$ de 2000	Anual - 1993 - 2004	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Estoque de crédito rural - investimento - agrícola R\$ de 2000	Anual - 1993 - 2004	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Estoque de crédito rural - investimento - pecuária R\$ de 2000	Anual - 1993 - 2004	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Número de agências bancárias Unidade	Anual - 1991 - 2000	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Obrigações por recebimento R\$ de 2000	Anual - 1991 - 2000	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Poupança R\$ de 2000	Anual - 1991 - 2000	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Total de contratos de crédito rural Unidade	Anual - 1993 - 2004	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Total de contratos de crédito rural - comercialização Unidade	Anual - 1993 - 2004	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Total de contratos de crédito rural - comercialização - agrícola Unidade	Anual - 1993 - 2004	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Total de contratos de crédito rural - comercialização - pecuária Unidade	Anual - 1993 - 2004	IPEADATA

Econômico	Moeda e crédito	Total de contratos de crédito rural - custeio	Unidade	Anual - 1993 - 2004	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Total de contratos de crédito rural - custeio - agrícola	Unidade	Anual - 1993 - 2004	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Total de contratos de crédito rural - custeio - pecuária	Unidade	Anual - 1993 - 2004	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Total de contratos de crédito rural - investimento	Unidade	Anual - 1993 - 2004	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Total de contratos de crédito rural - investimento - agrícola	Unidade	Anual - 1993 - 2004	IPEADATA
Econômico	Moeda e crédito	Total de contratos de crédito rural - investimento - pecuária	Unidade	Anual - 1993 - 2004	IPEADATA
Econômico	Preços	Cesta basica - açúcar - gasto mensal	R\$	Mensal - 1959 - 2008.09	IPEADATA
Econômico	Preços	Cesta basica - arroz - gasto mensal	R\$	Mensal - 1959 - 2008.09	IPEADATA
Econômico	Preços	Cesta basica - banana - gasto mensal	R\$	Mensal - 1959 - 2008.09	IPEADATA
Econômico	Preços	Cesta basica - batata - gasto mensal	R\$	Mensal - 1959 - 2008.09	IPEADATA
Econômico	Preços	Cesta basica - café - gasto mensal	R\$	Mensal - 1959 - 2008.09	IPEADATA
Econômico	Preços	Cesta basica - carne - gasto mensal	R\$	Mensal - 1959 - 2008.09	IPEADATA

Econômico	Preços	Cesta basica - farinha - gasto mensal R\$	Mensal - 1959 - 2008.09	IPEADATA
Econômico	Preços	Cesta basica - feijão - gasto mensal R\$	Mensal - 1959 - 2008.09	IPEADATA
Econômico	Preços	Cesta basica - gasto mensal R\$	Mensal - 1959 - 2008.09	IPEADATA
Econômico	Preços	Cesta basica - leite - gasto mensal R\$	Mensal - 1959 - 2008.09	IPEADATA
Econômico	Preços	Cesta basica - manteiga - gasto mensal R\$	Mensal - 1959 - 2008.09	IPEADATA
Econômico	Preços	Cesta basica - óleo - gasto mensal R\$	Mensal - 1959 - 2008.09	IPEADATA
Econômico	Preços	Cesta basica - pão - gasto mensal R\$	Mensal - 1959 - 2008.09	IPEADATA
Econômico	Preços	Cesta basica - tomate - gasto mensal R\$	Mensal - 1959 - 2008.09	IPEADATA
Econômico	Preços	Índice Nacional de Preços ao Consumidor	Mensal - 1948 - 2008.12	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Área plantada, área colhida, quantidade produzida e rendimento médio de milho, 1ª e 2ª safras	2000	SIDRA 839
Econômico	Produção Agropecuária	Área plantada, área colhida, quantidade produzida e rendimento médio de feijão, 1ª, 2ª e 3ª safras	2000	SIDRA 1002
Econômico	Produção Agropecuária	Quantidade produzida, valor da produção, área plantada e área colhida da lavoura temporária	2000	SIDRA 1612
Econômico	Produção Agropecuária	Quantidade produzida, valor da produção, área plantada e área colhida da lavoura permanente	2000	SIDRA 1613
Econômico	Produção	Área colhida por produtos das lavouras temporárias e condição do produtor	2000	SIDRA

Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida por produtos das lavouras temporárias e grupo de atividade econômica	2000	501 SIDRA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida por produtos das lavouras temporárias e grupos de área total	2000	502 SIDRA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida por produtos das lavouras permanentes e grupos de área total	2000	503 SIDRA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida por produtos das lavouras permanentes e grupo de atividade econômica	2000	510 SIDRA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida por produtos das lavouras permanentes e condição do produtor	2000	511 SIDRA
Econômico	Agropecuária Produção	Área dos estabelecimentos por condição legal das terras e condição do produtor	2000	512 SIDRA
Econômico	Agropecuária Produção	Área dos estabelecimentos por grupo de atividade econômica e condição legal das terras	2000	313 SIDRA
Econômico	Agropecuária Produção	Área dos estabelecimentos por grupos de área total e condição legal das terras	2000	314 SIDRA
Econômico	Agropecuária Produção	Área dos estabelecimentos por grupos de área total e utilização das terras	2000	315 SIDRA
Econômico	Agropecuária Produção	Área dos estabelecimentos por utilização das terras e grupo de atividade econômica	2000	316 SIDRA
Econômico	Agropecuária Produção	Área dos estabelecimentos por utilização das terras e condição do produtor	2000	317 SIDRA
Econômico	Agropecuária Produção	Área dos estabelecimentos por grupos de área total, grupo de atividade econômica e condição do produtor	2000	318 SIDRA
Econômico	Agropecuária Produção	Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários por utilização das terras - primeiros resultados de 2006	2000	491 SIDRA
Econômico	Agropecuária Produção	Número de estabelecimentos e Capacidade útil das unidades armazenadoras por tipo de unidade armazenadora, tipo de propriedade da empresa e tipo de atividade do estabelecimento	2000	559 SIDRA
Econômico	Agropecuária Produção	Capacidade útil dos estabelecimentos inativos por tipo de unidade armazenadora	2000	278 SIDRA
Econômico	Agropecuária Produção	Número e Capacidade útil dos estabelecimentos com armazéns convencionais, estruturais e infláveis por grupos de capacidade útil	2000	911 SIDRA
Econômico	Agropecuária Produção	Número de estabelecimentos agropecuários e Efetivo de animais por espécie de efetivo - primeiros resultados de 2006	2000	279 SIDRA
				562 SIDRA

Econômico	Produção Agropecuária	Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho	2000	SIDRA 73
Econômico	Produção Agropecuária	Efetivo dos rebanhos por grupos de área total e espécie de efetivo/rebanho	2000	SIDRA 323
Econômico	Produção Agropecuária	Efetivo dos rebanhos por espécie de efetivo/rebanho e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 324
Econômico	Produção Agropecuária	Efetivo dos rebanhos por espécie de efetivo/rebanho e condição do produtor	2000	SIDRA 325
Econômico	Produção Agropecuária	Número de municípios, Número de informantes e Estoque declarado no último dia do semestre por produtos	2000	SIDRA 255
Econômico	Produção Agropecuária	Número de árvores existentes por espécies da silvicultura e condição do produtor	2000	SIDRA 540
Econômico	Produção Agropecuária	Número de árvores existentes por espécies da silvicultura e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 541
Econômico	Produção Agropecuária	Número de árvores existentes por espécies da silvicultura e grupos de área total	2000	SIDRA 542
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos e Capacidade útil das unidades armazenadoras por tipo de unidade armazenadora, tipo de propriedade da empresa e tipo de atividade do estabelecimento	2000	SIDRA 278
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos por grupos de área total e condição legal das terras	2000	SIDRA 306
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos por grupo de atividade econômica e condição legal das terras	2000	SIDRA 307
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos por condição legal das terras e condição do produtor	2000	SIDRA 308
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos por utilização das terras e condição do produtor	2000	SIDRA 309
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos por utilização das terras e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 310
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos por grupos de área total e utilização das terras	2000	SIDRA 311
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos por grupos de área total, grupo de atividade econômica e condição do produtor	2000	SIDRA 312
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários por utilização das terras - primeiros resultados de 2006	2000	SIDRA 559
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos agropecuários e Pessoal ocupado em	2000	SIDRA

	Agropecuária	estabelecimentos agropecuários por laço de parentesco com o produtor - primeiros resultados de 2006		561
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos agropecuários e Efetivo de animais por espécie de efetivo - primeiros resultados de 2006	2000	SIDRA 562
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos agropecuários e Produção animal por tipo de produção animal - primeiros resultados de 2006	2000	SIDRA 563
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos e Número de tratores em estabelecimentos agropecuários - primeiros resultados de 2006	2000	SIDRA 560
Econômico	Produção Agropecuária	Número e Capacidade útil dos estabelecimentos com armazéns convencionais, estruturais e infláveis por grupos de capacidade útil	2000	SIDRA 279
Econômico	Produção Agropecuária	Número de informantes e Quantidade estocada no último dia do semestre por produtos, tipo de propriedade da empresa e tipo de atividade do estabelecimento	2000	SIDRA 254
Econômico	Produção Agropecuária	Número de municípios, Número de informantes e Estoque declarado no último dia do semestre por produtos	2000	SIDRA 255
Econômico	Produção Agropecuária	Numero de informantes por produtos das lavouras temporárias e grupos de área total	2000	SIDRA 492
Econômico	Produção Agropecuária	Numero de informantes por produtos das lavouras temporárias e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 493
Econômico	Produção Agropecuária	Numero de informantes por produtos das lavouras temporárias e condição do produtor	2000	SIDRA 494
Econômico	Produção Agropecuária	Numero de informantes por produtos das lavouras permanentes e grupos de área total	2000	SIDRA 504
Econômico	Produção Agropecuária	Numero de informantes por produtos das lavouras permanentes e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 505
Econômico	Produção Agropecuária	Numero de informantes por produtos das lavouras permanentes e condição do produtor	2000	SIDRA 506
Econômico	Produção Agropecuária	Numero de informantes por produtos da horticultura e grupos de área total	2000	SIDRA 519
Econômico	Produção Agropecuária	Numero de informantes por produtos da horticultura e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 520
Econômico	Produção Agropecuária	Numero de informantes por produtos da horticultura e condição do produtor	2000	SIDRA 521
Econômico	Produção Agropecuária	Numero de informantes por produtos da silvicultura e condição do produtor	2000	SIDRA 528
Econômico	Produção Agropecuária	Numero de informantes por produtos da silvicultura e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 529

Econômico	Produção Agropecuária	Numero de informantes por produtos da silvicultura e grupos de área total	2000	SIDRA 530
Econômico	Produção Agropecuária	Numero de informantes por produtos da extração vegetal e grupos de área total	2000	SIDRA 543
Econômico	Produção Agropecuária	Numero de informantes por produtos da extração vegetal e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 544
Econômico	Produção Agropecuária	Numero de informantes por produtos da extração vegetal e condição do produtor	2000	SIDRA 545
Econômico	Produção Agropecuária	Número de informantes de árvores por espécies da silvicultura e grupos de área total	2000	SIDRA 537
Econômico	Produção Agropecuária	Número de informantes de árvores por espécies da silvicultura e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 538
Econômico	Produção Agropecuária	Número de informantes de árvores por espécies da silvicultura e condição do produtor	2000	SIDRA 539
Econômico	Produção Agropecuária	Número de municípios, Número de informantes e Estoque declarado no último dia do semestre por produtos	2000	SIDRA 255
Econômico	Produção Agropecuária	Número de municípios, total e que utilizam estação de transferência e Quantidade de lixo transferido	2000	SIDRA 2333
Econômico	Produção Agropecuária	Número de pés colhidos por produtos das lavouras permanentes e grupos de área total	2000	SIDRA 516
Econômico	Produção Agropecuária	Número de pés colhidos por produtos das lavouras permanentes e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 517
Econômico	Produção Agropecuária	Número de pés colhidos por produtos das lavouras permanentes e condição do produtor	2000	SIDRA 518
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos e Número de tratores em estabelecimentos agropecuários - primeiros resultados de 2006	2000	SIDRA 560
Econômico	Produção Agropecuária	Ovinos tosquiados	2000	SIDRA 95
Econômico	Produção Agropecuária	Pessoal ocupado por condição do produtor, faixa de idade e sexo	2000	SIDRA 320
Econômico	Produção Agropecuária	Pessoal ocupado por grupo de atividade econômica, faixa de idade e sexo	2000	SIDRA 321
Econômico	Produção Agropecuária	Pessoal ocupado por grupos de área total, faixa de idade e sexo	2000	SIDRA 322
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos agropecuários e Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por laço de parentesco com o produtor -	2000	SIDRA 561

Econômico	Produção Agropecuária	primeiros resultados de 2006 Número de estabelecimentos agropecuários e Produção animal por tipo de produção animal - primeiros resultados de 2006	2000	SIDRA 563
Econômico	Produção Agropecuária	Produção de origem animal por tipo de produto	2000	SIDRA 74
Econômico	Produção Agropecuária	Número de informantes e Quantidade estocada no último dia do semestre por produtos, tipo de propriedade da empresa e tipo de atividade do estabelecimento	2000	SIDRA 254
Econômico	Produção Agropecuária	Quantidade produzida por produtos das lavouras temporárias e condição do produtor	2000	SIDRA 495
Econômico	Produção Agropecuária	Quantidade produzida por produtos das lavouras temporárias e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 496
Econômico	Produção Agropecuária	Quantidade produzida por produtos das lavouras temporárias e grupos de área total	2000	SIDRA 497
Econômico	Produção Agropecuária	Quantidade produzida por produtos das lavouras permanentes e condição do produtor	2000	SIDRA 507
Econômico	Produção Agropecuária	Quantidade produzida por produtos das lavouras permanentes e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 508
Econômico	Produção Agropecuária	Quantidade produzida por produtos das lavouras permanentes e grupos de área total	2000	SIDRA 509
Econômico	Produção Agropecuária	Quantidade produzida por produtos da horticultura e condição do produtor	2000	SIDRA 522
Econômico	Produção Agropecuária	Quantidade produzida por produtos da horticultura e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 523
Econômico	Produção Agropecuária	Quantidade produzida por produtos da horticultura e grupos de área total	2000	SIDRA 524
Econômico	Produção Agropecuária	Quantidade produzida por produtos da silvicultura e grupos de área total	2000	SIDRA 531
Econômico	Produção Agropecuária	Quantidade produzida por produtos da silvicultura e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 532
Econômico	Produção Agropecuária	Quantidade produzida por produtos da silvicultura e condição do produtor	2000	SIDRA 533
Econômico	Produção Agropecuária	Quantidade produzida por produtos da extração vegetal e condição do produtor	2000	SIDRA 546
Econômico	Produção Agropecuária	Quantidade produzida por produtos da extração vegetal e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 547
Econômico	Produção Agropecuária	Quantidade produzida por produtos da extração vegetal e grupos de área total	2000	SIDRA

Econômico	Agropecuária Produção	Quantidade produzida de leite por finalidade do rebanho bovino e condição do produtor	2000	5448 SIDRA 488
Econômico	Agropecuária Produção	Quantidade produzida de leite por finalidade do rebanho bovino e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 489
Econômico	Agropecuária Produção	Quantidade produzida de leite por grupos de área total e finalidade do rebanho bovino	2000	SIDRA 490
Econômico	Agropecuária Produção	Quantidade produzida na extração vegetal por tipo de produto extrativo	2000	SIDRA 289
Econômico	Agropecuária Produção	Rendimento médio da produção por lavoura temporária	2000	SIDRA 99
Econômico	Agropecuária Produção	Rendimento médio da produção por lavoura permanente	2000	SIDRA 106
Econômico	Agropecuária Produção	Total de cabeças abatidas por condição do produtor e espécie de efetivo/rebanho	2000	SIDRA 332
Econômico	Agropecuária Produção	Total de cabeças abatidas por grupo de atividade econômica e espécie de efetivo/rebanho	2000	SIDRA 333
Econômico	Agropecuária Produção	Total de cabeças abatidas por grupos de área total e espécie de efetivo/rebanho	2000	SIDRA 334
Econômico	Agropecuária Produção	Total de cabeças compradas por condição do produtor e espécie de efetivo/rebanho	2000	SIDRA 326
Econômico	Agropecuária Produção	Total de cabeças compradas por grupo de atividade econômica e espécie de efetivo/rebanho	2000	SIDRA 327
Econômico	Agropecuária Produção	Total de cabeças compradas por grupos de área total e espécie de efetivo/rebanho	2000	SIDRA 328
Econômico	Agropecuária Produção	Total de cabeças vendidas por grupos de área total e espécie de efetivo/rebanho	2000	SIDRA 329
Econômico	Agropecuária Produção	Total de cabeças vendidas por grupo de atividade econômica e espécie de efetivo/rebanho	2000	SIDRA 330
Econômico	Agropecuária Produção	Total de cabeças vendidas por condição do produtor e espécie de efetivo/rebanho	2000	SIDRA 331
Econômico	Agropecuária Produção	Total de estabelecimentos inativos, Total de estabelecimentos inativos com informações de capacidade útil e Total de estabelecimentos inativos sem informa	2000	SIDRA 912
Econômico	Agropecuária Produção	Vacas ordenhadas	2000	SIDRA 94
Econômico	Agropecuária Produção	Produção de origem animal por tipo de produto	2000	SIDRA 74

Econômico	Agropecuária Produção	Valor da produção por produtos das lavouras temporárias e grupos de área total	2000	SIDRA 498
Econômico	Agropecuária Produção	Valor da produção por produtos das lavouras temporárias e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 499
Econômico	Agropecuária Produção	Valor da produção por produtos das lavouras temporárias e condição do produtor	2000	SIDRA 500
Econômico	Agropecuária Produção	Valor da produção por produtos das lavouras permanentes e condição do produtor	2000	SIDRA 513
Econômico	Agropecuária Produção	Valor da produção por produtos das lavouras permanentes e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 514
Econômico	Agropecuária Produção	Valor da produção por produtos das lavouras permanentes e grupos de área total	2000	SIDRA 515
Econômico	Agropecuária Produção	Valor da produção por produtos da horticultura e grupos de área total	2000	SIDRA 525
Econômico	Agropecuária Produção	Valor da produção por produtos da horticultura e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 526
Econômico	Agropecuária Produção	Valor da produção por produtos da horticultura e condição do produtor	2000	SIDRA 527
Econômico	Agropecuária Produção	Valor da produção por produtos da silvicultura e condição do produtor	2000	SIDRA 534
Econômico	Agropecuária Produção	Valor da produção por produtos da silvicultura e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 535
Econômico	Agropecuária Produção	Valor da produção por produtos da silvicultura e grupos de área total	2000	SIDRA 536
Econômico	Agropecuária Produção	Valor da produção por produtos da extração vegetal e grupos de área total	2000	SIDRA 549
Econômico	Agropecuária Produção	Valor da produção por produtos da extração vegetal e grupo de atividade econômica	2000	SIDRA 550
Econômico	Agropecuária Produção	Valor da produção por produtos da extração vegetal e condição do produtor	2000	SIDRA 551
Econômico	Agropecuária Produção	Valor da produção na extração vegetal por tipo de produto extrativo	2000	SIDRA 290
Econômico	Agropecuária Produção	Valor das cabeças abatidas por grupos de área total e espécie de efetivo/rebanho	2000	SIDRA 485
Econômico	Agropecuária Produção	Valor das cabeças abatidas por grupo de atividade econômica e espécie de	2000	SIDRA

Econômico	Agropecuária Produção	efetivo/rebanho			486
Econômico	Agropecuária Produção	Valor das cabeças abatidas por condição do produtor e espécie de efetivo/rebanho	2000		SIDRA 487
Econômico	Agropecuária Produção	Valor das cabeças compradas por grupos de área total e espécie de efetivo/rebanho	2000		SIDRA 335
Econômico	Agropecuária Produção	Valor das cabeças compradas por grupo de atividade econômica e espécie de efetivo/rebanho	2000		SIDRA 336
Econômico	Agropecuária Produção	Valor das cabeças compradas por condição do produtor e espécie de efetivo/rebanho	2000		SIDRA 337
Econômico	Agropecuária Produção	Valor das cabeças vendidas por condição do produtor e espécie de efetivo/rebanho	2000		SIDRA 338
Econômico	Agropecuária Produção	Valor das cabeças vendidas por grupo de atividade econômica e espécie de efetivo/rebanho	2000		SIDRA 339
Econômico	Agropecuária Produção	Valor das cabeças vendidas por grupos de área total e espécie de efetivo/rebanho	2000		SIDRA 483
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - algodão - arbóreo (caroço) Hectare	2000		IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - algodão - herbáceo (caroço) Hectare	2000		IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - amendoim Hectare	2000		IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - arroz Hectare	2000		IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - banana Hectare	2000		IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - batata inglesa Hectare	2000		IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - cacau Hectare	2000		IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - café Hectare	2000		IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - cana-de-açúcar Hectare	2000		IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - cebola Hectare	2000		IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - feijão Hectare	2000		IPEADATA

Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - fumo Hectare	2000	IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - laranja Hectare	2000	IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - lavoura permanente Hectare	2000	IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - lavoura temporária Hectare	Quinq - 1975 - 1996	IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - mandioca Hectare	Quinq - 1970 - 1995	IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - milho Hectare	Quinq - 1975 - 1996	IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - pimenta do reino Hectare	Quinq - 1975 - 1996	IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - soja Hectare	Quinq - 1975 - 1985	IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - tomate Hectare	Quinq - 1975 - 1996	IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - total Hectare	Quinq - 1975 - 1996	IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - trigo Hectare	Quinq - 1970 - 1995	IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área colhida - uva Hectare	Quinq - 1970 - 1995	IPEADATA
Econômico	Agropecuária Produção	Área do estabelecimento - terras arrendadas Hectare	Quinq - 1907 -	IPEADATA

Econômico	Produção Agropecuária	Área do estabelecimento - terras em parceira Hectare	1995 Quinq - 1970 - 1995	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Área do estabelecimento - terras ocupadas Hectare	Quinq - 1970 - 1995	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Área do estabelecimento - terras proprias Hectare	Quinq - 1970 - 1995	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Área plantada - lavoura permanente Hectare	Quinq - 1907 - 1995	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Área plantada - total Hectare	Quinq - 1970 - 1995	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Área plantada - lavoura temporária Hectare	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Desapropriação do INCRA - área desapropriada nos processos Hectare	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Desapropriação do INCRA - capacidade de assentamento em número de famílias nos processos Unidade	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Desapropriação do INCRA - número de processos Unidade	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Despesas no ano - agropecuária - total R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Investimentos realizados no ano - agropecuária - total R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Pecuária - bovinos - total Cabeça	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Pessoal ocupado - agropecuária - outros Pessoa	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Pessoal ocupado - agropecuária - responsáveis e membros da família Pessoa	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Pessoal ocupado - agropecuária - total Pessoa	2000	IPEADATA

Econômico	Produção Agropecuária	Produção - algodão - arbóreo (caroço) R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - algodão - arbóreo (caroço) Tonelada	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - algodão - herbáceo (caroço) Tonelada	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - algodão - herbáceo (caroço) R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - amendoim R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - amendoim Tonelada	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - arroz R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - arroz Tonelada	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - banana Tonelada	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - banana R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - batata inglesa R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - batata inglesa Tonelada	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - cacau R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - cacau Tonelada	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - café R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - café Tonelada	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - cana-de-açúcar R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - cana-de-açúcar Tonelada	2000	IPEADATA

Econômico	Produção Agropecuária	Produção - cebola R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - cebola Tonelada	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - feijão R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - feijão Tonelada	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - fumo Tonelada	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - fumo R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - laranja R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - laranja Tonelada	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - mandioca Tonelada	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - mandioca R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - milho R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - milho Tonelada	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - pimenta do reino Tonelada	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - pimenta do reino R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - soja Tonelada	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - soja R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - tomate R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - tomate Tonelada	2000	IPEADATA

Econômico	Produção Agropecuária	Produção - trigo R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - trigo Tonelada	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - uva Tonelada	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - uva R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - lavoura permanente R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - lavoura temporária R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produção - total R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produtor - condição do produtor em relação as terras do estabelecimento agropecuário - arrendatário estabelecimento	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produtor - condição do produtor em relação as terras do estabelecimento agropecuário - ocupante estabelecimento	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produtor - condição do produtor em relação as terras do estabelecimento agropecuário - parceiro (mee estabelecimento	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Produtor - condição do produtor em relação as terras do estabelecimento agropecuário - proprietário estabelecimento	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Receitas no ano - agropecuária - total R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Terras irrigadas no ano - total da area irrigada - área Hectare	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Total de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários Unidade	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - lavouras permanentes - estabelecimentos Unidade	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - lavouras temporarias - estabelecimentos Unidade	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - matas e florestas naturais - estabelecimentos Unidade	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - matas plantadas (artificiais)-estabelecimentos Unidade	2000	IPEADATA

Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - pastagens naturais - estabelecimentos	Unidade	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - pastagens plantadas (artificiais) - estabelecimentos	Unidade	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - terras inaproveitáveis - estabelecimentos	Unidade	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - terras produtivas nao utilizadas - estabelecimentos	Unidade	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - Área do Estabelecimento- Total	Hectare	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - Estabelecimentos Agropecuários- Total	Unidade	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - lavouras permanentes - área	Hectare	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - lavouras temporarias - área	Hectare	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - matas e florestas totais- área	Hectare	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - matas e florestas naturais - área	Hectare	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - matas plantadas (artificiais) - área	Hectare	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - pastagens naturais - área	Hectare	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - pastagens plantadas (artificiais) - área	Hectare	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - pastagens totais - área	Hectare	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - terras das lavouras temporárias em descanso - área	Hectare	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - terras inaproveitáveis - área	Hectare	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Utilização das terras - terras produtivas nao utilizadas - área	Hectare	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Valor da produção da agropecuária (exclusive industria rural)	R\$ de 2000	2000	IPEADATA

Econômico	Produção Agropecuária	Valor dos bens - agropecuária - total R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Valor dos bens - terras (próprias, arrendadas ou ocupadas) R\$ de 2000	2000	IPEADATA
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos agropecuários	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Área dos estabelecimentos agropecuários	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos com lavouras permanentes	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Área de lavouras permanentes	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos com lavouras temporárias	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Área de lavouras temporárias	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos com pastagens naturais	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Área de pastagens naturais	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Total de pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor agropecuário	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Total de pessoal ocupado sem laço de parentesco com o produtor agropecuário	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos agropecuários com tratores	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos com bovinos	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de cabeças de bovinos	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos com bubalinos	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de cabeças de bubalinos	2006	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos com caprinos	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de cabeças de caprinos	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos com ovinos	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de cabeças de ovinos	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos com suínos	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de cabeças de suínos	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos com aves	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de cabeças de aves	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos com produção de leite de vaca	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Produção de leite de vaca	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos com produção de leite de búfala	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Produção de leite de búfala	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos com produção de leite de cabra	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Produção de leite de cabra	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos com produção de lã	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Produção de lã	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Número de estabelecimentos com produção de ovos de galinha	2006	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Produção de ovos de galinha	2006	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Bovinos - efetivo dos rebanhos	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Eqüinos - efetivo dos rebanhos	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Bubalinos - efetivo dos rebanhos	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Asininos - efetivo dos rebanhos	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Muare - efetivo dos rebanhos	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Suínos - efetivo dos rebanhos	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Caprinos - efetivo dos rebanhos	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Ovinos - efetivo dos rebanhos	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Galos	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Galinhas - efetivo dos rebanhos	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Codornas - efetivo dos rebanhos	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Coelhos - efetivo dos rebanhos	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Vacas ordenhadas - quantidade	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Ovinos tosquiados - quantidade	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Leite de vaca - produção - quantidade	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Ovos de galinha - produção - quantidade	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Ovos de codorna - produção - quantidade	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Mel de abelha - produção - quantidade	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Casulos do bicho-da-seda - produção - quantidade	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Lã - produção - quantidade	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Abacate - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Abacate - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Abacate - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Abacate - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Abacate - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Algodão arbóreo (em caroço) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Algodão arbóreo (em caroço) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Algodão arbóreo (em caroço) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Algodão arbóreo (em caroço) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Algodão arbóreo (em caroço) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Azeitona - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Azeitona - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Azeitona - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Azeitona - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Azeitona - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Banana - Quantidade produzida	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Banana - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Banana - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Banana - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Banana - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Borracha (látex coagulado) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Borracha (látex coagulado) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Borracha (látex coagulado) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Borracha (látex coagulado) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Borracha (látex coagulado) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cacau (em amêndoa) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cacau (em amêndoa) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cacau (em amêndoa) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cacau (em amêndoa) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cacau (em amêndoa) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Café (beneficiado) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Café (beneficiado) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Café (beneficiado) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Café (beneficiado) - Área colhida	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Café (beneficiado) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Caqui - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Caqui - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Caqui - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Caqui - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Caqui - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Castanha de caju - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Castanha de caju - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Castanha de caju - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Castanha de caju - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Castanha de caju - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Chá-da-índia (folha verde) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Chá-da-índia (folha verde) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Chá-da-índia (folha verde) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Chá-da-índia (folha verde) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Chá-da-índia (folha verde) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Coco-da-baía - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Coco-da-baía - Valor da produção	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Coco-da-baía - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Coco-da-baía - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Coco-da-baía - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Dendê (coco) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Dendê (coco) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Dendê (coco) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Dendê (coco) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Dendê (coco) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Erva-mate (folha verde) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Erva-mate (folha verde) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Erva-mate (folha verde) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Erva-mate (folha verde) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Erva-mate (folha verde) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Figo - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Figo - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Figo - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Figo - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Figo - Rendimento médio	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Goiaba - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Goiaba - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Goiaba - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Goiaba - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Goiaba - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Guaraná (semente) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Guaraná (semente) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Guaraná (semente) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Guaraná (semente) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Guaraná (semente) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Laranja - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Laranja - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Laranja - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Laranja - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Laranja - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Limão - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Limão - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Limão - Área plantada	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Limão - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Limão - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Maçã - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Maçã - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Maçã - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Maçã - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Maçã - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Mamão - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Mamão - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Mamão - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Mamão - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Mamão - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Manga - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Manga - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Manga - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Manga - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Manga - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Maracujá - Quantidade produzida	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Maracujá - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Maracujá - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Maracujá - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Maracujá - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Marmelo - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Marmelo - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Marmelo - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Marmelo - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Marmelo - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Noz (fruto seco) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Noz (fruto seco) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Noz (fruto seco) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Noz (fruto seco) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Noz (fruto seco) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Palmito - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Palmito - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Palmito - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Palmito - Área colhida	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Palmito - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Pera - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Pera - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Pera - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Pera - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Pera - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Pêssego - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Pêssego - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Pêssego - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Pêssego - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Pêssego - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Pimenta-do-reino - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Pimenta-do-reino - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Pimenta-do-reino - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Pimenta-do-reino - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Pimenta-do-reino - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Sisal ou agave (fibra) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Sisal ou agave (fibra) - Valor da produção	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Sisal ou agave (fibra) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Sisal ou agave (fibra) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Sisal ou agave (fibra) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Tangerina - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Tangerina - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Tangerina - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Tangerina - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Tangerina - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Tungue (fruto seco) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Tungue (fruto seco) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Tungue (fruto seco) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Tungue (fruto seco) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Tungue (fruto seco) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Urucum (semente) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Urucum (semente) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Urucum (semente) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Urucum (semente) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Urucum (semente) - Rendimento médio	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Uva - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Uva - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Uva - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Uva - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Uva - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Abacaxi - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Abacaxi - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Abacaxi - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Abacaxi - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Abacaxi - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Algodão herbáceo (em caroço) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Algodão herbáceo (em caroço) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Algodão herbáceo (em caroço) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Algodão herbáceo (em caroço) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Algodão herbáceo (em caroço) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Alho - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Alho - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Alho - Área plantada	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Alho - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Alho - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Amendoim (em casca) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Amendoim (em casca) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Amendoim (em casca) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Amendoim (em casca) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Amendoim (em casca) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Arroz (em casca) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Arroz (em casca) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Arroz (em casca) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Arroz (em casca) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Arroz (em casca) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Aveia (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Aveia (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Aveia (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Aveia (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Aveia (em grão) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Batata - doce - Quantidade produzida	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Batata - doce - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Batata - doce - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Batata - doce - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Batata - doce - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Batata - inglesa - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Batata - inglesa - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Batata - inglesa - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Batata - inglesa - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Batata - inglesa - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cana-de-açúcar - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cana-de-açúcar - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cana-de-açúcar - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cana-de-açúcar - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cana-de-açúcar - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cebola - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cebola - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cebola - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cebola - Área colhida	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Cebola - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Centeio (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Centeio (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Centeio (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Centeio (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Centeio (em grão) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cevada (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cevada (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cevada (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cevada (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cevada (em grão) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Ervilha (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Ervilha (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Ervilha (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Ervilha (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Ervilha (em grão) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Fava (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Fava (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Fava (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Fava (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Fava (em grão) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Feijão (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Feijão (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Feijão (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Feijão (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Feijão (em grão) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Fumo (em folha) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Fumo (em folha) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Fumo (em folha) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Fumo (em folha) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Fumo (em folha) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Girassol (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Girassol (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Girassol (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Girassol (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Girassol (em grão) - Rendimento médio	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Juta (fibra) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Juta (fibra) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Juta (fibra) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Juta (fibra) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Juta (fibra) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Linho (semente) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Linho (semente) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Linho (semente) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Linho (semente) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Linho (semente) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Malva (fibra) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Malva (fibra) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Malva (fibra) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Malva (fibra) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Malva (fibra) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Mamona (baga) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Mamona (baga) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Mamona (baga) - Área plantada	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Mamona (baga) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Mamona (baga) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Mandioca - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Mandioca - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Mandioca - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Mandioca - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Mandioca - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Melancia - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Melancia - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Melancia - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Melancia - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Melancia - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Melão - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Melão - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Melão - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Melão - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Melão - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Milho (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Milho (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Milho (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Milho (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Milho (em grão) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Rami (fibra) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Rami (fibra) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Rami (fibra) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Rami (fibra) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Rami (fibra) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Soja (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Soja (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Soja (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Soja (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Soja (em grão) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Sorgo granífero (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Sorgo granífero (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Sorgo granífero (em grão) - área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Sorgo granífero (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Sorgo granífero (em grão) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Tomate - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Tomate - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Tomate - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Tomate - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Tomate - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Trigo (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Trigo (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Trigo (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Trigo (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Trigo (em grão) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Triticale (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Triticale (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Triticale (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Triticale (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Triticale (em grão) - Rendimento médio	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Algodão arbóreo (em caroço) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Algodão arbóreo (em caroço) - Valor da produção	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Algodão arbóreo (em caroço) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Algodão arbóreo (em caroço) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Algodão arbóreo (em caroço) - Rendimento médio da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Algodão herbáceo (em caroço) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Algodão herbáceo (em caroço) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Algodão herbáceo (em caroço) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Algodão herbáceo (em caroço) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Algodão herbáceo (em caroço) - Rendimento médio da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Amendoim (em casca) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Amendoim (em casca) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Amendoim (em casca) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Amendoim (em casca) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Amendoim (em casca) - Rendimento médio da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Arroz (em casca) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Arroz (em casca) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Arroz (em casca) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Arroz (em casca) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Arroz (em casca) - Rendimento médio da produção	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Aveia (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Aveia (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Aveia (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Aveia (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Aveia (em grão) - Rendimento médio da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Centeio (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Centeio (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Centeio (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Centeio (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Centeio (em grão) - Rendimento médio da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cevada (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cevada (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cevada (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cevada (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Cevada (em grão) - Rendimento médio da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Feijão (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Feijão (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Feijão (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Feijão (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Feijão (em grão) - Rendimento médio da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Girassol (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Girassol (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Girassol (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Girassol (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Girassol (em grão) - Rendimento médio da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Mamona (baga) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Mamona (baga) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Mamona (baga) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Mamona (baga) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Mamona (baga) - Rendimento médio da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Milho (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Milho (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Milho (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Milho (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Milho (em grão) - Rendimento médio da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Soja (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Soja (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Soja (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Soja (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Soja (em grão) - Rendimento médio da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Sorgo granífero (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Sorgo granífero (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Sorgo granífero (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Sorgo granífero (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Sorgo granífero (em grão) - Rendimento médio da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Trigo (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Trigo (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Trigo (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Trigo (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Trigo (em grão) - Rendimento médio da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Triticale (em grão) - Quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Triticale (em grão) - Valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Triticale (em grão) - Área plantada	2007	Cidades@
Econômico	Produção Agropecuária	Triticale (em grão) - Área colhida	2007	Cidades@

Econômico	Produção Agropecuária	Triticale (em grão) - Rendimento médio da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos Alimentícios - açaí - fruto - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos Alimentícios - açaí - fruto - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos Alimentícios - castanha de caju - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos Alimentícios - castanha de caju - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos Alimentícios - castanha-do-pará - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos Alimentícios - castanha-do-pará - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos Alimentícios - erva-mate cancheada - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos Alimentícios - erva-mate cancheada - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos Alimentícios - mangaba - fruto - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos Alimentícios - mangaba - fruto - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos Alimentícios - palmito - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos Alimentícios - palmito - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos Alimentícios - pinhão - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos Alimentícios - pinhão - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos Alimentícios - umbu - fruto - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos Alimentícios - umbu - fruto - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Aromáticos - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Aromáticos- valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Borrachas - caucho - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Borrachas - caucho - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Borrachas - hévea - látex coagulado - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Borrachas - hévea - látex coagulado - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Borrachas - hévea - látex líquido - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Borrachas - hévea - látex líquido - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Ceras - carnauba - cera - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Ceras - carnauba - cera - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Ceras - carnauba - pó - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Ceras - carnauba - pó - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Ceras - outras - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Ceras - outras - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Fibras - buriti - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Fibras - buriti - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Fibras - carnauba - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Fibras - carnauba - valor da produção	2007	Cidades@

Econômico	Silvicultura	Fibras - piaçava - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Fibras - piaçava - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Fibras - outras fibras - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Fibras - outras fibras - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Gomas não elásticas - balata - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Gomas não elásticas - balata - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Gomas não elásticas - maçaranduba - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Gomas não elásticas - maçaranduba - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Gomas não elásticas - sorva - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Gomas não elásticas - sorva - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Madeiras - carvão vegetal - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Madeiras - carvão vegetal - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Madeiras - lenha - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Madeiras - lenha - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Madeiras - madeira em tora - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Madeiras - madeira em tora - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Oleaginosos - babaçu - amêndoa - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Oleaginosos - babaçu - amêndoa - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Oleaginosos - copaíba - óleo - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Oleaginosos - copaíba - óleo - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Oleaginosos - cumaru - amêndoa - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Oleaginosos - cumaru - amêndoa - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Oleaginosos - licuri - coquilho - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Oleaginosos - licuri - coquilho - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Oleaginosos - oiticica - semente - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Oleaginosos - oiticica - semente - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Oleaginosos - pequi - amêndoa - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Oleaginosos - pequi - amêndoa - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Oleaginosos - tucum - amêndoa - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Oleaginosos - tucum - amêndoa - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Oleaginosos - outros oleaginosos - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Oleaginosos - outros oleaginosos - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Pinheiro Brasileiro Nativo - nó-de-pinho - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Pinheiro Brasileiro Nativo - nó-de-pinho - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Pinheiro Brasileiro Nativo - árvores abatidas - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Pinheiro Brasileiro Nativo - árvores abatidas - valor da produção	2007	Cidades@

Econômico	Silvicultura	Pinheiro Brasileiro Nativo - madeira em tora - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Pinheiro Brasileiro Nativo - madeira em tora - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Tanantes - angico - casca - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Tanantes - angico - casca - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Tanantes - barbatimão - casca - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Tanantes - barbatimão - casca - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Tanantes - outros tanantes - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Tanantes - outros tanantes - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos da Silvicultura - carvão vegetal - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos da Silvicultura - carvão vegetal - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos da Silvicultura - lenha - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos da Silvicultura - lenha - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos da Silvicultura - madeira em tora - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos da Silvicultura - madeira em tora - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos da Silvicultura - madeira em tora para papel e celulose - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos da Silvicultura - madeira em tora para papel e celulose - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos da Silvicultura - madeira em tora para outras finalidades - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos da Silvicultura - madeira em tora para outras finalidades - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos da Silvicultura - acácia-negra - casca - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos da Silvicultura - acácia-negra - casca - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos da Silvicultura - eucalipto - folha - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos da Silvicultura - eucalipto - folha - valor da produção	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos da Silvicultura - resina - quantidade produzida	2007	Cidades@
Econômico	Silvicultura	Produtos da Silvicultura - resina - valor da produção	2007	Cidades@
Ambiental	Temperatura	Estimativas das médias trimestrais de temperatura (°C): inverno(jun-ago) °C	Não se aplica -	IPEADATA
Ambiental	Temperatura	Estimativas das médias trimestrais de temperatura (°C): outono(mar-mai) °C	Não se aplica -	IPEADATA
Ambiental	Temperatura	Estimativas das médias trimestrais de temperatura (°C): primavera(set-nov) °C	Não se aplica -	IPEADATA
Ambiental	Temperatura	Estimativas das médias trimestrais de temperatura (°C): verão(dez-fev) °C	Não se aplica -	IPEADATA

Ambiental	Pluviometria	Estimativas das médias trimestrais precipitação pluviométrica(mm/mês): inverno(jun-ago) mm/mês	Não se aplica -	IPEADATA
Ambiental	Pluviometria	Estimativas das médias trimestrais precipitação pluviométrica(mm/mês): outono(mar-mai) mm/mês	Não se aplica -	IPEADATA
Ambiental	Pluviometria	Estimativas das médias trimestrais precipitação pluviométrica(mm/mês): primavera(set-nov) mm/mês	Não se aplica -	IPEADATA
Ambiental	Pluviometria	Estimativas das médias trimestrais precipitação pluviométrica(mm/mês): verão(dez-fev) mm/mês	Não se aplica -	IPEADATA
Ambiental	Massa de água	Massa de água -- percentual da área geográfica Porcentagem	Irreg - 1991	IPEADATA
Ambiental	Massa de água	Vegetação -- Áreas Antropicas-- percentual da área geográfica Porcentagem	Irreg - 1991	IPEADATA
Ambiental	Vegetação	Vegetação -- Áreas de Tensão Ecológica-- percentual da área geográfica Porcentagem	Irreg - 1991	IPEADATA
Ambiental	Vegetação	Vegetação -- Campinarana-- percentual da área geográfica Porcentagem	Irreg - 1991	IPEADATA
Ambiental	Vegetação	Vegetação -- Floresta Estacional Decidual-- percentual da área geográfica Porcentagem	Irreg - 1991	IPEADATA
Ambiental	Vegetação	Vegetação -- Floresta Estacional Semidecidual -1991 Porcentagem	Irreg - 1991	IPEADATA
Ambiental	Vegetação	Vegetação -- Floresta Ombrofila Aberta-- percentual da área geográfica Porcentagem	Irreg - 1991	IPEADATA
Ambiental	Vegetação	Vegetação -- Floresta Ombrofila Densa-- percentual da área geográfica Porcentagem	Irreg - 1991	IPEADATA
Ambiental	Vegetação	Vegetação -- Fomações Pioneiras-- percentual da área geográfica Porcentagem	Irreg - 1991	IPEADATA
Ambiental	Vegetação	Vegetação -- Refúgios Vegetacionais-- percentual da área geográfica Porcentagem	Irreg - 1991	IPEADATA
Ambiental	Vegetação	Vegetação -- Savana Estepica-- percentual da área geográfica Porcentagem	Irreg - 1991	IPEADATA
Ambiental	Vegetação	Vegetação -- Savana-- percentual da área geográfica Porcentagem	Irreg - 1991	IPEADATA
Ambiental	Vegetação	Número de estabelecimentos com matas e florestas	2006	Cidades@
Ambiental	Área florestada	Área de Matas e florestas	2006	Cidades@
Ambiental	Área protegida	Extensão das Ucs federais e estaduais	2008	ISA

Ambiental	Área desmatada	Extensão de área desmatada		2009	INPE-DETER
Ambiental	Ocorrências impactantes	Alteração ambiental que tenha afetado as condições de vida da população		2006	MUNIC 2008
Ambiental	Ocorrências impactantes	Poluição do ar		2006	MUNIC 2008
Ambiental	Ocorrências impactantes	Poluição do recurso água		2006	MUNIC 2008
Ambiental	Ocorrências impactantes	Escassez do recurso água		2006	MUNIC 2008
Ambiental	Ocorrências impactantes	Assoreamento de corpo d'água no município		2006	MUNIC 2008
Ambiental	Ocorrências impactantes	Contaminação do solo		2006	MUNIC 2008
Ambiental	Ocorrências impactantes	Degradação de áreas legalmente protegidas		2006	MUNIC 2008
Ambiental	Ocorrências impactantes	Desmatamento		2006	MUNIC 2008
Ambiental	Ocorrências impactantes	Alteração que tenha prejudicado a paisagem		2006	MUNIC 2008
Ambiental	Ocorrências impactantes	Queimadas		2006	MUNIC 2008
Ambiental	Ocorrências impactantes	Redução da quantidade/diversidade ou perda da qualidade do pescado		2006	MUNIC 2008
Ambiental	Ocorrências impactantes	Atividade agrícola prejudicada por problema ambiental		2006	MUNIC 2008
Ambiental	Ocorrências impactantes	Atividade pecuária prejudicada por problema ambiental		2006	MUNIC 2008
Ambiental	Ocorrências impactantes	Outras		2006	MUNIC 2008
Ambiental	Ocorrências impactantes	Nenhuma ocorrência	☐	2006	MUNIC 2008
Institucional	Finanças Públicas	Cota-parte do fundo de participação - municipal R\$		Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesa - transferências correntes - municipal R\$		Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesa - transferências correntes para os municípios R\$		Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesa - transferências de capital - municipal R\$		Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesa corrente - municipal R\$		Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesa corrente - outras - municipal R\$		Anual - 1985 - 2005	IPEADATA

Institucional	Finanças Públicas	Despesa de capital - inversão financeira - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesa de capital - investimento - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesa de capital - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesa de capital - transferência outras aos municípios R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesa de capital - transferência do governo federal para os municípios R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesa de capital - transferência dos estados para os municípios R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesa de capital - transferência para os municípios referentes ao IPVA R\$	Anual - 1994 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesa de custeio - demais - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesa de custeio - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesa de custeio - pessoal - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesa orçamentária - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - administração e planejamento - municipal R\$	Anual - 1990 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - agricultura - municipal R\$	Anual - 1990 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - assistência e previdência - municipal R\$	Anual - 1990 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - ciência e tecnologia - municipal R\$	Anual - 2002 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - comunicações - municipal R\$	Anual - 1990 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - desenvolvimento regional - municipal R\$	Anual - 1990 - 2001	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - desportos e lazer - municipal R\$	Anual - 2002 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - educação e cultura - municipal R\$	Anual - 1990 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - encargos especiais - municipal R\$	Anual - 2002 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - energia e recursos minerais - municipal R\$	Anual - 1990 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - essencial a justiça e direito da cidadania -	Anual - 2002 - 2005	IPEADATA

		municipal R\$		
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - habitação e urbanismo - municipal R\$	Anual - 1990 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - indústria, comércio e serviços - municipal R\$	Anual - 1990 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - judiciária- municipal R\$	Anual - 1990 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - legislativa- municipal R\$	Anual - 1990 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - municipal R\$	Anual - 1990 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - relações exteriores - municipal R\$	Anual - 1990 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - saúde e saneamento - municipal R\$	Anual - 1990 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - segurança nacional e eefesa pública - municipal R\$	Anual - 1990 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - trabalho- municipal R\$	Anual - 1990 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Despesas por função - transporte- municipal R\$	Anual - 1990 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Receita - transferências correntes - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Receita - transferências de capital - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Receita corrente - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Receita corrente - outras - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Receita de capital - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Receita de capital - operações de crédito - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Receita de capital -alienação de bens - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Receita orçamentária - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Receita tributária - impostos - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Receita tributária - IPTU - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Receita tributária - ISS - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA

Institucional	Finanças Públicas	Receita tributária - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Receita tributária - outros impostos - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Receita tributária - taxas - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Receitas de capital - outros - municipal R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Transferências correntes de tributos estaduais para os municípios R\$	Anual - 1985 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Transferências para os municípios referentes ICMS R\$	Anual - 1986 - 2005	IPEADATA
Institucional	Finanças Públicas	Receitas orçamentárias realizadas	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Receitas orçamentárias realizadas - Correntes	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Receitas orçamentárias realizadas - Tributárias	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Receitas orçamentárias realizadas - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Receitas orçamentárias realizadas - Imposto Sobre Serviços - ISS	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Receitas orçamentárias realizadas - Imposto sobre Transmissão-Intervivos - ITBI	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Receitas orçamentárias realizadas - Taxas	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Receitas orçamentárias realizadas - Contribuição	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Receitas orçamentárias realizadas - Patrimonial	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Receitas orçamentárias realizadas - Transferências Correntes	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Receitas orçamentárias realizadas - Transferência Intergorvenamental da União	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Receitas orçamentárias realizadas - Transferência Intergorvenamental do Estado	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Receitas orçamentárias realizadas - Dívida Ativa	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Receitas orçamentárias realizadas - Outras Receitas Correntes	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Receitas orçamentárias realizadas - Capital	2007	Cidades@

Institucional	Finanças Públicas	Receitas orçamentárias realizadas - Transferência de Capital	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Despesas orçamentárias realizadas	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Despesas orçamentárias realizadas - Correntes	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Despesas orçamentárias realizadas - Outras Despesas Correntes	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Despesas orçamentárias realizadas - Capital	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Despesas orçamentárias realizadas - Investimentos	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Despesas orçamentárias realizadas - Pessoal e Encargos Sociais	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Despesas orçamentárias realizadas - Obras e Instalações	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Despesas orçamentárias realizadas - Superavit ou Déficit	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Valor do Imposto Territorial Rural - ITR	2007	Cidades@
Institucional	Finanças Públicas	Valor do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - OURO - repassado aos Municípios	2007	Cidades@
Institucional	Seguridade Social	Administração pública defesa e seguridade social - Número de unidades locais	2006	Cidades@
Institucional	Seguridade Social	Administração pública defesa e seguridade social - Pessoal ocupado total	2006	Cidades@
Institucional	Seguridade Social	Administração pública defesa e seguridade social - Pessoal ocupado assalariado	2006	Cidades@
Institucional	Seguridade Social	Administração pública defesa e seguridade social - Salários	2006	Cidades@
Institucional	Pessoal Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta (1)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Sem Instrução (2)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino fundamental (3)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino médio	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino superior	2006	MUNIC 2008

Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Pós-graduação	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Estatutários (1)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Sem Instrução (2)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino fundamental (3)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino médio	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino superior	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Pós-graduação	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - CLT (1)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Sem Instrução (2)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino fundamental (3)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino médio	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino superior	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Pós-graduação	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Somente comissionados (1)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Sem Instrução (2)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino fundamental (2)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino médio	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino superior	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Pós-graduação	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Estagiários (1)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino fundamental	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal	Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino médio	2006	MUNIC 2008

Institucional	Pessoal Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Sem vínculo permanente (1)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Sem Instrução (2)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino fundamental (3)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino médio	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino superior	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Direta	Total de funcionários ativos da administração direta - Pós-graduação	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta (1)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Sem Instrução (2)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino fundamental (3)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino médio	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino superior	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Pós-graduação	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Estatutários (1)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Sem Instrução (2)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino fundamental (3)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino médio	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino superior	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Pós-graduação	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - CLT (1)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Sem Instrução (2)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino fundamental (3)	2006	MUNIC 2008

Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino médio	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino superior	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Pós-graduação	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Somente comissionados	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Sem Instrução (2)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino fundamental (3)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino médio	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino superior	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Pós-graduação	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Estagiários (1)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino fundamental	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino médio	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Sem vínculo permanente (1)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Sem Instrução (2)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino fundamental (3)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino médio	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino superior	2006	MUNIC 2008
Institucional	Pessoal Adm. Indireta	Total de funcionários ativos da administração indireta - Pós-graduação	2006	MUNIC 2008
Institucional	Planejamento	Existência de Conselho Municipal de Política urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar	2006	MUNIC 2008
Institucional	Planejamento	Existência de paridade no Conselho Municipal de Política urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade	2006	MUNIC 2008
Institucional	Planejamento	Periodicidade das reuniões do Conselho de Política Urbana ou similar	2006	MUNIC 2008

Institucional	Planejamento	Existência de Lei de parcelamento do solo	2006	MUNIC 2008
Institucional	Planejamento	Existência de Lei de zoneamento ou equivalente	2006	MUNIC 2008
Institucional	Planejamento	Existência de Código de obras	2006	MUNIC 2008
Institucional	Planejamento	Existência de lei específica de Solo criado	2006	MUNIC 2008
Institucional	Planejamento	Existência de lei específica de Contribuição de melhoria	2006	MUNIC 2008
Institucional	Planejamento	Existência de lei específica de Operação urbana consorciada	2006	MUNIC 2008
Institucional	Planejamento	Existência de lei específica de Estudo de impacto de vizinhança	2006	MUNIC 2008
Institucional	Planejamento	Existência de Plano Diretor	2006	MUNIC 2008
Institucional	Planejamento	O município está elaborando o Plano Diretor	2006	MUNIC 2008
Institucional	Planejamento	Existência de Orçamento participativo	2005	MUNIC 2006
Institucional	Habitação	Existência de órgão da administração indireta que desempenhe atividade na área de habitação	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Existência de Plano municipal de habitação	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	O município está elaborando o plano municipal de habitação	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Existência de Conselho municipal de habitação	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Caráter do Conselho Municipal de Habitação (Consultivo, Deliberativo, Normativo e Fiscalizador)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	O Conselho Municipal de Habitação realizou reunião nos últimos 12 meses	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Existência de Fundo municipal de habitação	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Conselho gestor do Fundo Municipal de Habitação - existência	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Conselho gestor do Fundo Municipal de Habitação (Consultivo, Deliberativo, Normativo e Fiscalizador)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	O fundo municipal de habitação reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas habitacionais	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	O município participa de consórcio intermunicipal de habitação	2006	MUNIC 2008

Institucional	Habitação	O fundo municipal de habitação financiou ações e projetos nos últimos 12 meses	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	O conselho gestor do fundo é o conselho municipal de habitação ou similar	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais - existência	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Realizou algum programa habitacional com recurso que não faz parte do fundo municipal de habitação (4)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Construção de unidades habitacionais para população	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Existência de Cadastro informatizado de beneficiários das unidades habitacionais	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Cadastro inclui a natureza do benefício habitacional pretendido pelas famílias	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Aquisição de unidades habitacionais para população	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Aquisição em convênio(s) da prefeitura com o Governo Federal	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Aquisição em convênio(s) da prefeitura com o Governo Estadual	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Aquisição em convênio(s) da prefeitura com outro município	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Aquisição em convênio(s) da prefeitura com a iniciativa privada	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Aquisição em convênio(s) da prefeitura com outros	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Aquisição por iniciativa exclusiva da prefeitura	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Área beneficiada pelo programa de aquisição de unidades habitacionais: urbana ou rural	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Existência de Programa de Melhoria de unidades habitacionais	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Melhoria em convênio(s) da prefeitura com o Governo Federal	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Melhoria em convênio(s) da prefeitura com o Governo Estadual	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Melhoria em convênio(s) da prefeitura com outro município	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Melhoria em convênio(s) da prefeitura com a iniciativa privada	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Melhoria em convênio(s) da prefeitura com outros	2006	MUNIC 2008

Institucional	Habitação	Melhoria por iniciativa exclusiva da prefeitura	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Área beneficiada pelo programa de melhoria de unidades habitacionais: urbana ou rural	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Existência de programa de oferta de material de construção	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Oferta em convênio(s) da prefeitura com o Governo Federal	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Oferta em convênio(s) da prefeitura com o Governo Estadual	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Oferta em convênio(s) da prefeitura com outro município	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Oferta em convênio(s) da prefeitura com a iniciativa privada	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Oferta em convênio(s) da prefeitura com outros	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Oferta por iniciativa exclusiva da prefeitura	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Área beneficiada por programa de oferta de material de construção: urbana ou rural	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Área beneficiada: rural	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Oferta de lotes - existência (5)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Em convênio(s) da prefeitura com o Governo Federal	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Em convênio(s) da prefeitura com o Governo Estadual	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Em convênio(s) da prefeitura com outro município	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Em convênio(s) da prefeitura com a iniciativa privada	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Em convênio(s) da prefeitura com outros	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Por iniciativa exclusiva da prefeitura	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Área beneficiada por programa de oferta de material de construção: urbana ou rural	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Existência de programa de Regularização fundiária	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Regularização em convênio(s) da prefeitura com o Governo Federal	2006	MUNIC 2008

Institucional	Habitação	Regularização em convênio(s) da prefeitura com o Governo Estadual	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Regularização em convênio(s) da prefeitura com outro município	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Regulação em convênio(s) da prefeitura com a iniciativa privada	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Regularização em convênio(s) da prefeitura com outros	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Regularização por iniciativa exclusiva da prefeitura	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Área beneficiada pela regularização fundiária: urbana ou rural	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Existência de Programa de Urbanização de assentamentos	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Urbanização em convênio(s) da prefeitura com o Governo Federal	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Urbanização em convênio(s) da prefeitura com o Governo Estadual	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Urbanização em convênio(s) da prefeitura com outro município	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Urbanização em convênio(s) da prefeitura com a iniciativa privada	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Urbanização em convênio(s) da prefeitura com outros	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Urbanização por iniciativa exclusiva da prefeitura	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Área beneficiada por program de urbanização: urbana ou rural	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Tipos de beneficiários de programas habitacionais (loteamentos irregulares, favelas, movambos, palafitas, conjuntos habitacionais construídos pelo poder público, bairros consolidados, cortiços, casas de Cômodos, cabeças de porco, outros,	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Existência de Legislação específica que dispõe sobre regularização fundiária	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Existência de Plano ou programa específico de regularização fundiária	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Emissão de Licenças para implantação de novos loteamentos	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Emissão de Licenças de construção	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Emissão de "Habite-se" ou alvarás de habitação	2006	MUNIC 2008
Institucional	Habitação	Não emitiu licenças	2006	MUNIC 2008

Institucional	Transporte	Existência de Conselho municipal de transporte	2006	MUNIC 2008
Institucional	Transporte	Caráter do Conselho Municipal de Transporte (Consultivo, Deliberativo, Normativo e Fiscalizador)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Transporte	A atuação do conselho municipal de transporte é voltada para política de transporte, trânsito ou vias públicas	2006	MUNIC 2008
Institucional	Transporte	O conselho de transporte realizou reunião nos últimos 12 meses	2006	MUNIC 2008
Institucional	Transporte	Existência de Fundo municipal de transporte	2006	MUNIC 2008
Institucional	Transporte	O fundo municipal de transporte tem financiado ações e projetos para questões dos transportes nos últimos 12 meses	2006	MUNIC 2008
Institucional	Transporte	Existência de Plano municipal de transporte	2006	MUNIC 2008
Institucional	Transporte	Participação da sociedade civil na elaboração do plano municipal de transporte	2006	MUNIC 2008
Institucional	Transporte	Existência de transporte coletivo mantido pelo próprio município	2005	MUNIC 2006
Institucional	Transporte	Existência de transporte coletivo mantido por outro município	2005	MUNIC 2006
Institucional	Transporte	Existência de transporte coletivo mantido pelo governo estadual	2005	MUNIC 2006
Institucional	Transporte	Existência de transporte coletivo mantido pelo governo federal	2005	MUNIC 2006
Institucional	Transporte	Existência de transporte informal	2005	MUNIC 2006
Institucional	Meio Ambiente	Existência de Conselho municipal de meio ambiente	2006	MUNIC 2008
Institucional	Meio Ambiente	Caráter do Conselho de MA (Consultivo, deliberativo, normativo, fiscalizador)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Meio Ambiente	O conselho realizou reunião nos últimos 12 meses	2006	MUNIC 2008
Institucional	Meio Ambiente	O município contou com recursos específicos para a área ambiental nos últimos 12 meses	2006	MUNIC 2008
Institucional	Meio Ambiente	Fontes de recursos para MA (órgão internacional, empresa pública, entidades de ensino e pesquisa, ong, iniciativa privada, outros)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Meio Ambiente	Existência de Fundo municipal de meio ambiente	2006	MUNIC 2008
Institucional	Meio Ambiente	O fundo municipal de meio ambiente tem financiado ações e projetos para questões ambientais nos últimos 12 meses	2006	MUNIC 2008

Institucional	Meio Ambiente	Origem de recursos para MA (licenciamento, fiscalização, multas, ICMS ecológico, royalties, orçamento público)	2006	MUNIC 2008
Institucional	Meio Ambiente	O município realiza licenciamento ambiental de impacto local	2006	MUNIC 2008
Institucional	Meio Ambiente	O município tem algum instrumento de cooperação com órgão estadual de meio ambiente para delegação de competência de licenciamento ambiental relacionado a atividades que vão além do impacto local	2006	MUNIC 2008
Institucional	Meio Ambiente	Formas de articulação intermunicipal na área de meio ambiente (consórcio, comitê de bacia hidrográfica, outro)	2006	MUNIC 2008

ANEXO 2

Análise comparativa entre os indicadores de sustentabilidade recomendados pela Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNCSD) e os indicadores utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na publicação Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2008

Tema	Sub-tema	IBGE	ONU
Social	Demografia	Taxa de crescimento	Taxa de crescimento
Social	Demografia	Taxa de fecundidade	Taxa de fecundidade
Social	Demografia	Sem correspondência	Proporção entre moradores e turistas
Social	Demografia	Sem correspondência	Taxa de dependência
Social	Demografia	População e Terras Indígenas	Sem correspondência
Social	Saúde	Esperança de vida ao nascer	Expectativa de vida ao nascer
Social	Saúde	Sem correspondência	Expectativa de vida saudável ao nascer
Social	Saúde	Taxa de mortalidade Infantil	Taxa de mortalidade infantil (até 5 anos)
Social	Saúde	Sem correspondência	Taxa de uso de contraceptivos
Social	Saúde	Prevalência de desnutrição total	Estado nutricional de crianças
Social	Saúde	Imunização contra doenças infecciosas infantis	Imunização contra doenças infecciosas infantis
Social	Saúde	Oferta de serviços básicos de Saúde	Porcentagem da população com acesso a serviços básicos de saúde
Social	Saúde	Sem correspondência	Morbidade por doenças graves (Malária, HIV/AIDS, Tuberculose, etc.)
Social	Saúde	Sem correspondência	Taxa de suicídio
Social	Saúde	Sem correspondência	Taxa de uso de tabaco
Social	Saúde	Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	Sem correspondência
Social	Educação	Sem correspondência	Aprendizado contínuo (Long Life learning)
Social	Educação	Escolaridade	Número de adultos que alcançam ensino médio ou superior
Social	Educação	Taxa de alfabetização	Taxa de alfabetização
Social	Educação	Taxa de escolarização	Taxa bruta de pessoas no último ano do ensino básico

		Taxa de matrícula no ensino básico	
Social	Habitação		Porporção da população morando em favelas
Social	Habitação		Proporção da população usando combustível sólido para cozinhar
		Adequação da moradia	
Social	Habitação		Proporção de moradias sem eletricidade ou outros serviços modernos de energia
Social	Habitação		Procentagem da população vivendo em área de risco ambiental
Social	Segurança	Coeficiente de mortalidade por homicídios	Número de homicídios intencionais (por 100,000 habitantes)
Social	Segurança	Coeficiente de mortalidade por acidentes de transporte	Sem correspondência
Econômico	Trabalho e Renda	Taxa de desocupação	Taxa de ocupação
Econômico	Trabalho e Renda	Sem correspondência	Existência de vulnerabilidade no emprego
Econômico	Trabalho e Renda	Sem correspondência	Produtividade do trabalho e custo do trabalho unitário
Econômico	Trabalho e Renda	Sem correspondência	Porcentagem de mulheres com trabalho assalariado (exceto setor agrícola)
Econômico	Trabalho e Renda	Rendimento Familiar per capita	Sem correspondência
Econômico	Trabalho e Renda	Rendimento Médio Mensal	Sem correspondência
Econômico	Trabalho e Renda	PIB per capita	PIB per capita
Econômico	Trabalho e Renda	Sem correspondência	Proporção da população vivendo abaixo da linha pobreza
Econômico	Trabalho e Renda	Sem correspondência	Proporção da população que ganha menos de USD 1 por dia
Econômico	Comércio	Sem correspondência	Contribuição do turismo para o PIB
Econômico	Comércio	Taxa de investimento (% do PIB)	Taxa de investimento (% do PIB)
Econômico	Comércio	Sem correspondência	Poupança bruta

Econômico	Comércio	Sem correspondência	Poupança líquida (% do PIB)
Econômico	Comércio	Sem correspondência	Taxa de inflação
Econômico	Comércio	Balança comercial	Sem correspondência
Econômico	Comércio	Grau de endividamento	Grau de endividamento
Econômico	Comércio	Sem correspondência	Parcela de importação de países em desenvolvimento e de países de menor desenvolvimento econômico
Econômico	Comércio	Sem correspondência	Tarifa média imposta a importação de países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento econômico
Econômico	Comércio	Sem correspondência	Ajuda oficial para o desenvolvimento (ODA) líquida recebida ou doada (% Investimento Total)
Econômico	Comércio	Sem correspondência	Investimento Externo Direto (% do PIB)
Econômico	Desigualdade	Índice de Gini	Diferença entre o número de pessoas na maior e na menor faixa de renda
Econômico	Produção/Consumo	Sem correspondência	Número de usuários de internet por 100 habitantes
Econômico	Produção/Consumo	Sem correspondência	Número de linhas de telefone fixo por 100 habitantes
Econômico	Produção/Consumo	Sem correspondência	Número de assinaturas de telefone celular por 100 habitantes
Econômico	Produção/Consumo	Consumo energia per capita	Consumo anual de energia
Econômico	Produção/Consumo	Intensidade energética	Intensidade no uso de energia
Econômico	Produção/Consumo	Participação de fontes renováveis de energia	Participação de fontes renováveis de energia
Econômico	Produção/Consumo	Sem correspondência	Intensidade do consumo de energia para transporte
Econômico	Produção/Consumo	Sem correspondência	Transporte multimodal de passageiros
Econômico	Produção/Consumo	Sem correspondência	Transporte multimodal de cargas
Econômico	Produção/Consumo	Consumo mineral per capita	Sem correspondência
Econômico	Produção/Consumo	Vida útil das reservas minerais	Sem correspondência
Econômico	Produção/Consumo	Sem correspondência	Geração de lixo
Econômico	Produção/Consumo	Sem correspondência	Geração de lixo perigoso
Econômico	Produção/Consumo	Sem correspondência	Disposição e tratamento de lixo
Econômico	Produção/Consumo	Reciclagem	Sem correspondência

Econômico	Produção/Consumo	Coleta seletiva de lixo	Sem correspondência
Econômico	Produção/Consumo	Rejeitos radioativos: geração e armazenamento	Gerenciamento de lixo radioativo
Econômico	Produção/Consumo	Sem correspondência	Intensidade do consumo da economia
Econômico	Produção/Consumo	Sem correspondência	Intensidade do consumo doméstico
Ambiental	Atmosfera	Emissões de origem antrópica dos gases associados ao efeito estufa	Emissão de gases associados ao efeito estufa
Ambiental	Atmosfera	Consumo industrial de substâncias destruidoras da camada de ozônio	Emissão de dióxido de carbono
Ambiental	Atmosfera	Consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio	Consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio
Ambiental	Atmosfera	Concentração de poluentes no ar em áreas urbanas	Concentração de poluentes no ar em áreas urbanas
Ambiental	Terra	Uso de fertilizantes	Eficiência do uso de fertilizantes
Ambiental	Terra	Uso de agrotóxicos	Uso de pesticidas agrícolas
Ambiental	Terra	Sem correspondência	Área plantada com técnicas orgânicas
Ambiental	Terra	Terras em uso agrossilvopastoril	Área plantada
Ambiental	Terra	Queimadas e incêndios florestais	Sem correspondência
Ambiental	Terra	Sem correspondência	Proporção de área com cobertura florestal
Ambiental	Terra	Sem correspondência	Porcentagem de árvores prejudicadas pela desfoliação
Ambiental	Terra	Sem correspondência	Área florestal beneficiada por técnicas de manejo florestal sustentável
Ambiental	Terra	Desflorestamento da Amazônia Legal	
Ambiental	Terra	Área remanescente e desflorestamento na Mata Atlântica	Sem correspondência
Ambiental	Terra	Sem correspondência	Alteração da terra
Ambiental	Terra	Sem correspondência	Degradação da terra
Ambiental	Terra	Desertificação e arenização	Desertificação
Ambiental	Água Doce	Sem correspondência	Proporção água disponível-água utilizada
Ambiental	Água Doce	Sem correspondência	Intensidade do uso de água em atividade econômica
Ambiental	Água Doce	Qualidade das águas interiores	Demanda bioquímica de oxigênio
Ambiental	Água Doce		Presença de coliformes fecais

		Balneabilidade	Qualidade da água para banho
Ambiental	Áreas Costeiras e Marinhas		
Ambiental	Áreas Costeiras e Marinhas	Produção de pescado marítima e continental	Proporção de estoque pesqueiro dentro de limites biológicos seguros
Ambiental	Áreas Costeiras e Marinhas	População residente em áreas costeiras	Porcentagem da população residente em áreas costeiras
Ambiental	Áreas Costeiras e Marinhas	Sem correspondência	Proporção de áreas marinhas protegidas
Ambiental	Áreas Costeiras e Marinhas	Sem correspondência	Área com ecossistemas de corais e porcentagem com cobertura de coral viva
Ambiental	Biodiversidade	Espécies extintas e ameaçadas de extinção	Mudança no status de espécies ameaçadas ou em extinção
Ambiental	Biodiversidade	Sem correspondência	Abundância de espécies importantes (key species)
Ambiental	Biodiversidade	Espécies invasoras	Abundância de espécies invasoras
Ambiental	Biodiversidade	Tráfico, criação e comércio de animais silvestres	Sem correspondência
Ambiental	Biodiversidade	Áreas protegidas	Proporção de área protegida
Ambiental	Biodiversidade	Sem correspondência	Efetividade no gerenciamento de áreas protegidas
Ambiental	Biodiversidade	Sem correspondência	Áreas protegidas de ecossistemas importantes (key ecosystems)
Ambiental	Biodiversidade	Sem correspondência	Fragmentação de habitats
Ambiental	Saneamento	Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico	Sem correspondência
Ambiental	Saneamento	Destinação final do lixo	Proporção da população que dispõe de esgotamento sanitário
Ambiental	Saneamento	Acesso a sistema de abastecimento de água	Proporção da população com acesso a abastecimento de água
Ambiental	Saneamento	Acesso a esgotamento sanitário	Perdas humanas e econômicas em decorrência de desastres ambientais
Ambiental	Saneamento	Tratamento de esgoto	Tratamento de esgoto